



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

SUYANNE GALVÃO BACELAR

**CIDADE À PARTE?
UM ESTUDO SOBRE A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NOS AGLOMERADOS
SUBNORMAIS DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS**

**CAMPINAS
2020**

SUYANNE GALVÃO BACELAR

CIDADE À PARTE?
UM ESTUDO SOBRE A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NOS AGLOMERADOS
SUBNORMAIS DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra em Demografia.

Orientador: JOSÉ MARCOS PINTO DA CUNHA

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELA ALUNA SUYANNE
GALVÃO BACELAR E ORIENTADA
PELO PROF. DR. JOSÉ MARCOS PINTO
DA CUNHA.

CAMPINAS
2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

B121c Bacelar, Suyanne Galvão, 1995-
Cidade à parte? : um estudo sobre a segregação socioespacial nos aglomerados subnormais do município de Campinas / Suyanne Galvão Bacelar. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: José Marcos Pinto da Cunha.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Favelas. 2. Segregação socioespacial. 3. População - Campinas (SP). I. Cunha, José Marcos Pinto da, 1959-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: City apart? : a study on socio-spatial segregation in subnormal agglomerates in the city of Campinas

Palavras-chave em inglês:

Favelas

Socio-spatial segregation

Population - Campinas (SP)

Área de concentração: Demografia

Titulação: Mestra em Demografia

Banca examinadora:

José Marcos Pinto da Cunha

Roberto Luiz do Carmo

Maria Camila Loffredo D'Ottaviano

Data de defesa: 30-03-2020

Programa de Pós-Graduação: Demografia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-1823-6591>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/8038153272121320>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A comissão julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 30 de março de 2020, considerou a candidata Suyanne Galvão Bacelar APROVADA.

Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha – Orientador

Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo – IFCH/UNICAMP

Profa. Dra. Maria Camila Loffredo D’Ottaviano – FAU/USP

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Aos que estão longe.

Aos que estão perto.

A Deus que está sempre.

AGRADECIMENTOS

Mesmo sendo sucinta em palavras, não há um número mensurável de letras para expressar minha gratidão e meu carinho por aqueles que participaram dessa jornada.

Ao Programa de Pós-Graduação em Demografia e seus professores do departamento, agradeço por terem contribuído com o aprendizado na área, possibilitando o uso de muitas ferramentas que são preciosas aos demógrafos.

Ao NEPO e seus funcionários por serem prestativos e disponíveis.

Agradeço ao CNPq por ter financiado esta pesquisa e tornado viável o processo de estudo e dedicação ao mestrado.

Ao Prof. Dr. José Marcos, obrigada por ter me conduzir na orientação, que vai muito além dos dois anos do mestrado, iniciando-se quando cursei a disciplina de estudos urbanos no início da minha graduação e posteriormente na iniciação científica. Aos professores da banca de qualificação e defesa, Roberto do Carmo e Camila D'Ottaviano por auxiliarem com sugestões no processo de construção e finalização da dissertação.

Aos amigos da coorte de 2018 da Demografia, que, pacientemente e sem medir esforços, uniram-se e ajudaram uns aos outros nas disciplinas, contribuindo com companheirismo para a minha formação.

Agradeço à minha família, que mesmo longe me incentivaram e foram sempre presentes. A Deus, que nos momentos mais difíceis deu-me paz e esperança.

E procurai a paz da cidade, para onde vos fiz transportar em cativo, e orai por ela ao Senhor; porque na sua paz vós tereis paz.
Jeremias 29:7 – Bíblia Sagrada NVI.

RESUMO

A proposta dessa dissertação foi analisar e compreender o fenômeno de favelas no município de Campinas, a fim de explicitar como acontece o processo de segregação nesse tipo de moradia. Inicialmente esse estudo ocupou-se em demonstrar como a bibliografia retrata as articulações de interesses do mercado imobiliário e do Estado na cidade os quais, conseqüentemente, modificam as dinâmicas demográficas, configurando e reposicionando os aspectos socioespaciais do urbano. Dessa forma, trabalhou-se sobre a definição e a caracterização do que são favelas no Brasil e em seguida analisamos como estruturam-se as favelas, especificamente, no município de Campinas. Desse modo, utilizamos bibliografias que abordam a produção do espaço, a noção de favela e a segregação socioespacial. Além disso, nos valem de dados sobre aglomerados subnormais – conceito operacional utilizado para captar favelas – do Censo Demográfico do IBGE do ano de 2010, para identificar como configura-se o perfil da população residente nas favelas de Campinas e quais as diferenças dos residentes de aglomerados subnormais do município de Campinas, de acordo com a sua faixa etária, nível de instrução, cor ou raça e rendimento. Verificamos quais são as características de infraestrutura urbana e os serviços públicos acessados por seus moradores, a fim de verificar a precariedade desses assentamentos, notando como se dá a segregação socioespacial da população das favelas. Propomos uma comparação entre os aglomerados subnormais de Campinas segundo as características de infraestrutura urbana e os serviços públicos dos domicílios e de seu entorno. Esse estudo foi feito a partir da análise de *clusters*, para verificar a heterogeneidade dos aglomerados e classificá-los em tipologias de precariedade. Por fim, também foram realizadas visitas de campo observacionais para averiguar o ambiente dos aglomerados subnormais e perceber, quando possível, mudanças em relação aos dados de 2010.

Palavras-chave: Favelas; Segregação socioespacial; População – Campinas (SP).

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to analyze and understand the phenomenon of favelas in the city of Campinas, in order to explain how the segregation process occurs in this type of housing. For the beginning of this study we will focus on demonstrating how the bibliography portrays the articulations of interests of the housing market and the state in the city and how that, consequently, modifies the demographic dynamics that configure and reposition the socio-spatial aspects of the urban space. Then, we will work on the definition and characterization of what are favelas in Brazil and then analyze how the favelas are structured, specifically, in the city of Campinas. Thus, we will make use of bibliographies that address the production of space, the notion of favela and socio-spatial segregation. In addition, data on subnormal agglomerates – the operational concept used to capture favelas – from the 2010 IBGE Demographic Census will be used to identify how the profile of the population living in the favelas of Campinas is configured and what are the differences between residents of subnormal agglomerates and the municipality of Campinas, according to their age group, level of education, color or race and income. We verified the characteristics of urban infrastructure and public services accessed by its residents, in order to verify the precariousness of these settlements, verifying how the socio-spatial segregation of the favela population occurs. A comparison between the subnormal agglomerates of Campinas is proposed according to the urban infrastructure characteristics and the public services of the households and their surroundings. This study was based on cluster analysis to verify the heterogeneity of clusters and to classify them into precarious typologies. Finally, observational field visits were also made to verify the environment of subnormal agglomerates and to perceive, when possible, changes in relation to the 2010 data.

Keywords: Favelas; Socio-spatial segregation; Population – Campinas (SP).

LISTA DE FOTOS

FOTOS 1 e 2 – Ribeirão Quilombo (Bairro Jardim Campineiro), Campinas, 2020.....	84
FOTO 3 – Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Vó Pureza, Campinas, 2020.....	84
FOTO 4 – Área ao lado da Estação de Tratamento de Esgoto sob a ponte do Ribeirão Quilombo (Jardim Campineiro), Campinas, 2020.....	85
FOTOS 5, 6, 7 e 8 – Ruas do trajeto percorrido no primeiro campo (Jardim Campineiro e Jardim São Marcos), Campinas, 2020.....	86
FOTOS 9, 10, 11 e 12 – Ruas do trajeto percorrido no segundo campo (Cidade Satélite Íris), Campinas, 2020.....	94
FOTOS 13, 14, 15 e 16 – Ruas do trajeto percorrido no segundo campo (Cidade Satélite Íris), Campinas, 2020.....	95
FOTO 17 – Imagem aérea de Campinas.....	97

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – População Economicamente Ativa Desocupada (E. A. Desocup.), Economicamente Ativa Ocupada (E. A. Ocup.) e Não Economicamente Ativa (Não E. A.) no agregado dos aglomerados subnormais por grupo etário, Campinas, 2010	48
GRÁFICO 2 – População Economicamente Ativa Desocupada (E. A. Desocup.), Economicamente Ativa Ocupada (E. A. Ocup.) e Não Economicamente Ativa (Não E. A.) no município por grupo etário, Campinas, 2010.....	49
GRÁFICO 3 – Distribuição etária do agregado dos aglomerados subnormais (AS) e do município, Campinas, 2010.....	50
GRÁFICO 4 – Porcentagem de domicílios em aglomerados subnormais de acordo com a existência das características de infraestrutura urbana e serviços públicos por tipologias de precariedade, Campinas, 2010.....	66

LISTA DE IMAGENS

IMAGENS 1 e 2 – Habitações improvisadas no Jardim Campineiro, Campinas, 2018.....	85
IMAGENS 3, 4 e 5 – Aglomerado subnormal Núcleo Residencial Cidade Satélite Íris, Campinas, 2018.....	92
IMAGENS 6, 7, 8 e 9 – Imagens do Núcleo Residencial Cidade Satélite Íris, Campinas, 2018.....	93
IMAGENS 10 e 11 – Imagens de satélite do bairro Cidade Satélite Íris, Campinas, 2012 e 2018.....	95
IMAGENS 12 e 13 – Imagens do Núcleo Residencial Cidade Satélite Íris, Campinas, 2018.....	96

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Setores de aglomerados subnormais, Campinas, 2010	18
MAPA 2 – Setores de aglomerados subnormais com dados de entorno e sem dados de entorno, Campinas, 2010.....	58
MAPA 3 – Tipologias de precariedade em setores de aglomerados subnormais, Campinas, 2010.....	68
MAPA 4– Região do Núcleo Residencial Jardim Santa Mônica, Núcleo Residencial Jardim Santa Mônica/São Marcos, Núcleo Residencial Jardim Campineiro I e Núcleo Residencial Jardim Campineiro II, Campinas, 2010	76
MAPA 5 – Região do Núcleo Residencial Cidade Satélite Íris, Campinas, 2010	88

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Domicílios particulares permanentes no agregado dos aglomerados subnormais e no município por forma de abastecimento de água, Campinas, 2010.....	39
TABELA 2 – Domicílios particulares permanentes por existência de água canalizada no agregado dos aglomerados subnormais e no município, Campinas, 2010.....	40
TABELA 3 – Domicílios particulares permanentes no agregado dos aglomerados subnormais e no município por tipo de esgotamento sanitário, Campinas, 2010.....	40
TABELA 4 – Domicílios particulares permanentes no agregado dos aglomerados subnormais e no município por destino do lixo, Campinas, 2010.....	41
TABELA 5 – Domicílios particulares permanentes no agregado dos aglomerados subnormais e no município por existência de energia elétrica, Campinas, 2010.....	42
TABELA 6 – População residente no agregado dos aglomerados subnormais e no município por cor ou raça, Campinas, 2010.....	43
TABELA 7 – Domicílios particulares permanentes no agregado dos aglomerados subnormais e no município por classes de rendimento nominal mensal domiciliar, Campinas, 2010.....	44
TABELA 8 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade por nível de instrução no agregado dos aglomerados subnormais e no município, Campinas, 2010.....	45
TABELA 9 – População residente no agregado dos aglomerados subnormais por naturalidade em relação ao município (Resultados Gerais da Amostra), Campinas, 2010.....	47
TABELA 10 – Razão de sexo (RS) e índice de envelhecimento (IE) no agregado dos aglomerados subnormais e no município, Campinas, 2010.....	52
TABELA 11 – Moradores em domicílios particulares permanentes, por número de dormitórios no agregado dos aglomerados subnormais e no município, Campinas, 2010.....	53
TABELA 12 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por estado civil no agregado dos aglomerados subnormais e no município, Campinas, 2010 – Resultados Gerais da Amostra.....	54
TABELA 13 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por estado civil no agregado dos aglomerados subnormais e no município, Campinas, 2010 – Resultados Gerais da Amostra.....	54
TABELA 14 – Pessoas de 10 anos ou mais responsáveis pelo domicílio por sexo no agregado dos aglomerados subnormais e no município, Campinas, 2010 – Resultados Gerais da Amostra.....	55
TABELA 15 – Média, desvio padrão e correlação das variáveis dos aglomerado subnormais sem dados de entorno, Campinas, 2010.....	59
TABELA 16 – Porcentagem de população residente por categorias de cor ou raça e por tipologias de precariedade em aglomerados subnormais, Campinas, 2010.....	69
TABELA 17 – Renda per capita por tipologias de precariedade em aglomerados subnormais, Campinas, 2010.....	71
TABELA 18 – Porcentagem de responsáveis pelo domicílio alfabetizados por tipologias de precariedade em aglomerados subnormais, Campinas, 2010.....	72
TABELA 19 – Porcentagem de domicílios particulares permanentes com acesso à energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo em aglomerados subnormais (Núcleo Residencial Jardim da Luz, Núcleo Residencial Parque Bom Tempo, Núcleo Vila Aurora, Núcleo Residencial Bela Vista), Campinas, 2010.....	78
TABELA 20 – Porcentagem de domicílios particulares permanentes por existência de características do entorno em aglomerados subnormais (Núcleo Residencial Jardim Santa Mônica, Núcleo	

Residencial Jardim Santa Mônica/São Marcos, Núcleo Residencial Jardim Campineiro I, Núcleo Residencial Jardim Campineiro II), Campinas, 2010.....	79
TABELA 21 – Porcentagem de população residente por cor ou raça em aglomerados subnormais (Núcleo Residencial Jardim Santa Mônica, Núcleo Residencial Jardim Santa Mônica/São Marcos, Núcleo Residencial Jardim Campineiro I, Núcleo Residencial Jardim Campineiro II), Campinas, 2010	80
TABELA 22 – Renda per capita mensal em aglomerados subnormais (Núcleo Residencial Jardim Santa Mônica, Núcleo Residencial Jardim Santa Mônica/São Marcos, Núcleo Residencial Jardim Campineiro I, Núcleo Residencial Jardim Campineiro II), Campinas, 2010.....	80
TABELA 23 – Porcentagem de pessoas responsáveis pelo domicílio por condição de alfabetização em aglomerados subnormais (Núcleo Residencial Jardim Santa Mônica, Núcleo Residencial Jardim Santa Mônica/São Marcos, Núcleo Residencial Jardim Campineiro I, Núcleo Residencial Jardim	81
TABELA 24 – Porcentagem de domicílios particulares permanentes com acesso à energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo no aglomerado subnormal Núcleo Residencial Cidade Satélite Íris, Campinas, 2010.....	89
TABELA 25 – Porcentagem de pessoas residentes por categorias de cor ou raça no aglomerado subnormal Núcleo Residencial Cidade Satélite Íris, Campinas, 2010	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 – A PRODUÇÃO DA CIDADE SEGREGADA.....	23
1.1 O contexto histórico do estado de São Paulo na produção do espaço urbano.....	23
1.2 Os processos urbanos no eixo metropolitano de Campinas.....	24
1.3 Padrões de segregação socioespacial.....	26
1.3.1 Centro-periferia.....	27
1.3.2 Autosegregação dos mais ricos: enclaves fortificados e periferias elitizadas.....	29
1.3.3 Favelas.....	31
CAPÍTULO 2 – O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS MORADORES DE AGLOMERADOS SUBNORMAIS EM CAMPINAS.....	34
2.1 A imagem da favela.....	34
2.2 São homogêneas? São favelas?.....	36
2.3 Quem mora nos aglomerados subnormais de Campinas?.....	38
2.3.1 Aspectos urbanos.....	38
2.3.2 Perfil sociodemográfico.....	43
2.3.2.1 Rompendo alguns estigmas.....	46
2.3.3 Perfil etário e indicadores.....	49
2.3.4 Composição domiciliar/familiar.....	52
2.4 Tipologias de precariedade em aglomerados subnormais: análise de clusters.....	56
2.4.1 Os métodos de agrupamento (clusterização): método Ward e k-médias.....	59
2.4.2 A descrição das variáveis.....	61
2.4.3 Tipologias de precariedade.....	62
CAPÍTULO 3 – A NOÇÃO DE FAVELA: HABITAÇÃO PRECÁRIA EM CAMPINAS.....	74
3.1 O retrato da habitação em aglomerados subnormais.....	74
3.2 Núcleo Residencial Jardim Santa Mônica, Núcleo Residencial Jardim Santa Mônica/São Marcos, Núcleo Residencial Jardim Campineiro I e Núcleo Residencial Jardim Campineiro II.....	75
3.3 Núcleo Residencial Cidade Satélite Íris.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS.....	101
ANEXOS.....	107

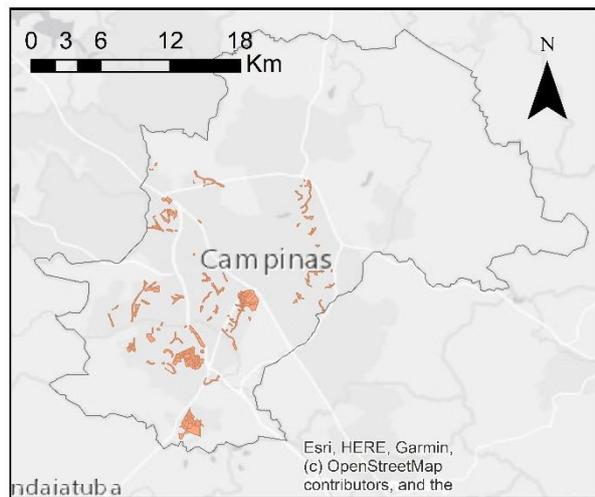
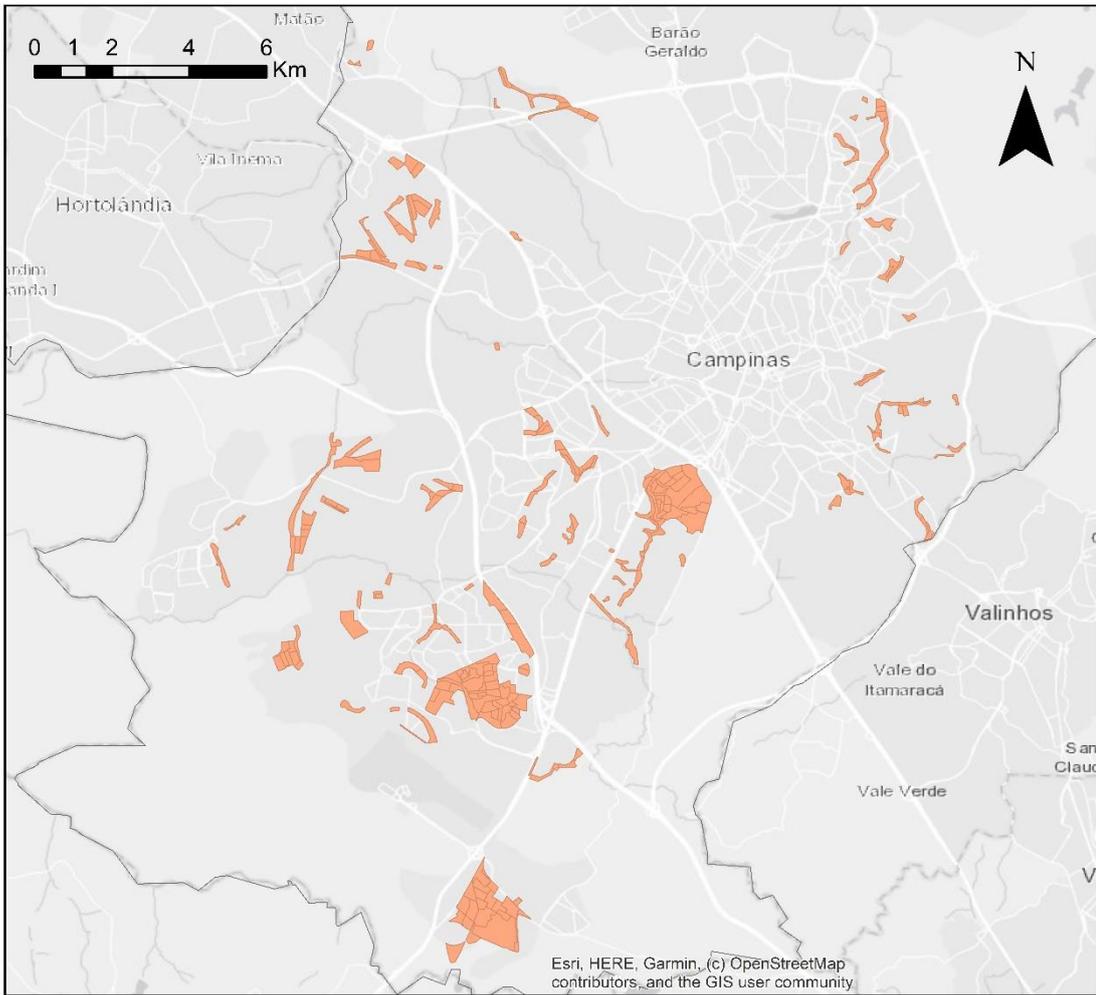
INTRODUÇÃO

Primeiramente, é necessário prover uma explicação sobre o título deste trabalho, para que a reflexão por trás dele elucidie as inquietações desse estudo. O conceito sob o qual foi construído perpassa todos os capítulos e, mesmo que não escrito explicitamente, faz parte dos pressupostos, dos conceitos que tangenciam a problemática e dos resultados: a segregação socioespacial. A Cidade à Parte refere-se à cidade informal, onde há a imagem de uma população com perfil sociodemográfico mais empobrecido e com acesso mais precarizado – ou até informal – à infraestrutura urbana e que se caracteriza pela informalidade de integração aos serviços públicos e pela irregularidade da construção de suas habitações. Ainda que a cidade informal possa ser constituída de outras áreas, como outros tipos de ocupações, nessa dissertação olharemos para uma parte dela, que são tradicionalmente conhecidas como favelas. O ponto de interrogação do título busca promover um questionamento: a cidade informal está realmente desvinculada da cidade formal e desprovida de características formais?

Deve-se reconhecer, por exemplo, que a cidade informal, muitas vezes, não está no âmbito periférico, podendo ser observada ao lado de áreas centrais. Essa “cidade à parte” está dentro, espacialmente, da cidade formal (ou regularizada), mas há aspectos que a diferenciam, revelando a segregação socioespacial existente. A cidade informal tem as favelas como uma de suas expressões urbanas, de forma que é necessário também tratar desse conceito a fim de avaliar a favela como parte da cidade.

O trabalho aborda a temática da segregação socioespacial dos aglomerados subnormais – aqui tratado como uma proxy de favela – de Campinas (Mapa 1). Entretanto, faremos sempre que necessário, ao longo deste texto, a ressalva de utilizar aglomerado subnormal como favela e, além disso, colocaremos em questão a compatibilização desses conceitos no caso de Campinas.

MAPA 1 – Setores de aglomerados subnormais, Campinas, 2010



Legenda

 Aglomerados Subnormais

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Iniciamos essa discussão com a contextualização dos fatores que contribuíram para a formação e a organização do território das cidades e que influenciaram o surgimento das favelas. Serão apresentadas as facetas socioespaciais da formação e da composição das favelas (DENALDI, 2003), além de mostrar quem são os seus moradores no município de Campinas. Assim, apresentamos a justificativa desse estudo, tendo em vista que é necessária a compreensão da favela como fenômeno urbano e demográfico, decorrente de dinâmicas socioeconômicas e espaciais por vezes articuladas pelos detentores de poder.

O cerne desta pesquisa está no esforço de traçar o perfil da população dos aglomerados subnormais em Campinas para, a partir do conhecimento dos dados de seus residentes, demonstrar a existência de significativa heterogeneidade no que tange às características de infraestrutura urbana e serviços públicos. De fato a população que habita em favelas é segregada e estigmatizada de alguma forma. Contudo, no contexto da abordagem que adotaremos, podemos perguntar: todos os aglomerados subnormais do município são favelas e apresentam características iguais? Há aglomerados subnormais que não possuem características de favela? Os aglomerados subnormais mostram o perfil sociodemográfico esperado de pobreza, em pelo menos algumas características? Dito de outra forma, a segregação socioespacial produz um local de moradia com condições precárias que é ocupado apenas por uma população com características sociodemográficas relacionados com a condição de pobreza?

O que se conhecia por favela no início da formação desses assentamentos no século XX já foi modificado, portanto, o que significa e representa a favela também se alterou em algumas regiões do Brasil, instâncias públicas e meios sociais. Por isso, o esforço dessa pesquisa foi mostrar as características dos aglomerados subnormais através dos dados censitários e qual a sua relação com os processos sociais da cidade. Nesse sentido, o que exporemos em exame é que, apesar da situação, no geral, mais precarizada, vivenciada pela população de favelas, ao colocar suas habitações e seus moradores em um único universo conceitual de pobreza limita a observação e a análise das reais características da favela. Podemos dizer ainda que o intuito deste estudo não foi pressupor características de favelização a todos os aglomerados subnormais, mas sim investigarmos as características sociodemográficas, revelando a precariedade dos aglomerados subnormais e verificarmos se são compatíveis com o conceito de favela, especificamente para o caso do município de Campinas.

Trabalhamos com os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010 para explorar as características da população dos aglomerados. É fato que esses dados se referem

às características e processos de uma década atrás, no entanto, sua utilização é importante e, provavelmente, representativa de algumas continuidades e tendências. Assim, mesmo considerando o caráter dinâmico do processo de ocupação e modificação dos aspectos desses assentamentos, acreditamos que o Censo Demográfico de 2010, possibilitará uma leitura adequada do que estudamos, ou seja, a diversidade dos aglomerados subnormais.

Ao examinar se há favelas – no sentido estrito do termo – em Campinas, permitenos atribuir à constituição desses espaços características espaciais, urbanísticas e socioeconômicas homogêneas ou heterogêneas. Na metrópole paulistana, Pasternak (2001) esclarece que as favelas apresentam diversidade, divergindo da visão reificada que visa distanciar a cidade informal da cidade formal. Portanto, analisar o perfil sociodemográfico da população das favelas em Campinas e seu acesso à infraestrutura urbana e serviços públicos tornou-se necessária para conhecer quem são seus moradores, quais serviços eles têm acesso e se apresentam um perfil sociodemográfico homogêneo.

Baseando-se nisso, essa pesquisa trata na sua investigação de três eixos teóricos principais, os quais são: a produção do espaço na lógica de formação da sociedade brasileira, considerando a industrialização e a urbanização; a segregação socioespacial que se manifesta através de mecanismos atuantes na produção do espaço e que molda a cidade de acordo com distinções sociodemográficas e urbanísticas; e a noção de favela que se refere às características vinculadas à sua população e as características obtidas por meio dos dados, verificando, a construção de seu perfil sociodemográfico.

Pensar nesses fenômenos urbanos que estão sempre em movimento e que possuem diversas facetas, por vezes, pode levar a uma interpretação equivocada de seus fatores constituintes e estruturantes. O esforço de tentar elucidar as questões espaciais que cercam o cotidiano das populações dos grandes centros urbanos é extremamente necessária para construirmos pontes e não levantarmos muros. Por quem estamos cercados ou de quem estamos separados? Esse é um importante questionamento ao colocarmos a segregação socioespacial sob a lupa do pesquisador.

Antes de adentrarmos na perspectiva da atualidade do fenômeno e de tentarmos responder ao questionamento central, é importante citar alguns dos processos históricos que são o pano de fundo da segregação socioespacial das favelas e que, além de anteceder, deram origem e sequência aos fenômenos urbanos contemporâneos. Contudo, este trabalho não se ocupa em aprofundar o contexto histórico de desenvolvimento das cidades, apenas pontuamos brevemente alguns esclarecimentos que podem contribuir com a compreensão da produção espacial e dos processos contemporâneos.

A perspectiva histórica revela que as sociedades europeias antes do século XVIII possuíam estruturas sociais baseadas no trabalho e na mão-de-obra artesanal dentro do sistema feudal que limitava, predominantemente, o trabalhador à esfera do mundo rural. Com o advento da máquina a vapor e da consolidação das indústrias, as cidades desenvolveram-se e as estruturas sociais, laborais e espaciais transformaram-se profundamente (ENGELS, 2010).

Apesar de o Brasil ter realizado o movimento rumo ao capitalismo como conhecemos hoje somente no século XX, e dos processos não terem ocorrido exatamente como na Inglaterra industrial do século XVIII, as características e as consequências da industrialização brasileira promoveram mudanças na dinâmica das cidades que ressignificaram as relações sociais e as formas espaciais anteriormente vigentes.

Sob a perspectiva do sistema capitalista, a acumulação de riqueza tem na propriedade privada a norma de seu funcionamento (MARX, 2013). O que está por de trás da distribuição da população no espaço é, em grande parcela, o processo de acumulação do capital imobiliário. Contudo, pode-se pontuar outros fatores que contribuem na redistribuição espacial da população, como fatores sociais, históricos, culturais e políticos, que detêm a sua independência e seu protagonismo nas análises.

Na sociedade brasileira contemporânea o mercado imobiliário e o Estado coordenam parte da configuração espacial das cidades através do ajustamento do uso do solo (ABRAMO, 2007) e do preço da terra. De fato as populações ou os grupos sociais possuem sua atuação, organização e resistência expressivas no espaço. Os movimentos sociais, frequentemente, entram em confronto com os setores públicos e privados pelo direito à habitação. Eles ocupam espaços que, às vezes, estão em áreas de risco ambiental ou estão ociosos na cidade buscando por alternativas que contornem a situação de vulnerabilidade habitacional ou da inexistência de uma residência. Isso ocorre pois, muitas vezes, essas pessoas ou famílias não são amparados de alguma forma pelo Estado. Desse modo, estabelece-se a tríade da configuração espacial que articula suas estratégias de benefícios, governo e sobrevivência.

A disposição das pessoas na cidade de modo a separar as camadas sociais ricas das pobres ocorre pelo filtro do acesso à terra por populações específicas. A discussão da dicotomia centro-periferia no Brasil coloca-se em evidência a partir das transformações da sociedade dos anos 1940 até 1980. Essa oposição espacial distanciava as pessoas socialmente, as classes médias e altas concentravam-se em regiões centrais e bem assistidas da cidade, enquanto para a classe pobre sobravam as regiões precárias na periferia (CALDEIRA, 2000).

As periferias no Brasil não são uma manifestação urbana isolada dos processos que compõem e estruturam a cidade, sendo parte das dinâmicas espaciais e também resultado da ação das estruturas predominantes nesses locais, mas não são as únicas expressões da segregação socioespacial. O processo de favelização perpassa mas também configura essa divisão espacial e social na cidade. As favelas são uma representação habitacional que emerge de processos semelhantes aos presentes na dicotomia centro-periferia, contudo, contêm suas particularidades. Ao percorrer as grandes cidades, é possível que o observador perceba favelas tanto em bairros centrais quanto periféricos, notando os aspectos de segregação socioespacial. Por isso, essa dissertação estuda questões que concernem ao processo de formação das favelas e as suas características sociodemográficas, que podem mostrar-nos suas especificidades.

Posta a problemática deste estudo focaremos no Capítulo 1, A Produção do Espaço Segregado, em compreender o conceito de segregação socioespacial de acordo com os padrões espaciais predominantes ao longo das décadas. Também trataremos do processo de produção do espaço urbano de acordo com o contexto histórico do estado de São Paulo: como modernização, industrialização e urbanização, os quais reconfiguraram a estrutura espacial. Além disso, abordaremos os processos urbanos ocorridos, mais especificamente, no eixo metropolitano de Campinas.

No segundo capítulo, O Perfil Sociodemográfico dos Moradores de Aglomerados Subnormais em Campinas, faremos uma explanação de como estão assentadas as favelas no âmbito nacional, colocando a favela no centro da discussão da segregação socioespacial e como resultado das dinâmicas sociais, econômicas e demográficas. Será apresentado como a literatura e o IBGE definem favela através de elementos que configuram sua infraestrutura. Apresentaremos o perfil sociodemográfico dos aglomerados subnormais, quanto às características de sua população, comparando-se ao perfil médio do município de Campinas. E a partir dos dados sobre a infraestrutura urbana e os serviços públicos acessados pelos domicílios de aglomerados subnormais, realizaremos uma análise de clusters para tratar a sua heterogeneidade urbana.

Finalmente, no terceiro capítulo, A Noção de Favela: Habitação Precária em Campinas, investigaremos como se consolidaram e como se organizam alguns exemplos de aglomerados subnormais e os bairros nos quais eles estão inseridos. Nesse capítulo, exporemos também as características dos aglomerados subnormais selecionados através dos dados censitários de 2010, de imagens do Google Maps e de fotografias captadas no campo observacional.

CAPÍTULO 1 – A PRODUÇÃO DA CIDADE SEGREGADA

A segregação socioespacial é um processo que faz parte da discussão sobre favelas, por isso adentraremos no debate que caracteriza seus padrões e que concernem ao caso brasileiro no intuito de compreendermos como ocorrem e quais os agentes que produzem uma cidade segregada desde meados do século XX. Focaremos nos processos históricos do estado de São Paulo por se tratar de um estudo que aborda um município do sudeste e também delimitaremos brevemente os processos urbanos de Campinas no âmbito metropolitano.

1.1 O contexto histórico do estado de São Paulo na produção do espaço urbano

Até os anos 1930, o Brasil detinha uma economia predominantemente agrícola e periférica, com uma concentração de massa populacional nas áreas rurais. Após a chegada da crise de 1929, houve uma modificação na estrutura econômica do estado de São Paulo a qual promoveu mais intensamente a modernização da economia agrícola e, por outro lado, o aumento do êxodo rural paulista.

A economia cafeeira no estado, notadamente, mobilizou a urbanização produzindo o crescimento das cidades. Entre as décadas de 1930 e 1950 também ocorreu o desenvolvimento da indústria em São Paulo, concentrando trabalhadores fabris nas áreas urbanas. Já entre 1950 e 1960, com a consolidação das fábricas, aprofundaram-se as transformações urbanas, construindo um cenário residencial e comercial que foi beneficiado pelo aumento de investimentos em infraestrutura.

O fortalecimento desses processos ganhou peso negativo na década de 1960 com o agravamento dos problemas sociais e econômicos nas grandes cidades (CANO, 2011). O processo de metropolização intensificou sua forma nos anos de 1970. Nesse período, as cidades já apresentavam dificuldades em conviver e articular o dinamismo dos processos urbanos, tais como a especulação imobiliária e a periferização. Em decorrência disso, ocorreram muitas perdas no que concerne às expectativas das condições de vida nas cidades. Cano (2011) aponta que o padrão de vida declinou, o número de privatizações de serviços públicos aumentou e o poder de articulação política da população tornou-se mais defasado.

A intensa industrialização dessa década cooperou para a redistribuição das atividades econômicas e da população no meio urbano, houve uma maior expansão das cidades e uma polarização mais significativa dos territórios urbanos. Por meio disso, o acirramento das disputas por localização na cidade possibilitou que o mercado imobiliário passasse a orientar mais preponderantemente o processo de fixação da população nos espaços

da cidade, coordenando o ajustamento do uso do solo, assim, contribuindo para a organização dos arranjos intraurbanos. Dessa forma, a produção do espaço nas metrópoles foi orientada, em parte, pelo mercado imobiliário que acabou por agravar a segregação socioespacial. Nas áreas mais centrais da cidade concentravam-se as classes mais abastadas (VILLAÇA, 1998), enquanto as classes populares residiam principalmente na periferia ou em habitações de baixo custo no centro, como os cortiços. Dessa forma, configura-se o padrão mais tradicional de centro-periferia, que será explicado mais adiante neste capítulo.

De maneira geral, a moradia e a infraestrutura disponíveis na periferia eram de baixa qualidade, dispondo, muitas vezes, de um acesso limitado a serviços e infraestrutura urbana. Problemas em saúde, educação, saneamento, habitação, emprego e mobilidade urbana constituem alguns elementos de precariedade experimentados por seus moradores. Nessa perspectiva, notamos que a segregação é um assunto que percorre o concreto e o imaginário da população, tornando relevante explorar e elucidar alguns dos seus enredos. No nosso caso, a segregação socioespacial na cidade, de certa forma, é incentivada pela contradição entre acumulação e distribuição. As desigualdades na cidade podem apresentar uma multiplicidade de facetas, destrinchando-se em aspectos econômicos, raciais, culturais, entre outros. Cada um desses atributos revela as distinções existentes entre a população e merece seu lugar no centro das análises. Todavia, a escolha teórica deste trabalho elucidará como as desigualdades sociais apresentam-se no espaço físico das cidades.

1.2 Os processos urbanos no eixo metropolitano de Campinas

O espaço geográfico de nossa pesquisa é o município Campinas, logo, vamos contextualizar a produção de seu espaço urbano a fim de termos o pano de fundo em que ocorrem os processos que nos deteremos nesta dissertação. No fim do século XVIII até a primeira metade do século XIX, com uma mão-de-obra que ainda contava com o trabalho escravo, a região de Campinas experimentava o desenvolvimento econômico do ciclo do açúcar paulista com relevância da produção e da exportação de açúcar. Já, após a década de 1850, a até então província de São Paulo substituiu a produção de açúcar pelo café. Esses dois cultivos estimularam o crescimento de ocupação de terras na região. “A condição de maior centro produtor, e de núcleo estratégico no sistema de transportes, impulsionou o crescimento urbano de Campinas e a diversificação de sua estrutura social” (SEMEGHINI, 1988, p. 12). Esse papel desempenhado por Campinas consolidou sua posição na rede urbana de São Paulo.

Durante a crise cafeeira, na segunda década do século XX, os processos econômicos modificaram-se e promoveram mudanças nas características da industrialização

do estado, e o município passou a investir em outros cultivos – algodão, laranja, leite, por exemplo. Após a crise, a urbanização e o crescimento populacional intensificam-se, parcialmente, facilitados pela rodovia Anhanguera (SEMEGHINI, 1988), além disso houve mudança no padrão de acumulação, o que alterou a estrutura da divisão social do trabalho e a dinâmica populacional.

A etapa que vai de 1947 a 1952 assinala uma conjuntura expansiva, com um poderoso componente especulativo, nos negócios imobiliários. Pode ser vista como uma fase de transição, quando se afirmam os traços que iriam caracterizar o crescimento físico da cidade após 1950, e insere-se num quadro geral de exacerbação das atividades construtivas e loteadoras do estado (SEMEGHINI, 1988, p. 163).

Nos anos 1950 continua o processo de êxodo rural, gerando uma concentração populacional na capital do estado e iniciando a metropolização dos municípios vizinhos. Já entre as décadas de 1960 e 1970 a indústria pesada interiorizou-se, gerando fluxos migratórios para Campinas. Em termos econômicos e populacionais, o crescimento mais significativo de Campinas ocorreu durante a década de 1970 orientado pela desconcentração industrial de São Paulo. Esse processo promoveu a instalação de indústrias ao longo da rodovia Anhanguera e foi acompanhado por um intenso fluxo migratório caracterizado por ser uma mão-de-obra de baixa qualificação que se fixou no Sudoeste do município (BACELAR; CUNHA, 2019), em áreas ambientalmente vulneráveis e de condições precárias em infraestrutura e acesso a serviços – locais em que se formaram favelas e ocupações irregulares (PIRES, 2007).

Segundo Pires (2007), a expansão urbana da Região Metropolitana de Campinas (RMC), a partir de 1970, ocorreu devido aos seguintes fatores: a) industrialização dispersa; b) ocupação de áreas de parcelamento desocupadas até 1970; c) grandes conjuntos habitacionais públicos em áreas urbanizadas; d) grandes vazios urbanos; e) parcelamento de áreas novas com infraestrutura e serviços direcionados a um público específico; f) localização de instituições de ensino superior, comércio e tecnologia em áreas afastadas do eixo central; e g) verticalização de áreas mais centrais.

O padrão posterior – a partir da década de 1980 – de crescimento de Campinas promoveu a ocupação do espaço por uma população de classes com rendimentos de médio a alto, principalmente em loteamentos fechados e também por grupos de mais baixa renda concentrados nas periferias, em áreas precárias de infraestrutura urbana (CUNHA et al., 2006). Além de Campinas, outros municípios também cresceram, como Americana, Indaiatuba, Paulínia, Sumaré e Valinhos. Aliados ao crescimento urbano, os municípios no

entorno de Campinas favoreceram-se do sistema rodoviário (PIRES, 2007). Os municípios periféricos da RMC, apresentando um vínculo de dependência com as áreas centrais de Campinas, ampliaram-se e produziram uma oferta de novos loteamentos caracterizados por serem irregulares ou clandestinos e de conjuntos habitacionais, localizados na periferia mais empobrecida – Hortolândia, Monte Mor e Sumaré (PIRES, 2007).

1.3 Padrões de segregação socioespacial

Segundo Sabatine e Sierralta (2006) a separação de grupos sociais por formas e locais de moradia revelam a proximidade ou adensamento territorial da população que partilham de algum traço de identidade, denominada segregação residencial. Para esses autores, a segregação residencial é composta por três dimensões: a) a concentração de grupos sociais em locais específicos; b) a disposição espacial de pessoas com características sociais similares em um mesmo espaço; e c) a percepção que a população de dentro e de fora de algum espaço têm sobre determinada localidade segregada (SABATINA; SIERRALTA, 2006). Essa segregação está vinculada à renda e às desigualdades sociais dentro da cidade, mas essas diferenças não são suficientes para a explicação desse fenômeno espacial. Ela se refere também à separação física/espacial, além da existente entre as classes sociais.

A segregação socioespacial é um fenômeno explícito nas metrópoles contemporâneas brasileiras e importante de ser estudado, em decorrência de seus dinamismos e, principalmente, de suas consequências para a população. A disposição espacial de moradias que visualmente são voltadas para determinada classe social expõe as relações socioeconômicas e as intensifica dependendo do período histórico posto em análise.

Primeiramente, é necessário apresentar os elementos de definição e explicação dos fenômenos oriundos da segregação socioespacial e, então, expor o contexto sob o qual foi construído o tema e a problemática deste trabalho. Assim, para adentrar em um dos principais fenômenos – as favelas –, devemos abordar a temática da periferização, a qual nos explica muitos dos processos urbanos e elucida a análise do processo de favelização. Portanto, não relataremos apenas o que se considera como centro e periferia, mas também caracterizaremos o processo de periferização para, posteriormente, distinguir da favelização, particularmente por que, como já se observou, esse fenômeno também ocorre nas áreas centrais das grandes cidades.

1.3.1 Centro-periferia

O primeiro padrão de segregação socioespacial que exploraremos está na relação centro-periferia. Sob as lentes da segregação socioespacial, centro e periferia são conceitos complementares, pois constituem uma forma inteira que é a cidade. Porém também são dependentes, pois o centro só existe se colocado em perspectiva com a periferia e vice-versa. A explicação dessas constatações e o significado desses conceitos estão tanto no âmbito espacial, como no âmbito social. A configuração do espaço das cidades brasileiras que se deu através do modelo de organização centro-periferia dos anos 1940 até 1980 (CALDEIRA, 2000) distinguia e restringia áreas da cidade para o centro e periferia. Nos centros das cidades, estavam dispostas as classes médias e altas, onde havia amplo acesso aos serviços públicos e infraestrutura urbana. Distantes desses locais, estavam as periferias, abastecidas por um conjunto de ausências, públicas e privadas (CALDEIRA, 2000).

A explicação do processo de formação da configuração centro-periferia está baseada em amplas contradições da cidade que, por sua vez, está fundada no desenvolvimento industrial e na acumulação de capital (CAMARGO et al., 1982), a qual reflete as formas e locais de moradia. O padrão tradicional de centro-periferia consiste na separação da população em áreas da cidade, uma parte da cidade vive uma população que recebe bons salários, possui um nível educacional privilegiado e reside em moradias abastadas, providas por serviços públicos e com infraestrutura de qualidade. Na outra parte reside uma população que sobrevive com baixos salários, pouca escolaridade e mora em habitações precárias em todos os aspectos. Constitui-se, assim, a cidade pela contradição entre acumulação e pobreza.

É fato que acessar bens e serviços da cidade, tanto por meios públicos ou privados, é um benefício filtrado pela renda, mas que toma proporções estruturais quando se tem a perspectiva da distribuição espacial da cidade. Como já foi discutido, há fatores estruturantes da vida nas cidades que incidem sob as formas de morar e as condições socioeconômicas da população, isto é, a distribuição espacial da população na cidade ocorre consoante à condição social dos habitantes – vice-versa –, o que reforça as desigualdades (CAMARGO et al., 1982).

Anterior a essa dinâmica habitacional operada pela lógica do início da industrialização brasileira, a moradia em cortiços – que já datava da década de 1890 no Brasil – também se destinava aos operários. Eram moradias sem infraestrutura e que funcionavam de modo a abrigar muitas famílias, compartilhando áreas comuns. Os cortiços – apesar de ocorrerem concomitante às favelas – perderam parte de sua importância e ocorrência nas cidades, predominando, assim, as habitações autoconstruídas nas periferias e as favelas já na

década de 1980 (KOWARICK, 2013). Não podemos descartar a permanência dos cortiços na realidade das metrópoles, portanto é necessário evidenciar que atualmente eles já não têm o mesmo impacto na organização espacial das cidades devido à redução no número desse tipo de habitação.

O início do período da industrialização brasileira, nos anos 1930, organizou a paisagem de precariedade e o abismo social, principalmente no que se refere à habitação. As vilas operárias abrigavam os trabalhadores das indústrias, o que acabava por reduzir as distâncias entre o local de trabalho e os custos da habitação da mão-de-obra. A “solução” – o que era solução para os donos de fábrica, na verdade prejudicava as condições de vida dos operários – de instalar essas vilas junto às indústrias destinava-se aos trabalhadores mais qualificados, porém as circunstâncias nas quais os trabalhadores viviam eram muito vulneráveis e frágeis (CAMARGO et al., 1982). O oferecimento de moradias de baixo custo perto do local de trabalho ocorria a fim de reduzir as despesas dos donos das fábricas, o que permitia que os salários fossem rebaixados.

A lógica de produção capitalista que visa a alta produtividade a baixos custos, possibilitou o lucro para os donos de fábricas. Entretanto, o fluxo migratório intenso promoveu a criação do excedente na força de trabalho, o que tornou desnecessária a fixação da moradia do operário próxima à fábrica – nas vilas operárias. As empresas transferiram a responsabilidade do custo da moradia e dos transportes para os trabalhadores e o custo dos serviços urbanos básicos para o Estado (CAMARGO et al., 1982). Nesse período, ampliou-se a pressão sobre a oferta de habitações populares e a periferia consolidou-se, constituindo-se como áreas da cidade que estavam fisicamente afastadas do centro de vivências, serviços e benefícios.

Em regiões próximas à São Paulo, entre as décadas de 1960 e 1970, o acelerado crescimento demográfico promoveu o aparecimento de bairros cada vez mais afastados da capital (CAMARGO et al., 1982). Pessoas que não conseguiam mais se manter no centro ou que eram retiradas por pressões socioeconômicas, fixaram-se em locais afastados de seu trabalho, sendo necessário que percorressem longas distâncias para realizar o deslocamento de suas residências para seu emprego:

A periferia é o destino residencial dos trabalhadores, ainda que haja áreas vagas em locais mais próximos do centro, ou melhor providos de recursos básicos. E não são somente os recém-chegados que se devem dirigir aos bairros longínquos. As populações mais pobres que vivem nas áreas de povoamento antigo da cidade são dali expulsas pela valorização dos terrenos (CAMARGO et al., 1982, p. 35).

O desenvolvimento econômico contribuiu para a formação de bairros periféricos, mas também produziu a intensificação da mobilidade de emprego. A indústria de bens de capital e de produção, e as exportações desenvolveram-se e intensificaram-se. Os empregos diversificaram-se intensamente, gerando uma diferenciação nos salários, acentuando as desigualdades e, conseqüentemente, a segregação socioespacial. Dessa forma, promovendo, em certa medida, o acirramento das relações de trabalho e dos problemas sociais (SEMEGHINI, 1988). O desenvolvimento econômico não significou o fim da precariedade dos salários e muito menos o acesso à moradia de qualidade, mas o contrário, a aquisição de moradia pelas classes mais baixas era restrito e, muitas vezes, não era possível responder às necessidades mínimas de infraestrutura e serviços para essa população.

1.3.2 Autossegregação dos mais ricos: enclaves fortificados e periferias elitizadas

Além da visão tradicional da separação da cidade entre centro e periferia, ou ainda da região metropolitana, outro padrão consolidou-se em meados dos anos 1980. Esse padrão não excluiu a vigência da dicotomia centro-periferia, mas acrescentou aos fenômenos urbanos um tipo de habitação que não transformou o espaço urbano em si, mas trouxe ao cenário da cidade casas com muitos aparatos de segurança. Essas casas denominadas de enclaves fortificados por Caldeira (2000) caracterizam-se pela presença de muros, eram equipadas com cercas elétricas e câmeras de segurança e foram construídas a partir da narrativa da ocorrência de crimes violentos.

A disseminação dos condomínios fechados foi, em alguma medida, uma resposta ao encarecimento das terras centrais e da crise econômica do modelo vigente, que levou as incorporadoras imobiliárias a buscarem grandes glebas distantes do centro estabelecido – os condomínios e loteamentos horizontais não foram (e ainda não são) construídos em áreas centrais e tradicionais, pois requeriam lotes (SILVA, 2016 p. 42).

Nessas moradias sobremodo protegidas, muitas vezes encontradas dentro de loteamentos e condomínios fechados, criam espaços privatizados que reduzem a atividade da população no âmbito da vida pública tradicional nas ruas e que promovem o distanciamento físico e moral da população mais pobre. O aumento de crimes violentos na década de 1980 – especialmente em São Paulo – não só fomentou parte da narrativa envolvida na construção dos enclaves fortificados e a separação de grupos sociais, como também incitou preconceitos. Marcuse (2001) chama atenção aos tipos de enclave, chamando de exclusionary enclave, ou enclave excludente, os quais concentram uma população definida pela sua posição social

superior na escala econômica da sociedade, de modo a se autossegregarem para manter a sua posição social (MARCUSE, 2001).

Além disso, no contexto decrescente medo do crime e de preocupação com a decadência social, os moradores não mostram tolerância em relação a pessoas de diferentes grupos sociais nem interesse em encontrar soluções comuns para seus problemas urbanos. Em vez disso, eles adotam técnicas cada vez mais sofisticadas de distanciamento e divisão social (CALDEIRA, 2000, p. 255).

Esse padrão de segregação que consiste na autossegregação dos mais ricos intensifica a desigualdade das classes sociais e mostra outra expressão das estratégias de separação na cidade (CALDEIRA, 2000). Marcadas anteriormente como lugares pobres, parte das periferias ressignificaram-se dando lugar a essa população mais rica. Entre a década de 1980 e 1990, em São Paulo, houve um aumento no número de ricos e da classe média na periferia e uma conseqüente redução da presença de população pobre tradicionalmente periférica (CALDEIRA, 2000).

Esse quadro de ocupação das terras urbanas foi em decorrência de dois movimentos opostos que afetaram a distribuição espacial da população: “o empobrecimento causado pela crise econômica dos anos 1980 e as melhorias de infra-estrutura urbana na periferia, inclusive a legalização de terrenos, resultante da pressão dos movimentos sociais e de um novo tipo de ação dos governos municipais” (CALDEIRA, 2000, p. 231). Houve aumento nos melhoramentos urbanos e encarecimento do preço da terra nas periferias, enquanto a renda da população diminuía. Todavia, não podemos negar que a população anterior e predominantemente pobre fez parte das ações que promoveram melhorias na periferia. Reivindicações ligadas ao direito à cidade e mudança para um status de legalidade através da mobilização de movimentos sociais desde a década de 1970, juntamente com o período de democratização do Brasil, constituíram uma parcela das melhorias nas condições de vida na periferia.

Esse processo faz com que o padrão de segregação socioespacial que se observa hoje nas grandes aglomerações urbanas, em especial nas principais regiões metropolitanas do país, embora não elimine a forma urbana tradicionalmente observada até os anos 1980, seja acrescido de novas formas de ocupação por parte das elites de áreas cada vez mais periféricas e distantes dos centros, fenômeno que tem sido chamado de novas periferias (COSTA et al., 2005) ou periferias elitizadas (CUNHA, 2018).

1.3.3 Favelas

O terceiro exemplo dos padrões de segregação socioespacial e tema central nessa pesquisa é a favelização. A favela pode ser considerada como um conceito complementar na análise da segregação socioespacial, pois ela acrescenta à cidade uma forma de configuração do espaço e de habitação. A favela, em alguns casos, não está distante do centro – como no caso das periferias. Ela pode ser encontrada muito próxima às áreas centrais, mas o que separa marcadamente a favela do resto da cidade é a distância social. Sendo assim, ela é uma das expressões da falta de implementação de projetos de habitação e agrega ao fenômeno da segregação socioespacial uma forma urbana diferente da oposição centro-periferia.

Pasternak (2001) afirma que a paisagem da favela pode confundir-se com a do anel periférico das cidades devido ao aspecto com “o mesmo cinza do bloco e da laje, a mesma aparência de eterna construção com o vermelho dos tijolos de vedação galgando mais um andar” (PASTERNAK, 2002, p. 10). Entretanto, favela possui suas particularidades com “casas menores, densidade domiciliar maior, saneamento precário, lixo e entulho amontoados, caminhos tortuosos e estreitos, ausência de áreas coletivas, situação em áreas de fundo de vale ou de grande declividade” (PASTERNAK, 2002, p. 10). Esse tipo de habitação ainda é composta por outras especificidades, dependendo do local. Em especial, as favelas paulistanas assemelham-se aos loteamentos precários da periferia que ocupam espaços ainda mais precarizados, como sob pontes, viadutos, às margens de córregos e estradas (PASTERNAK, 2002). Contudo, a favela não apenas como conceito, mas também como fenômeno urbano, pode ser ressignificada à medida em que ocorre a consolidação desse tipo de assentamento.

A compra da casa própria podia ser realizada com o deslocamento para municípios periféricos das grandes metrópoles, o que promoveu a expansão dos loteamentos populares (ROLNIK; KOWARICK; SOMEKH, 1991). Contudo, houve, em certa medida, uma desaceleração do padrão de expansão periférico dos anos 1970, que promoveu a reversão da periferação em decorrência da valorização crescente de áreas com melhoramento urbano, da elevação do preço do solo e das recessões econômicas. Esses fatores acabaram por impossibilitar a população de comprar um terreno, materiais de construção ou de pagar aluguel.

Na década de 1980, mais enfaticamente, São Paulo apresentava um anel central onde residiam as classes médias e altas e que eram circundadas por periferias pobres, configurando um padrão extensivo de segregação. Contudo, essa paisagem transformou-se a partir do esvaziamento das áreas mais centrais com a crise econômica dos anos 1980 que provocou um desemprego em massa (BALTRUSIS, 2004). Rolnik; Kowarick e Somekh

(1991) apontam que nesse período houve uma diminuição relativa da segregação, pois a reduziu através do aumento mais generalizado da pobreza.

[...] a aproximação territorial dos grupos pobres e médios no espaço urbano nada tem de democrática, pois não traduz uma abertura social e econômica que levasse a um processo de ascensão dos grupos de renda mais baixos. Além disso, essa aproximação nada tem de igualitária, pois se exhibe de forma bem menos acentuada onde moram as camadas médias superiores – e preservam as restritas áreas de moradia das classes mais privilegiadas” (ROLNIK; KOWARICK; SOMEKH, 1991).

Essa segregação intensiva que ocorreu com a aproximação de grupos sociais distintos dentro de um mesmo espaço foi conflitiva na medida em que a população de mais alta renda dispunha de recursos para habitar em condomínios verticais equipados com dispositivos de segurança, ao lado, a população de classes socioeconômicas mais baixas residia em casas de infraestrutura precária em terrenos desprovidos de elementos de urbanização.

1.3.3.1 A relação da cidade informal e da produção de moradias: o impasse na regularização fundiária

A favela já foi muito apresentada com uma concepção de cidade ilegal que tem como uma de suas principais características de ilegitimidade a falta da posse da propriedade. Ela também é constituída da existência de irregularidades urbanísticas e normativas, e geralmente são áreas em que habitam uma parcela mais pobre da população. Contudo, o emprego da palavra “ilegal” traz suas próprias concepções à habitação e aos habitantes dessas localidades, pois constitui uma ideia revestida de preconceções, como a ausência de cidadania. Em contraposição aos outros espaços “legais” da cidade em que moram habitantes “regulares”, com acesso aos equipamentos, serviços públicos e infraestrutura urbana.

Essa dita “ilegalidade” desses assentamentos pode ser concebida através da condição de acesso à terra e do tipo de área ocupada. Nesses assentamentos, enquadram-se não só as favelas, mas também loteamentos irregulares ou clandestinos. Por isso, reivindica-se o uso termo “informal” ao invés de “ilegal”, devido aos preconceitos imputados aos habitantes das regiões favelizadas.

A informalidade das favelas pode ser revelada também através da presença do mercado imobiliário informal que coordena as transações de compra e venda de terrenos e moradias em propriedades privadas ou públicas. Parte dessa dinâmica relaciona-se ao déficit

habitacional gerado pelo poder público que não produz moradias em suficiência (BALTRUSIS; D'OTTAVIANO, 2009).

A população de baixa renda que não consegue ser assistida por programas estatais e também não obtém casas através do mercado formal de terras, busca outros meios de acessar habitação, viabilizando a produção de casas na favela. “A informalidade cresceu à medida que o Estado Central foi perdendo sua função reguladora e redistributiva” (BALTRUSIS, 2004, p. 55).

A produção de moradias desempenhada pelo Estado não consegue responder e acompanhar a demanda por habitação com suficiência e rapidez. “Como essa produção estatal não se demonstrou capaz de diminuir a demanda, os programas habitacionais diminuíram os padrões e cotas da moradia” (BALTRUSIS, 2004, p. 56). Nessa perspectiva, a produção de moradias dentro da cidade informal ocorre a despeito dos programas estatais e continua a crescer.

Portanto, pode-se afirmar que a informalidade, apesar de ser um meio de acesso da população mais empobrecida à terra, perpetua a vulnerabilidade social da população, como ocorre nas favelas. Sem o título de posse da terra ou da construção adquirida através do mercado imobiliário formal, a situação de precariedade em infraestrutura e serviços públicos continua a ser perpetuada, pois muitas melhorias urbanas só serão implementadas em moradias regularizadas. Os programas de urbanização em favelas e loteamentos irregulares operam no sentido de promover a regularização fundiária e, assim, permitir que sua população melhore o quadro de pobreza urbana. Contudo, a implementação de programas de melhorias em favelas não implica necessariamente na reversão do quadro de precariedade ou de exclusão social e, muito menos, que realmente ocorre a regularização fundiária nos projetos de urbanização de favelas. Aponta-se que os processos de regularização e urbanização podem provocar: a) a deterioração, com o aumento dos gastos das famílias devido à melhor infraestrutura do local ou ainda com a expulsão dos moradores antigos; b) a estabilização, que não produz melhorias suficientemente capazes de mudar o quadro de segregação socioespacial; e c) a melhora da situação, em que a área se consolida como formal (BALTRUSIS, 2004).

CAPÍTULO 2 – O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS MORADORES DE AGLOMERADOS SUBNORMAIS EM CAMPINAS

O conceito de favela é muito difundido no meio acadêmico e faz referência a um tipo de habitação emblemático em capitais como Rio de Janeiro (LAGO, 2015) e São Paulo (PASTERNAK, 2002). Além de sua definição, que pode ser questionada devido à diversidade das formas urbanas de habitação com características de precariedade, a própria nomenclatura pode ser debatida. Como já foi apontado, o conceito operacional para favelas mais próximo da definição é aglomerado subnormal. Contudo, afirmar que todo aglomerado subnormal representa uma favela é um erro conceitual, principalmente considerando as especificidades regionais.

O termo favela pode trazer consigo uma concepção de pobreza e alta precariedade habitacional que nem sempre condiz com a realidade da área dos aglomerados subnormais. As áreas de favela são colocadas, muitas vezes, como espaços que estão em contraposição à cidade formal. Elas, por vezes, são consideradas como o lugar da “não cidade” (AMORE; LEITÃO, 2019), o lugar fora dos padrões urbanísticos de áreas regularizadas e legais da cidade. Antes de mapear o perfil sociodemográfico e colocar em discussão se as localidades de aglomerados subnormais em Campinas podem ser classificadas como favela, é necessário apresentar o que se entende por favela conceitualmente e como ela se apresenta na cidade.

2.1 A imagem da favela

A favela é um fenômeno que ocorre em todo o mundo, cada localidade com suas particularidades. Entretanto, pode-se elaborar um eixo comum de características que permite identificar e classificar determinado assentamento urbano como favela. Isso, muitas vezes, é devido às dinâmicas que influenciam a criação e, de certa forma, a manutenção do fenômeno de favelas, pois estão relacionadas ao mundo globalizado que, por sua vez, intensifica processos e hierarquias urbanas (DAVIS, 2006).

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), as favelas são locais onde há “excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado à água potável e a condições sanitárias e insegurança da posse de moradia” (DAVIS, 2006, p. 33). Apesar de parte das favelas brasileiras não cumprirem todos esses requisitos citados, há aspectos que permitem traçar um eixo comum na sua classificação. Dessa forma, algumas características comuns às favelas são: um local onde reside uma população com renda baixa, uma área caracterizada pela irregularidade da ocupação do solo e pela precariedade de serviços

públicos. Essa caracterização feita por Davis (2006) remete à noção dos slums do denominado mundo subdesenvolvido. Sua tradução para o português como favela não pode ser considerada no sentido estrito quando se coloca a realidade brasileira e, em especial, ao que se observa em alguns aglomerados subnormais de Campinas – que será apresentado mais adiante.

A população das favelas compartilha outras características que estabelecem um perfil dos residentes através de dados. Por exemplo: habitam em domicílios com elevado grau de carência de serviços públicos e precários padrões urbanísticos, residem, em geral, em áreas de risco ambiental e em moradias irregularmente construídas, muitas vezes, sem luz, água, arreamento e plano urbano (PASTERNAK, 2006). Há outras definições que se atentam ao critério de legalidade da ocupação da terra, verificando-se o estatuto jurídico para definir o setor (ou o conjunto de setores) como um aglomerado subnormal. Apesar desse padrão de ocupação irregular no terreno, muitos dos residentes em favela possuem a propriedade da construção (PRETECEILLE; VALLADARES, 1999).

Referindo-se à sua formação, pode-se qualificar a favela como um espaço urbano fundado a partir da ocupação gradual ou repentina, pacífica ou violenta, organizada ou individual. Caracterizando-se também pela presença de ruas com traçado irregular, de menores dimensões, muitas vezes com ruas de terra, com casas que não correspondem a códigos de obras e normas de uso do solo. O aspecto das casas em áreas de favela pode ser diverso, caracterizando-se por casas de alvenaria, barracos de madeira, metais e lonas. “A aparência de eterno canteiro de obras, tal como a periferia pobre da cidade, mantém-se nas favelas. Ruas estreitas e desordenadas lembram uma cidade medieval, tortuosa e confusa, dotada de desenho que não obedeça aos imperativos do automóvel” (PASTERNAK, 2006, p. 19).

Contudo, não se deve considerar as favelas como espaços homogêneos, pois apesar dos aspectos que as unem, são dotadas de diversidade social, tanto dentro delas, como entre elas. “Enfim, as favelas se integram ao espaço urbano e têm diversidades dentro e entre si. Seus habitantes são trabalhadores que produzem e consomem, como outros que moram em distintos segmentos do tecido urbano” (PASTERNAK, 2006, p. 22).

Em 1950 houve a inclusão da categoria favela na contagem da população do IBGE – somente para o Rio de Janeiro –, porém apenas em 1980 foi realizada essa contagem para São Paulo – “O IBGE, desde então, continua basicamente utilizando a mesma definição para o que denomina ‘aglomerado subnormal’, ou seja, a favela” (PASTERNAK, 2001, p.

12). Na categoria de aglomerado subnormal também podem ser encontradas outras denominações de habitação, como comunidade, grotão, vila e mocambo.

Há alguns quesitos que constituem as favelas e suas habitações, como proporções mínimas dos agrupamentos domiciliares, o tipo de moradia, a condição jurídica da ocupação, o acesso aos equipamentos urbanos e o grau de urbanização (PASTERNAK, 2001). Segundo o IBGE, considera-se “aglomerado subnormal” todo setor censitário que contém cinquenta ou mais casas contíguas de favelas. Entretanto, essa definição pode causar distorções, pois um aglomerado com 20 casas em um setor e 40 casas em outro setor, não será contabilizado como favela, o que subestima essa realidade. Em contrapartida, sendo captadas 51 moradias de favela, o setor completo será analisado como aglomerado subnormal, embora haja outras casas que não façam parte da favela (PASTERNAK, 2001).

Portanto, a conformação da favela como um setor subnormal ocasiona alguns problemas nas estimativas demográficas, pois os setores são definidos antes da realização do censo. Desse modo, a qualidade da estimativa depende do nível de atualização da cartografia e as favelas pequenas tendem a não serem consideradas devido ao seu tamanho insuficiente. Além disso, em decorrência do dinamismo do fenômeno, uma favela captada como aglomerado subnormal no ano do recenseamento pode não só crescer ou mudar a aparência visual e a localização das habitações, como também pode desaparecer pouco tempo depois.

2.2 São homogêneas? São favelas?

Delimitar o universo conceitual de favela faz parte da compreensão do fenômeno, porém a interpretação de algumas características pode enviesar e contribuir para a perpetuação de discursos envolvidos em preconceções que constroem uma noção dessa forma de assentamento urbano. Por isso, esse trabalho baseou-se no debate sobre a heterogeneidade em contraposição a visão de homogeneidade das favelas, com a finalidade de revelar através dos dados – e posteriormente da pesquisa de campo – se a concepção de favela pode ser empregada aos aglomerados subnormais do município de Campinas.

Um dos aspectos importantes ao se considerar a definição de favela é a sua comparação histórica, pois é sabido que elas se modificaram desde o seu surgimento. Atualmente, há um esforço por parte da literatura (PASTERNAK; D’OTTAVIANO, 2014) de descarte dos preconceitos no imaginário social sobre a definição de favela, já que eram permeados de senso comum e paradigmas. “Dessa precariedade urbana, resultado da pobreza de seus habitantes e do descaso do poder público, surgiram as imagens que fizeram da favela

o lugar da carência, da falta, do perigo a ser erradicado, do ‘outro’, distinto do morador civilizado” (PASTERNAK, 2006, p. 5-6).

Os aspectos que perpassam a mente da população e que configuram uma definição de favela para parte das análises e de certa forma contribuem para a perpetuação de estigmas. Inclusive, a utilização dessa nomenclatura para algumas localidades não corresponde, muitas vezes, ao que se capta na observação do pesquisador e na vivência do morador. Por isso, já reivindicamos a visão da multiplicidade de características das favelas e, mais especificamente nessa pesquisa, dos aglomerados subnormais. Eles não se constituem – em muitos casos – como uma forma homogênea quanto a sua estrutura e composição. Os processos sociais e as dinâmicas demográficas do país contribuíram para a constante modificação desse fenômeno urbano. Sendo assim, o perfil dos moradores modificou-se ao longo dos anos e, atualmente, pode apresentar uma dissimilaridade de perfis (BACELAR; CUNHA, 2019).

Na verdade, não podemos colocar as favelas em um todo homogêneo, considerando que suas áreas, suas moradias e seus residentes partilham de características que nem sempre estão à margem do status da formalidade. No caso dos aglomerados subnormais de Campinas, há claras diferenças entre eles no que se refere ao acesso a serviços públicos e infraestrutura urbana.

Ao abordar a temática sobre a heterogeneidade das favelas, é importante apresentar algumas considerações conceituais. As formas de organização da população nos espaços da cidade sofrem constantes alterações, além de não se apresentarem da mesma maneira em todas as regiões. Essas características podem transformar o fenômeno urbano em si e, inclusive, pôr em cheque tal nomenclatura.

A terminologia favela é coerentemente utilizada para designar os espaços de aglomerados subnormais? De certo que, as características dos assentamentos urbanos, em especial, aqueles com características de precariedade modificam-se diariamente. Então, a utilização do termo favela deve estar em concordância com os aspectos socioespaciais e demográficos que caracterizam esses espaços. Muitas áreas de aglomerados subnormais de Campinas, segundo o Censo de 2010, não são colocadas como favelas para a população residente ou para os agentes da prefeitura. A nomenclatura mais comumente utilizada para denominar esses espaços é de núcleos residenciais.

2.3 Quem mora nos aglomerados subnormais de Campinas?

Atualmente, as favelas apresentam características que se aproximam das características de outros locais da cidade. Contudo, alguns dados podem mascarar parte das precariedades presentes nas favelas, por isso, é preciso fazer o uso da análise de dados juntamente com o que já foi registrado pelos pesquisadores. Apesar de ser necessário reduzirmos ou eliminarmos os estigmas sobre a população de favelas, é relevante expormos o quadro de segregação socioespacial na cidade que coloca essas áreas em muitas desvantagens sociais. Nesse sentido, serão apresentados dados a respeito das características sociodemográficas do agregado dos aglomerados subnormais de Campinas, estabelecendo uma comparação com as médias municipais – abrangendo os setores urbanos e rurais – a fim de conhecermos o perfil dos moradores dos aglomerados subnormais. Depois disso, faremos uma descrição do perfil dessa população e da infraestrutura acessada por ela para o ano de 2010 de acordo com os dados do Censo do IBGE. Enfatizamos que a categoria de aglomerado subnormal é considerada como uma proxy de favela, porém, tendo em vista as ressalvas de fazermos uso dessa compatibilização de conceitos.

2.3.1 Aspectos urbanos

Sendo uma das características consideradas nas análises das condições habitacionais da população pela literatura (CORBUCCI; ZEN, 2013), a escassez do abastecimento de água ajuda-nos a tratar analiticamente do acesso à infraestrutura urbana e, inclusive, nos possibilita reconhecer a condição de subnormalidade do setor censitário (CORBUCCI; ZEN, 2013). A sua presença, bem como a forma de abastecimento de água pode nos indicar o cenário de precariedade nos aglomerados:

O adensamento populacional (com uma intensificação do uso e ocupação do solo) e a expansão urbana trouxeram consigo profundas alterações ambientais, tais como: a má qualidade da água para abastecimento e a precariedade ou ausência de saneamento básico decorrentes da falta de equipamentos urbanos, como rede de abastecimento de água, rede de esgoto e calçamento (LEITE; FRANÇA, 2007, p. 139).

Contudo, na Tabela 1, referente aos serviços acessados pela população, temos os dados sobre a forma de abastecimento de água nos informando que os aglomerados subnormais de Campinas dispõem, quase que em sua totalidade, de um amplo acesso à rede geral de distribuição (98,9%), assim como o município (98,1%). No entanto, é necessário fazer a ressalva de que, assim como os “gatos” – ligações irregulares – de energia elétrica, há

também “gatos” no abastecimento de água. “[...] mesmo não sendo de todo irregular, uma vez que há ao menos um hidrômetro, a forma de distribuição da água na favela se dá de forma organizada pela própria comunidade que também cuida do reparto dos custos” (BACELAR; CUNHA, 2019, p. 7).

TABELA 1 – Domicílios particulares permanentes no agregado dos aglomerados subnormais e no município por forma de abastecimento de água, Campinas, 2010

Forma de abastecimento de água	Aglomerados subnormais		Município	
	Domicílios	%	Domicílios	%
Rede geral de distribuição	39621	98,986	341754	98,130
Poço ou nascente na propriedade	98	0,245	4547	1,306
Poço ou nascente fora da propriedade	37	0,092	1071	0,308
Carro-pipa	3	0,007	104	0,030
Água da chuva armazenada em cisterna	2	0,005	7	0,002
Rio, açude, lago ou igarapé	5	0,012	24	0,007
Outra	261	0,652	761	0,219
Total	40027	100	348268	100

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Através de nossos conhecimentos empíricos e observações de campo que serão apresentados no Capítulo 3, aliados a dados referentes à um município do estado de São Paulo, sabemos que muitas áreas de aglomerados não têm acesso direto e formal à rede de distribuição de água. Inclusive, mais adiante veremos que a variável de rede geral de água não foi tomada no método de clusterização aplicado, pois devido à abrangência desses serviços, o dado não é suficientemente consistente para diferenciar grupos dos aglomerados subnormais de Campinas.

Já a informação que possuímos sobre a existência de água canalizada (em pelo menos em um cômodo e no terreno ou na propriedade) pode encobrir a realidade do acesso ao serviço. Na Tabela 2, mostra-se que quase 100% dos domicílios em aglomerados dispunham desse serviço – bem como no município –, porém a qualidade da água e a frequência do abastecimento não correspondem ao serviço fornecido a outras áreas da cidade. De fato, em um diagnóstico realizado a partir de uma pesquisa domiciliar em 2007 nas Regiões Metropolitanas de Campinas e Baixada Santista, observamos claramente que a informação censitária sobre a existência de água encanada, embora correta, esconde elementos qualitativos importantes sobre esse “fornecimento”. Assim, segundo a mesma pesquisa, enquanto nas zonas mais vulneráveis da Região Metropolitana de Campinas cerca de 96% dos

domicílios declaravam-se ligados a “rede geral e com canalização interna”, cerca de 80% deles dispunham de fornecimento continuado de água (CUNHA, 2009)¹.

TABELA 2 – Domicílios particulares permanentes por existência de água canalizada no agregado dos aglomerados subnormais e no município, Campinas, 2010

Existência de água canalizada	Aglomerados subnormais		Município	
	Domicílios	%	Domicílios	%
Tinham	39381	99,9	347787	99,9
Não tinham	35	0,1	399	0,1
Total	39416	100	348186	100

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

A Tabela 3 revela que os aglomerados subnormais apresentam uma precariedade mais explícita quanto ao tipo de esgotamento sanitário. Nessas áreas apenas 51,6% dos domicílios possuem acesso à “rede geral de esgoto ou pluvial”, em contrapartida o município apresenta 86,2% de acesso. Isso implica que ainda parte significativa dos domicílios em favelas realizam o despejo do esgoto de maneira precária.

TABELA 3 – Domicílios particulares permanentes no agregado dos aglomerados subnormais e no município por tipo de esgotamento sanitário, Campinas, 2010

Tipo de esgotamento sanitário	Aglomerados subnormais		Município	
	Domicílios	%	Domicílios	%
Rede geral de esgoto ou pluvial	20664	51,6	300179	86,2
Fossa séptica	4835	12,1	19713	5,7
Fossa rudimentar	5294	13,2	15910	4,6
Vala	1263	3,2	1802	0,5
Rio, lago ou mar	7490	18,7	9857	2,8
Outro tipo	430	1,1	675	0,2
Não tinham banheiro ou sanitário	51	0,1	51	0,0
Total	40027	100	348187	100

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Além disso, a classificação de “rede geral de esgoto” não indica, necessariamente, o descarte adequado. Assim como o abastecimento de água, o esgotamento sanitário está ligado à saúde pública, ao desenvolvimento urbano e ao meio ambiente (YOSHII, 2017).

¹ Para maiores detalhes sobre a pesquisa e os dados levantados. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/vulnerabilidade/sumario/sumario_final_RMC/index.html.

“[...] os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário representam pilares importantes no enfrentamento da crise urbana, sendo que a insuficiência de acesso indica um dos primeiros sinais da vulnerabilidade de uma população” (YOSHII, 2017, p. 26).

Portanto, a falta de presença desse serviço nos domicílios revela a falha na implementação e abrangência de programas públicos para o atendimento de necessidades básicas, o que permite observar que a segregação continua incidindo sobre os aglomerados subnormais nesse quesito. Há algumas questões que dificultam a atuação do poder público nesse sentido, como o acesso físico limitado das áreas, a existência de restrições ambientais e a condição fundiária irregular do aglomerado subnormal (YOSHII, 2017). Entretanto, como aponta Yoshii (2017), pode haver “(1) Falta de vontade política, (2) Política deficiente a todos os níveis, (3) Fraca estrutura institucional, (4) Recursos inadequados e mal utilizados, (5) Abordagens inadequadas, dentre outras” (YOSHII, 2017, p. 26).

A informação da Tabela 4 sobre o destino lixo nos indica que há um amplo acesso à coleta de lixo nos aglomerados. A interpretação desse dado sem o conhecimento empírico prévio pode conduzir-nos a uma interpretação que não se adequa completamente a realidade e nos dá a impressão de que a coleta de lixo nos aglomerados subnormais é feita da mesma forma que em áreas formalizadas da cidade. Todavia, a coleta nos aglomerados subnormais, a maior parte das vezes, não é realizada diariamente ou a coleta não é feita no domicílio, ou seja, as pessoas fazem o descarte do lixo em pontos distantes de sua habitação (CUNHA, 2009). O arruamento irregular e, muitas vezes, a falta de pavimentação no entorno dos domicílios dificulta e até impossibilita a entrada de veículos que realizam o recolhimento do lixo (FAYA, 2014), de modo que, os habitantes percorrem distâncias significativas para fazer o descarte desses materiais em caçambas ou até mesmo despejando inadequadamente o material em ruas e guias.

TABELA 4 – Domicílios particulares permanentes no agregado dos aglomerados subnormais e no município por destino do lixo, Campinas, 2010

Destino do lixo	Aglomerados subnormais		Município	
	Domicílios	%	Domicílios	%
Coletado	39671	99,8	346702	99,6
Queimado	26	0,1	803	0,2
Enterrado	1	0,0	78	0,0
Outro destino	37	0,1	685	0,2
Total	39735	100	348268	100

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

A forma de descarte e o destino do lixo são medidas que influenciam a incidência de casos de morbidade por doenças infectocontagiosas. A coleta dele, por sua vez, está relacionada às condições de infraestrutura que determinada localidade tem acesso, assim como o esgotamento sanitário (PONTES et al., 2003):

“Coleta em caçamba, aliada a uma frequência irregular de coleta e a altas densidades demográficas resultam sempre em acúmulo de detritos sólidos, possibilitando a presença de baratas, roedores e outros vetores indesejáveis” (PASTERNAK; D’OTTAVIANO, 2014, p. 7).

Devido à baixa frequência em que a coleta chega aos domicílios de aglomerados subnormais (PASTERNAK; D’OTTAVIANO, 2014), há como consequência o acúmulo de lixos nos logradouros os quais provocam risco e vulnerabilidade à saúde.

A Tabela 5 apresenta outro dado que demonstra como o processo de segregação socioespacial limita o acesso aos equipamentos públicos. O dado de 2010 indica que a energia elétrica (de companhia distribuidora com o medidor de uso exclusivo ou medidor de uso compartilhado e sem o medidor) no agregado dos aglomerados e no município é acessível a 99,9% dos domiciliados nesse local. Porém, nos aglomerados é comum a prática dos “gatos” (TAVARES, 2017), ou seja, sua população acessa esse serviço de maneira informal.

TABELA 5 – Domicílios particulares permanentes no agregado dos aglomerados subnormais e no município por existência de energia elétrica, Campinas, 2010

Existência de energia elétrica	Aglomerados subnormais		Município	
	Domicílios	%	Domicílios	%
Tinham	40000	99,93	348121	99,97
Não tinham	27	0,07	113	0,03
Total	40027	100	348234	100

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

O acesso à energia é visto como um item de necessidade básica, sendo um tema recorrente nas agendas das agências internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), pois está ligada a questões populacionais e de desenvolvimento urbano. “Essa preocupação deve-se ao consenso de que a energia elétrica se tornou um insumo básico para a sobrevivência e o desenvolvimento de todos os seres humanos na sociedade atual” (NADAUD, 2012, p. 1).

A importância desse serviço para a população é evidente, porém sua acessibilidade não implica a suficiência da inclusão social da população. A escassez de renda é um dos fatores que corrobora, parcialmente, para o impedimento ao uso de energia elétrica

formal, ou seja, o fornecimento pela distribuidora de energia não garante a continuidade do serviço ou sua acessibilidade, pois depende da capacidade de mobilização de ativos financeiros da população. Além de sofrer influências de questões como as tarifas de energia elétrica e da eficiência do serviço e dos equipamentos (NADAUD, 2012).

2.3.2 Perfil sociodemográfico

Além das características urbanas, atentar-se ao perfil sociodemográfico também pode nos revelar mais claramente a segregação socioespacial em Campinas. Na Tabela 6, podemos observar como a segregação socioespacial perpassa pela questão da racial. No município, há uma maioria classificada como “branca” (66,3%), com menores proporções das demais categorias de cor ou raça. No entanto, nos aglomerados subnormais a maioria está na categoria “parda” (48,7%), seguida da “branca” (41,1%).

TABELA 6 – População residente no agregado dos aglomerados subnormais e no município por cor ou raça, Campinas, 2010

Cor ou raça	Aglomerados subnormais		Município	
	População	%	População	%
Branca	60988	41,1	716386	66,3
Preta	14286	9,6	74656	6,9
Amarela	697	0,5	13275	1,2
Parda	72176	48,7	274588	25,4
Indígena	131	0,1	1043	0,1
Total	148278	100	1080113	100

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

França (2017) aponta que o grau de aproximação dos grupos raciais nas camadas sociais mais elevadas é menor do que em camadas mais pobres e isso está relacionado à menor proporção de pessoas negras – pretos e pardos – em classes sociais médias e altas. Há uma maior representação de população negra nas favelas, assim como a concentração de pessoas com rendimento mais baixo (FRANÇA, 2017), de modo a expor a intersecção entre cor ou raça, renda e local de moradia:

[...] podemos identificar um conjunto de pesquisas [...] que tratam de aspectos simbólicos e questões identitárias, que tomam como objeto de pesquisa favelas e bairros periféricos, lançando mão de noções como “territórios negros” ou “espaços racializados”. Tais noções são mobilizadas a fim de discutir o fato de que lugares com alta concentração de negros proporcional uma sociabilidade menos problemática para eles e que estigmas atribuídos ao negro estão também associados às representações de determinados espaços da cidade [...] (FRANÇA, 2017, p. 34)².

Como afirma Villaça (1998), a segregação socioespacial também apresenta a faceta de ter um efeito reflexivo no sentido dos indivíduos tenderem a morar perto de pessoas com características similares. Assim como apontado no trabalho de França (2017) há uma autosegregação ou segregação voluntária como no caso de classes altas em condomínios fechados (SILVA, 2016; CALDEIRA, 2000).

Na Tabela 7 percebe-se que o rendimento do município no geral é maior do que o rendimento dos aglomerados. Enquanto para o primeiro a parcela da população classificada em “mais de 5 salários mínimos” é de 41%, no segundo é de 0,4%. A maioria da população em os aglomerados subnormais está na categoria de “mais ½ salário a 1 salário mínimo” (37,9%). No geral, o município apresenta maiores proporções nas categorias de rendimento médio-alto (“mais de 3 a 5 salários mínimos” e “mais de 5 salários mínimos” enquanto os aglomerados apresentam maiores proporções nas categorias de rendimento mais baixos (“até ¼ de salários mínimo”, “mais de ¼ a ½ salário mínimo”, “mais ½ a 1 salário mínimo” e “mais 1 a 2 salários mínimos”).

TABELA 7 – Domicílios particulares permanentes no agregado dos aglomerados subnormais e no município por classes de rendimento nominal mensal domiciliar, Campinas, 2010

Classes de rendimento	Aglomerados subnormais		Município	
	Domicílios	%	Domicílios	%
Até 1/4 de salário mínimo	2761	6,9	584	0,2
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	8548	21,4	939	0,3
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	15152	37,9	16782	4,8
Mais de 1 a 2 salários mínimos	9411	23,5	48128	13,8
Mais de 2 a 3 salários mínimos	1291	3,2	47531	13,6
Mais de 3 a 5 salários mínimos	378	0,9	76073	21,8
Mais de 5 salários mínimos	166	0,4	142783	41,0
Sem rendimento	2317	5,8	15448	4,4
Total	40027	100	348268	100

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

² A racialização não se trata apenas de um processo que designa pretos e pardos, pois perpassa pela construção história da identidade de outras cores e raças. Para detalhes sobre o tema, consultar a obra *Diploma de Brancura: Política Social e Racial no Brasil, 1917-1945* (DÁVILA, 2006).

A favelização está relacionada à renda, pois a população com menores rendimentos encontra nesse espaço um lugar de moradia no qual ela pode residir, arcando com as despesas da habitação. Contudo, fora do mercado informal, uma pequena parcela da população de baixa renda acessa a oferta de habitação por mecanismos formais (CENECORTA; SMOLKA, 2000):

A elevação do preço da terra decorrente desse processo torna extremamente difícil o acesso para as camadas de renda baixa. Produz-se, como consequência, uma tendência dual: a precariedade da moradia e a informalidade da produção, reduzindo-se o preço final para o consumo de mercadorias baratas e de baixa qualidade (CARDOSO, 2016, p. 33).

Apesar da importância da renda para a compreensão do fenômeno das favelas, os problemas habitacionais da população não são apenas referentes à renda e a sua desigualdade (CARDOSO, 2016), uma vez que, o nível de escolaridade também influencia na organização espacial da população.

Podemos perceber na Tabela 8 que essas duas áreas também divergem quanto ao nível de instrução. A escolaridade dos aglomerados subnormais é predominantemente baixo, com sua maioria classificada como “sem instrução e fundamental incompleto” (62%). No município, a maior proporção de pessoas também está na categoria de “sem instrução e fundamental incompleto” (37,7%), porém ao compararmos a distribuição entre as demais categorias, a desigualdade é menor (BACELAR; CUNHA, 2019). No nível de instrução mais alto, “superior completo”, nota-se a segunda maior discrepância entre os aglomerados e o município. Nos aglomerados consta apenas 0,7% e no município 16,8% da população de 10 anos ou mais com superior completo.

TABELA 8 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade por nível de instrução no agregado dos aglomerados subnormais e no município, Campinas, 2010

Nível de instrução	Aglomerados subnormais		Município	
	Pessoas	%	Pessoas	%
Sem instrução e fundamental incompleto	75729	62,0	354507	37,7
Fundamental completo e médio incompleto	25072	20,5	167123	17,8
Médio completo e superior incompleto	20480	16,8	260411	27,7
Superior completo	884	0,7	157552	16,8
Total	122165	100	939593	100

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

A vulnerabilidade e a carência sociais são, frequentemente, medidas através da renda, o ingresso no mercado de trabalho e da escolaridade (CARDOSO, 2016). O nível de instrução é um fator importante para o acesso ao mercado de trabalho e para ascensão social. A baixa escolaridade da população residente em aglomerados subnormais certamente é uma das características que dificulta a reversão da situação de pobreza dessa população e de melhorias nas moradias.

2.3.2.1 Rompendo alguns estigmas

Os dados aqui analisados nos permitem avaliar alguns estigmas que tendem a acompanhar a população que vive nas favelas. Um deles diz respeito a sua condição migratória: o favelado seria fruto, por exemplo, da migração nordestina pobre. No entanto, essa ideia dissemina concepções que não condizem inteiramente com a realidade da composição populacional de favelas. Embora o Sudeste brasileiro tenha recebido um considerável contingente populacional do Nordeste no século XX, as últimas décadas apresentaram uma redução da migração interestadual (CUNHA, 2015). Isso proporcionou uma perda de peso do processo migratório para a composição demográfica, o que promove um perfil populacional diverso nas favelas. “De fato, os dados mostram que mesmo as favelas mais antigas não apresentam um perfil de população migrante muito representativo, já que são compostas por algumas gerações de nativos da própria cidade” (BACELAR; CUNHA, 2019, p. 6).

Na Tabela 9, apresentamos o cenário migratório de Campinas em 2010, relativo à característica de naturalidade dos residentes dos aglomerados subnormais e do município como um todo. Nos aglomerados subnormais, aproximadamente 52% de sua população era natural do próprio município, em contraposição a 48% que não era natural de Campinas. Ao compararmos, notamos um peso significativo da migração tanto nos aglomerados subnormais como no município, ou seja, a característica daqueles espaços em Campinas como um local que recebe fluxos migratórios, condiz com a característica do município ser um receptor de migrantes, deixando claro que não se trata de uma um atributo exclusivo dos aglomerados subnormais.

TABELA 9 – População residente no agregado dos aglomerados subnormais por naturalidade em relação ao município (Resultados Gerais da Amostra), Campinas, 2010

Naturalidade em relação ao município	Aglomerados subnormais		Município	
	População	%	Pessoas	%
Naturais do município	77916	52,2	605082	56,0
Não naturais do município	71248	47,8	475032	44,0
Total	149163	100	1080114	100

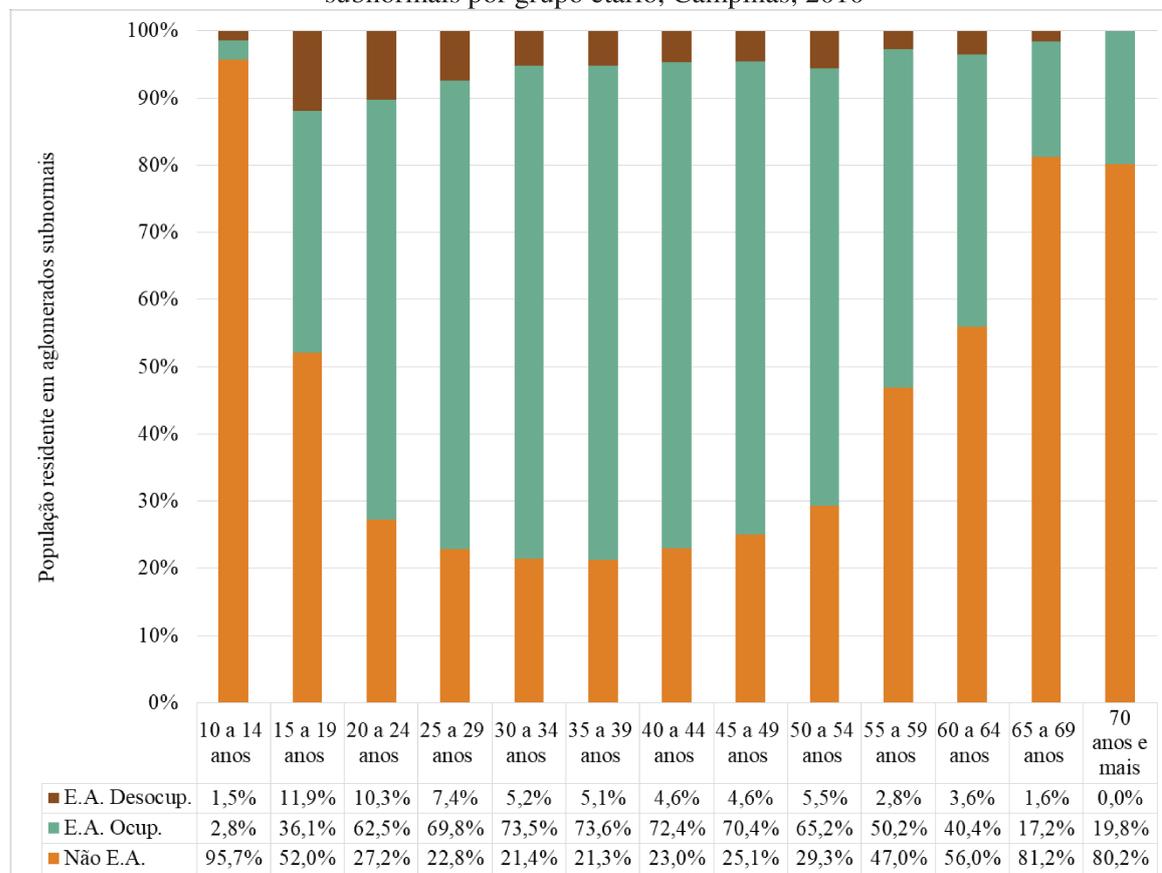
Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Outro estigma que se construiu a partir do imaginário sobre as favelas é a condição de ocupação da população, ou seja, o emprego ou desemprego dos indivíduos. Muito se circulou de que os moradores de favela eram pessoas desocupadas, porém, já é apontado pela literatura que os habitantes das favelas desempenham trabalhos formais, com carteira assinada, assim como os outros residentes da cidade (PASTERNAK, 2006):

Os espaços de favela não são povoados apenas pelo contingente de desempregados. São compartilhados por trabalhadores que têm um lugar próprio na divisão social do trabalho, independentemente do grau de formalização de sua vinculação ao mercado de trabalho. Tal é o caso dos empregados domésticos, dos operários da construção civil, dos faxineiros, dos trabalhadores de serviços gerais, dos vendedores, etc., cuja renda é insuficiente para morar dentro dos parâmetros da legalidade (pagamento de aluguel, compra de casa própria) e que não encontram outra alternativa de acesso à terra ou à moradia urbana (MAMMARELLA, 2006, p. 155).

De fato, o Gráfico 1, contribui para contestar essa visão ao revelar a composição da proporção de população residente por condição de ocupação e grupo etário nos aglomerados subnormais. Sendo a População Economicamente Ativa (P.E.A.) entre grupos etários de 16 a 64 anos (ALVES; VASCONCELOS; CARVALHO, 2010), temos que nos aglomerados subnormais (Gráfico 1) a maior parte da população está classificada como Economicamente Ativa Ocupada. Em contraposição a População Economicamente Ativa Desocupada representa uma parcela ínfima.

GRÁFICO 1 – População Economicamente Ativa Desocupada (E. A. Desocup.), Economicamente Ativa Ocupada (E. A. Ocup.) e Não Economicamente Ativa (Não E. A.) no agregado dos aglomerados subnormais por grupo etário, Campinas, 2010

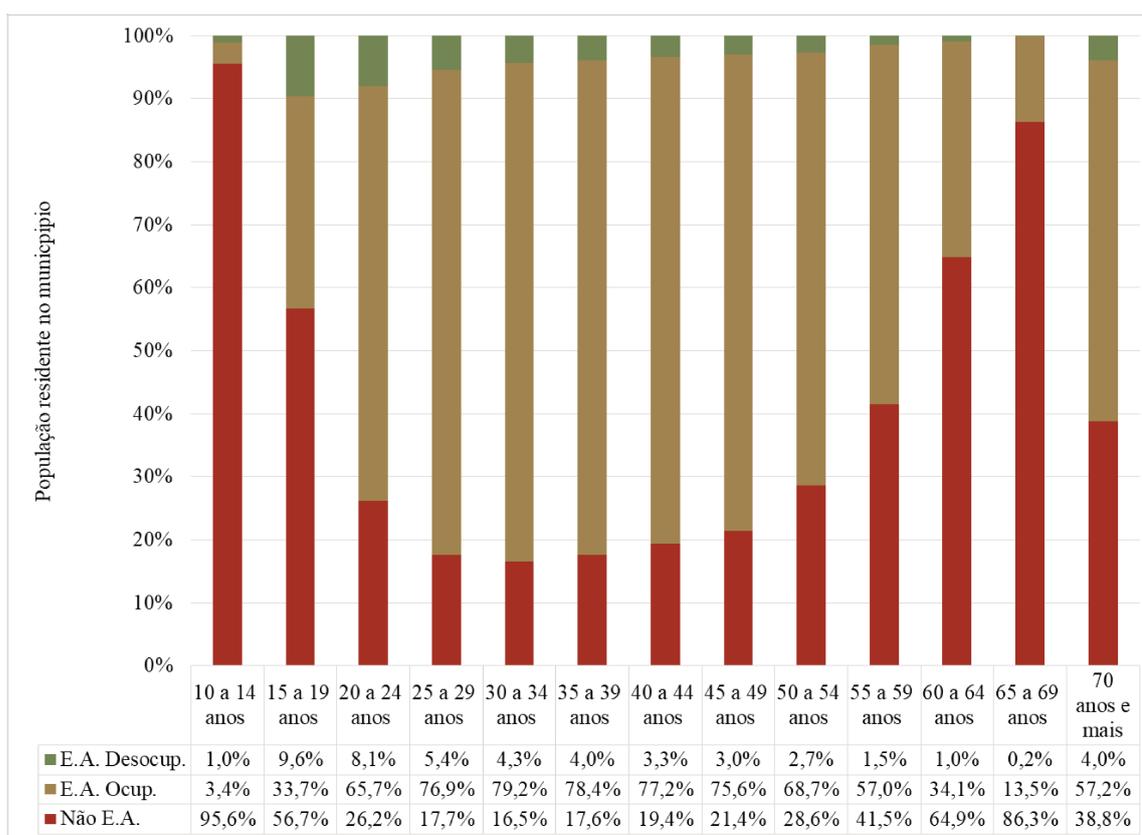


Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

No Gráfico 2, temos a proporção de população residente por condição de ocupação e grupo etário no município de Campinas. Percebemos que o padrão dos aglomerados subnormais é semelhante ao padrão do município, com pequenos diferenciais. Contudo, nos chama a atenção a grande diferença existente para o grupo etário de 70 anos ou mais na categoria Economicamente Ativa Ocupada (E. A. Ocup. no gráfico), enquanto para Campinas este grupo representava 57,2% da população dos idosos, nos aglomerados subnormais o resultado era de apenas 19,8%. Ou seja, a análise descritiva que realizamos sugere que se não há grandes diferenciais para a maioria da população, ao menos para os idosos esse parece ser um problema. Possivelmente a composição dessa subpopulação em termos educacionais – pensando as discrepâncias entre pobres e ricos sendo muito maiores nas décadas anteriores, sobretudo, antes do anos 1990 – e até mesmo em suas condições de saúde poderíamos explicar essas diferenças, contudo, esse tema foge do escopo desse estudo³.

³ Para maiores aprofundamentos, consultar o trabalho de Durkham (2010).

GRÁFICO 2 – População Economicamente Ativa Desocupada (E. A. Desocup.), Economicamente Ativa Ocupada (E. A. Ocup.) e Não Economicamente Ativa (Não E. A.) no município por grupo etário, Campinas, 2010



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

2.3.3 Perfil etário e indicadores

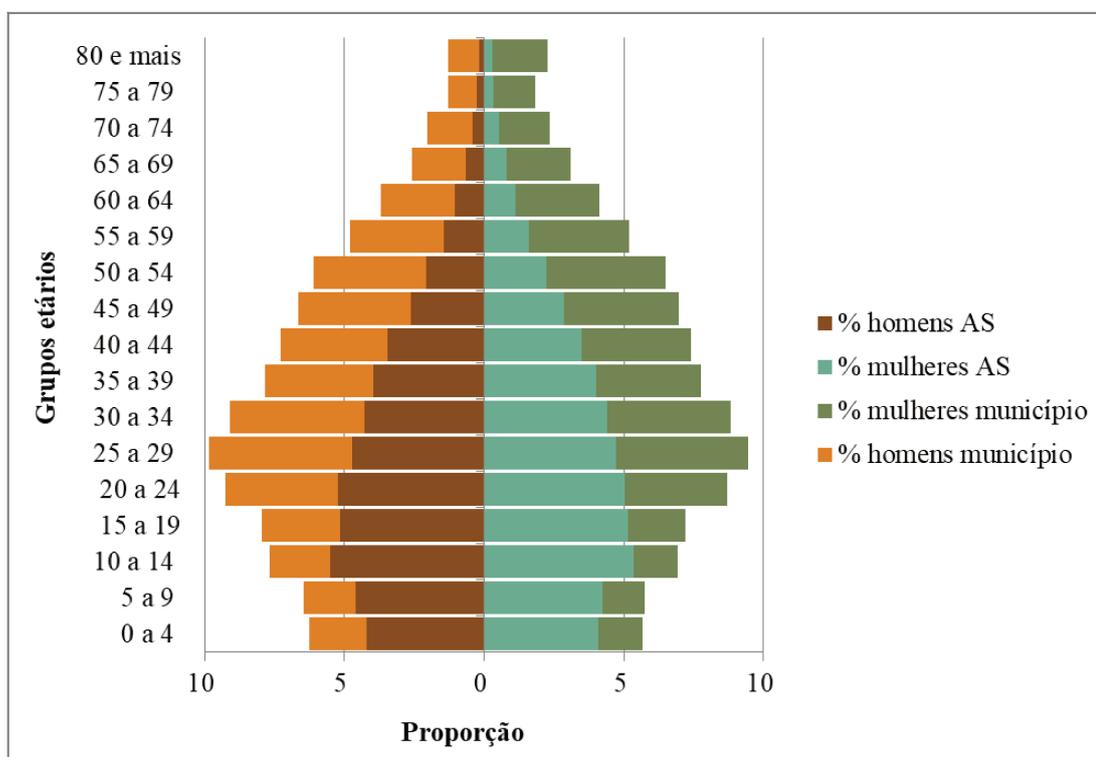
Conhecer a estrutura etária de uma população é um dos fatores que contribui para o atendimento de muitas demandas, como as educacionais, de saúde e habitacionais (CERQUEIRA; GIVISIEZ, 2004), pois a composição por idade pode nos indicar comportamentos demográficos ligados a eventos vitais, como nascimento, óbito e casamento, que também estão ligados à forma da população organizar-se no espaço.

No Gráfico 3, observamos a distribuição etária nos aglomerados subnormais (AS) e no município. Notamos que a forma da pirâmide dos aglomerados subnormais sugere uma população mais rejuvenescida, sendo o grupo etário de 10 a 14 anos a maior proporção em ambos os sexos (BACELAR; CUNHA, 2019). Por outro lado, o topo estreito de sua pirâmide indica a presença uma população menor nos grupos etários de idades mais avançadas.

Já a pirâmide do município de Campinas revela uma população relativamente envelhecida do que a população dos aglomerados subnormais, com maiores proporções no topo da pirâmide e uma base relativamente mais estreita. Ressaltamos que os efeitos da queda de fecundidade podem ser visualizados na sua pirâmide, com direta implicação sobre a

redução do peso relativo das crianças ao longo dos anos. Podemos ver também em Campinas uma maior proporção da população entre 20 e 34 anos, enquanto nos aglomerados subnormais tal concentração é observada entre as idades de 10 e 24 anos. Nesse ponto, podemos destacar que o perfil do município está em conformidade com seu perfil migratório, pois Campinas é um receptor de fluxos migratórios e sua população está concentrado nas idades economicamente ativas.

GRÁFICO 3 – Distribuição etária do agregado dos aglomerados subnormais (AS) e do município, Campinas, 2010



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

A fim de destacarmos a interpretação do que vimos nas pirâmides etárias, faremos uso de alguns indicadores sintéticos que contribuem para a análise dos fenômenos sociodemográficos.

Primeiramente, no Gráfico 3, têm-se os dados da razão de sexo (RS). A razão de sexo é um indicador relevante para o estudo da mortalidade que, apesar de não fazer parte como fenômeno, das preocupações deste estudo, merece ser lembrando como relevante para a interpretação da composição da população por sexo, em especial quanto às causas externas e violentas de morte, esses diferenciais são muito significativos (MANETTA; ALVES, 2014).

Vale lembrar que o mesmo pode ser dito com relação à idade que é uma característica essencial quando tratamos do estudo da morbidade e mortalidade da população.

Além disso, razão de sexo também contribui para a compreensão de alguns fenômenos sociodemográficos, como a migração, a composição familiar ou a participação no mercado de trabalho.

Segundo o Gráfico 3, a população de mulheres é maior do que a população de homens, tanto no agregado dos aglomerados subnormais como no município, pois a razão apresenta valores abaixo de 100. Pode-se destacar ainda que a proporção da população de mulheres no município é maior do que nos aglomerados, pois quanto mais frequente a razão de sexo apresentar valores abaixo 100, maior a predominância de mulheres na composição da população. É importante frisar que esse perfil populacional, de mais mulheres do que homens, dentro da razão de sexo de 95,9 do ano de 2010, é condizente ao que se observa para a população brasileira.

A população dos aglomerados subnormais é predominantemente feminina a partir da faixa etária de 25 a 29 anos, enquanto no município a população feminina supera a masculina em número a partir do grupo de 15 a 19 anos. Dois fatores contribuem para essa maior proporção de mulheres na população: a morte por causas violentas da população jovem e adulta masculina e a maior longevidade feminina que, mesmo num quadro de aumento da expectativa de vida da população, em geral, e dos homens, em particular, ainda se mantém em um patamar bem superior.

Em outras cidades brasileiras e em determinados aglomerados subnormais a razão de sexo nas faixas etárias jovens pode ser ainda mais destoante quanto a outras áreas. Espaços com forte incidência de mortes violentas, como as favelas, tendem a apresentar uma mortalidade masculina em idades jovens e adultas maior. Isso não indica uma associação entre a violência e a favelização, mas sim uma vulnerabilidade expressa pela segregação socioespacial que restringe uma população a residir em áreas de insegurança (AIDAR, 2003).

Devemos considerar que o envelhecimento é um dos indicadores da diferenciação social, pois revela tanto a redução da fecundidade (referenciando-se à distribuição etária da população total), quanto o aumento da longevidade, ambos fenômenos que também estão ligados a questões sobre as características socioeconômicas da população (MOREIRA, 1998). Portanto, o índice de envelhecimento (IE) – que é a razão entre a população acima de 65 anos de idade e a população menor de 15 anos de idade – corrobora com as observações realizadas pela análise da estrutura etária em Campinas. Embora seja um índice muito simples, ele possui uma sensibilidade significativa às variações na distribuição etária, pois considera na sua construção dois grupos etários que influenciam diretamente o processo de envelhecimento populacional (CLOSS; SCHWANKE, 2012).

Por esse indicador, verificamos que nos aglomerados subnormais há 12,5 pessoas de 65 anos ou mais para cada 100 pessoas menores de 15 anos, enquanto no município há 43,6 pessoas de 65 anos ou mais para cada 100 pessoas com menos de 15 anos. Ou seja, há uma proporção maior de população idosa no município do que no agregado dos aglomerados subnormais.

TABELA 10 – Razão de sexo (RS) e índice de envelhecimento (IE) no agregado dos aglomerados subnormais e no município, Campinas, 2010

Indicadores	Aglomerados subnormais	Município
RS	99,3	93,1
IE	12,5	43,6

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

O índice de envelhecimento (IE), informa-nos o ritmo com que a população envelhece, logo, podemos observar que a população do município chega às idades mais avançadas em um ritmo menos acelerado do que a dos aglomerados subnormais. Como alguns estudos fomentam (CAMARANO; PASINATO, 2004; CLOSS; SCHWANKE, 2012), o envelhecimento da população pode ser reconhecido como uma parte do processo de desenvolvimento econômico, podendo ser observado um IE maior em regiões mais desenvolvidas. As áreas de aglomerados subnormais experimentam uma situação, no geral, de precariedade maior e com uma população mais empobrecida do que em outras áreas da cidade, isso reflete diretamente no seu IE o qual evolui em um ritmo mais lento que o município como um todo.

2.3.4 Composição domiciliar/familiar

Trabalhamos com dados referentes ao estado conjugal, estado civil e responsabilidade pelo domicílio e agora analisaremos a composição domiciliar/familiar dos aglomerados subnormais e como o seu perfil diferencia-se do perfil do município.

Conhecer o perfil da população quanto à composição domiciliar/familiar, também pode auxiliar no exame da segregação socioespacial das favelas. Camadas sociais diferentes produzem demandas específicas de ocupação do solo a fim de atender seu perfil sociodemográfico, ou seja, as classes sociais acabam por buscar moradias de acordo com sua composição familiar e moradias que correspondam aos ativos financeiros que podem ser mobilizados para a compra ou o aluguel de uma habitação.

No caso das favelas esse movimento em prol da ocupação do solo é denominado de “lógica da necessidade”, que visa o acesso à habitação (ABRAMO, 2007). De fato, a forma como a população organiza-se no espaço e nos domicílios pode impactar as tendências da produção habitacional, de modo que se ajusta de acordo as demandas do mercado formal ou informal (MYERS, 1990). “Habitação e população estão intimamente relacionadas pelo fato de que a grande maioria da população reside em grupos de famílias abrigados em unidades domiciliares” (MYERS, 1990, p. 5). A oferta e a demanda por moradias estão, em alguma medida, relacionadas à demografia, pois a população tende a formar unidades domésticas e realizar suas escolhas habitacionais, segundo disponibilidade de habitação e acabam seguindo um padrão de organização espacial (MYERS, 1990). Portanto, continuaremos a delinear o perfil sociodemográfico dos aglomerados subnormais de Campinas comparando com o município, porém, agora atentando ao perfil domiciliar/familiar.

Preliminarmente, expomos na Tabela 11 o número de dormitórios em domicílios particulares permanentes, o qual contribui para construir o perfil domiciliar. Assim, temos que a maioria dos moradores em domicílios de aglomerados subnormais e do município residem em casas com 2 dormitórios, ambos apresentam porcentagens próximas (47,1% e 44,4%, respectivamente). Embora os domicílios em aglomerados subnormais sigam, aparentemente, o padrão do número de dormitórios do município, sabe-se que a aparência do padrão construtivo das casas dos aglomerados subnormais mais precário.

TABELA 11 – Moradores em domicílios particulares permanentes, por número de dormitórios no agregado dos aglomerados subnormais e no município, Campinas, 2010

Número de dormitórios	Aglomerados subnormais		Município	
	Domicílios	%	Domicílios	%
1 dormitório	12676	32,2	90611	29,3
2 dormitórios	18556	47,1	137186	44,4
3 dormitórios	7310	18,5	70323	22,8
4 dormitórios ou mais	874	2,2	10650	3,4
Total	39416	100	308770	100

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Frente aos dados expostos nas Tabelas 12 e 13 podemos notar a conformidade das análises feitas anteriormente no Gráfico 3. Na Tabela 12, nota-se que o perfil médio do estado conjugal, tanto dos aglomerados subnormais como do município, configura-se da seguinte maneira: a maioria está classificada como “viviam em união”, seguida de “nunca viveram em união” e, por último, “não viviam, mas já viveram em união”. A segunda maior proporção de

pessoas classificadas como “nunca viveram em união” nos aglomerados pode referir-se ao peso significativo da população de 10 a 14 anos – tendo como referência a sua pirâmide etária.

TABELA 12 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por estado civil no agregado dos aglomerados subnormais e no município, Campinas, 2010 – Resultados Gerais da Amostra

Estado conjugal	Aglomerados subnormais		Município	
	Pessoas de 10 anos ou mais	%	Pessoas de 10 anos ou mais	%
Viviam em união	61072	49,5	485079	51,1
Não viviam, mas já viveram em união	15463	12,5	135295	14,2
Nunca viveram em união	46947	38,0	329551	34,7
Total	123482	100	949925	100

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

A Tabela 13 apresenta o estado civil das duas populações em questão. Verificamos que há um grande diferencial na categoria “solteiro”, pois nos aglomerados subnormais ele constitui 61% da população e no município é 47,7%. Pressupomos que esse resultado diz respeito à população predominantemente rejuvenescida dos aglomerados subnormais, com um peso maior da população jovem do que no município de Campinas, ou seja, crianças de 10 a 14 anos. O segundo estado civil com maior peso populacional é a categoria “casado(a)” em ambas as unidades territoriais. No agregado dos aglomerados essa categoria representa 31,2% da população, que seria, aproximadamente, sua segunda maior parcela de população, pessoas de 20 a 24 anos. No município essa categoria de estado civil possui 40,5% de sua população, também o segundo maior grupo.

TABELA 13 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por estado civil no agregado dos aglomerados subnormais e no município, Campinas, 2010 – Resultados Gerais da Amostra

	Aglomerados subnormais		Município	
	Pessoas de 10 anos ou mais	%	Pessoa de 10 anos ou mais	%
Casado(a)	38545	31,2	384541	40,5
Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente	1888	1,5	21578	2,3
Divorciado(a)	3396	2,8	41326	4,4
Viúvo(a)	4270	3,5	48915	5,1
Solteiro(a)	75381	61,0	453564	47,7
Total	123480	100	949924	100

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Por fim, na Tabela 14, apresentamos o dado de pessoas de 10 anos ou mais responsáveis pelo domicílio por sexo em aglomerados subnormais e no município em 2010. A

responsabilidade do domicílio é predominantemente masculina em ambas as áreas, sendo 62,5% nos aglomerados e 60,2% no município, apesar da razão de sexo indicar a presença da população feminina sendo maior nas duas áreas.

TABELA 14 – Pessoas de 10 anos ou mais responsáveis pelo domicílio por sexo no agregado dos aglomerados subnormais e no município, Campinas, 2010 – Resultados Gerais da Amostra

Pessoa responsável pelo domicílio	Aglomerados subnormais		Município	
	Pessoas de 10 anos ou mais	%	Pessoas de 10 anos ou mais	%
Homem	114976	62,5	209654	60,2
Mulher	69060	37,5	138802	39,8
Total	184036	100	348456	100

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

A nupcialidade e os arranjos domiciliares da população, no Brasil, atravessam questões como as relações de trabalho e as relações pessoais, sendo também influenciadas pela urbanização e pelas condições socioeconômicas da população, como afirmam Goldani e Rodriguez-Wong (1980). Um exemplo disso está na formação de uniões, a ampliação do mercado de trabalho, a permanência no emprego e a renda mais alta favorecem a formação de grupos domésticos. Por outro lado, as menores proporções de formalização de uniões estão relacionados a menores rendimentos, devido ao custo da formalização da união (XAVIER, 1986; FERREIRA, 2012). Além disso, o ciclo vital é uma das chaves de pensamento para a leitura dos padrões de nupcialidade (OLIVEIRA, 1980). A leitura dos dados que revelam as características domiciliares e familiares juntamente com a interpretação dos dados apresentados no subtópico anterior possibilitam verificarmos as condições oferecidas e acessadas pela população através do mercado de terras, ou seja, o mercado de terras informal nos aglomerados subnormais

Por exemplo, a categoria do rendimento domiciliar de uma família permite que ela acesse determinados locais e tipos de moradia da cidade. Podemos afirmar que o local de residência de uma população é coerente com suas estratégias de sobrevivência e condições socioeconômicas. Barquero e Solórzano declaram que “[...] el tipo de hogar [...] puede verse también como una expresión de las condiciones de vulnerabilidade sociodemográfica, que se agrava em los hogares em condición de pobreza” (BARQUERO; SOLÓRZANO, 2004, p. 2).

Ainda que os aglomerados subnormais apresentem um perfil etário distinto daquele do município, eles apresentam um padrão domiciliar-familiar semelhante a esse. Contudo, isso não é o suficiente para colocar os aglomerados em situação de equidade sociodemográfica com o município, em geral, pois suas condições socioeconômicas e os

serviços aos quais sua população tem acesso ainda são significativamente mais limitados do que em outras áreas da cidade. Portanto, mesmo que composição familiar dos aglomerados subnormais seja aproximadamente semelhante à composição familiar do município, eles ainda se encontram em desvantagem socioeconômica.

O balanço do perfil sociodemográfico a partir dos dados socioeconômicos e de composição domiciliar/familiar mostrou-nos que os aglomerados subnormais experimentam uma série de precariedades sociais. Ao colocar a favela no horizonte do debate, principalmente sobre a composição familiar e também do ciclo vital – tema que foge à esse trabalho, mas que vale ser mencionado dado sua importância analítica –, verifica-se que as condições oferecidas e acessadas pela população através do mercado de terras – aqui mais especificamente, o mercado de terras informal – são possibilitadas ou restringidas a partir do poder de compra de uma habitação para formar uma unidade domiciliar. Isso está relacionado não só aos incentivos, motivações e constrangimentos pessoais envolvidos ao se fixar em um determinado local da cidade, mas também como as características sociodemográficas – por exemplo, o rendimento do domicílio – permitem que determinada população tenha acesso a um tipo de moradia em outras áreas da cidade.

O rendimento, a ocupação laboral ou ainda o nível escolaridade possibilitam ou impedem essa fixação de residência em área diferentes. O cálculo de custo-benefício de onde morar pode ser realizado com base na renda familiar e/ou na promessa de mudança para um emprego com melhor salário. De semelhante modo, o estado civil exerce influência nos incentivos e constrangimentos em habitar em determinados locais. Entretanto, as motivações advindas das expectativas relacionadas aos padrões de composição familiar ou domiciliar por si só não possuem poder de promover escolha do local de residência – em especial, em lugares em há muita precariedade urbana –, ou ainda a mudança de residência, se as características socioeconômicas são precárias e incidem sobre o indivíduo ou a família segregando-os espacialmente.

2.4 Tipologias de precariedade em aglomerados subnormais: análise de clusters

Embora tenhamos traçado o perfil geral do agregado dos aglomerados subnormais de Campinas, não podemos afirmar que todos detêm as mesmas características. Por isso, a fim de investigarmos a heterogeneidade dos aglomerados subnormais de Campinas, desenvolvemos uma análise de clusters para captar a diversidade dos núcleos residenciais em termos de infraestrutura urbana e serviços acessados nos domicílios e em seu entorno, assim,

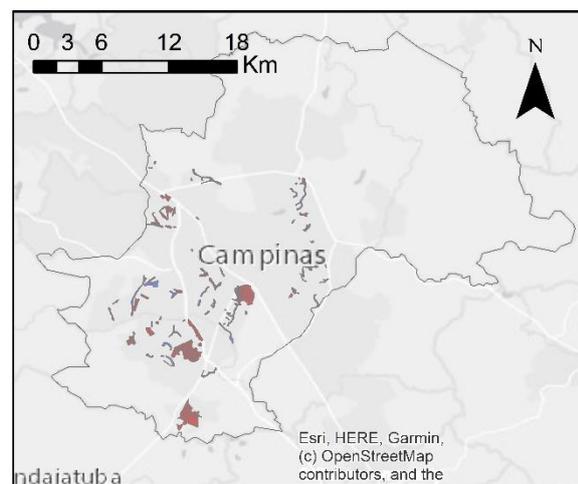
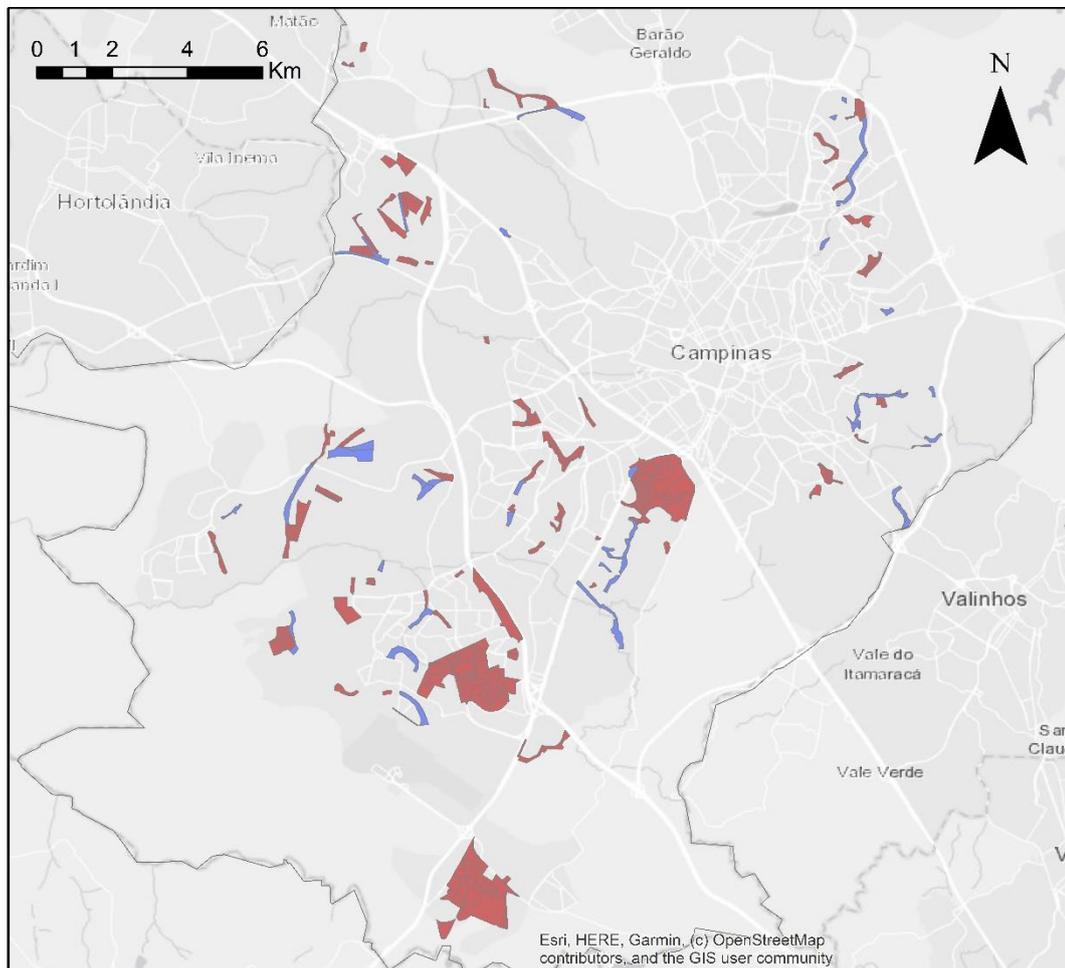
dividindo-os em grupos semelhantes e os classificando de acordo com níveis de precariedade urbana.

Acessando o banco de microdados da base de entorno do IBGE, percebemos que em alguns setores de aglomerados subnormais não foi realizada a coleta de dados, apresentando o valor zero para todas as informações⁴. Como é o caso dos setores de aglomerados subnormais de Campinas em 2010. Notamos que em 37 aglomerados subnormais do município de Campinas não foi realizada a coleta das informações de entorno.

Nosso trabalho buscou enfatizar a questão do que se observa no ambiente construído, o foco está no que vemos da porta para fora das casas dos habitantes de aglomerados subnormais, logo, a análise das características de entorno torna-se a proporção mais importante para nosso enfoque. Sendo assim, foi necessário realizar uma separação prévia. O primeiro passo consistiu em clusterizar os 76 aglomerados subnormais de acordo com os dados de domicílio e de seu entorno, em seguida foi realizada a clusterização de 37 aglomerados subnormais a partir dos dados sobre domicílio – sua localização está no Mapa 2.

⁴ Informação contida na documentação da Base de Informação do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010).

MAPA 2 – Setores de aglomerados subnormais com dados de entorno e sem dados de entorno, Campinas, 2010



Legenda

Aglomerados Subnormais:

- Com dados de entorno
- Sem dados de entorno

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Analisar separadamente os clusters dos 37 aglomerados subnormais permitiu-nos avaliar se – apesar de não disporem de dados de entorno – há formação de grupos e em caso positivo se as características de seus grupos assemelham-se às características de algum dos clusters formados pelos 76 aglomerados subnormais. Veremos no capítulo 3, com alguns exemplos examinados no campo, elementos que podem ter contribuído para a ausência de coleta das informações de entorno desses 37 aglomerados subnormais de Campinas.

Na Tabela 15, temos algumas medidas que fomentaram a análise de clusters dos 37 aglomerados subnormais, os quais não temos dados do entorno. Vemos que o desvio padrão – que revela se a média representa apropriadamente os dados – indica que não há um desvio grande para as duas variáveis em relação às suas médias, pois seus valores são inferiores às médias (FIELD, 2009).

Ademais, considerando a correlação de Pearson, tivemos uma correlação de 0,4 entre a existência de energia elétrica e esgotamento sanitário nos domicílios desses 37 aglomerados subnormais. Sabemos que uma correlação de +1 indica uma correlação perfeita e positiva entre variáveis, ou seja, elas irão aumentar proporcionalmente; e de -1 indica uma correlação perfeita e negativa, logo, enquanto uma variável aumenta a outra diminui proporcionalmente. Então, as duas variáveis apresentaram uma correlação que fica entre o efeito médio, por ser maior que 0,3, e o efeito grande, por ser inferior a 0,5 (FIELD, 2009). Assim, podemos indicar a sugestão de que a utilização delas na análise dos domicílios é válida, por não apresentarem uma correlação forte e não serem sintetizadas em somente uma variável.

TABELA 15 – Média, desvio padrão e correlação das variáveis dos aglomerado subnormais sem dados de entorno, Campinas, 2010

Medidas	Serviços nos domicílios	
	Energia elétrica	Esgotamento sanitário
Média	67,8	54,1
Desvio padrão	21,5	40,3
Correlação	0,4	

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

2.4.1 Os métodos de agrupamento (clusterização): método Ward e k-médias

A partir da premissa da heterogeneidade dos aglomerados subnormais, a análise de cluster avalia a interdependência entre o conjunto de variáveis selecionadas para a investigação. Dessa forma, seu objetivo é classificar os objetos em grupos semelhantes segundo as variáveis consideradas. Isto é, os objetos de um único grupo – e aqui os

aglomerados subnormais – são mais homogêneos entre si, ao passo que divergem mais suas características dos outros grupos – compondo a heterogeneidade entre grupos.

Selecionamos a aplicação de dois tipos de procedimento de cluster para chegarmos aos agrupamentos de níveis de precariedade urbana. Primeiro, utilizamos o dendograma, que consiste na formação de grupos partir de uma hierarquia em forma de árvore, podendo ser aglomerativo ou divisivo (MALHOTRA, 2012). Então, selecionamos o método aglomerativo, que parte da separação de cada objeto em um único cluster e, posteriormente, eles são formados com o agrupamento de mais objetos, tornando-os cada vez maiores até que um único cluster contenha todos os objetos. O método aglomerativo também se subdivide em métodos de encadeamento, método de erro de soma de quadrados, métodos de variância e métodos centroides.

Utilizamos o método de variância, método Ward, por tender a minimizar a variância dentro dos clusters. Ele consiste na realização do cálculo das médias de todas as variáveis. Calcula-se, então, para cada objeto o quadrado da distância euclidiana em relação às médias do cluster, posteriormente, somam-se as distâncias para todos os objetos e, então, combinam-se dois clusters que apresentam o menor aumento na soma global de quadrados dentro dos clusters. Em síntese, o método Ward baseia-se na minimização do quadrado da distância euclidiana em relação às médias dos clusters.

O método Ward é considerado superior aos outros métodos, juntamente com o método de encadeamento médio (MALHOTRA, 2012). A escolha metodológica por esse foi realizada a partir de testes no SPSS, verificando a disposição dos clusters no dendograma, revelando-se o mais adequado devido à composição e ao agrupamento dos objetos.

Após a aplicação do método Ward na análise dos 76 aglomerados subnormais, os quais apresentam dados de domicílio e de seu entorno, observamos a formação de 4 clusters no dendograma. Posteriormente, para calcular quais características são predominantes e quais são os aglomerados subnormais contidos em cada cluster, realizamos o segundo procedimento, a aglomeração não hierárquica, esse método é a aglomeração de k-médias. Dentro dele há mais três vertentes de método: método do limiar sequencial, do limiar paralelo e particionamento otimizador. Esse último foi o método utilizado no procedimento não hierárquico e consiste em reatribuir posteriormente objetos a clusters de acordo com a distância média dentro deles a partir de um dado número de clusters, por exemplo (MALHOTRA, 2012).

Realizou-se primeiro o procedimento de aglomeração hierárquico, pois o procedimento não hierárquico precisa de um número pré-estabelecido de clusters. A utilização

conjugada desses dois procedimentos permite que, além de já nos apresentar uma sugestão de quantos clusters poderemos utilizar na análise, a escolha dos centros já foi previamente estabelecida na aplicação do procedimento hierárquico. Então, as desvantagens do método não hierárquico são reduzidas e se obtém uma análise mais completa da clusterização. Nesse sentido, as entradas para o método de particionamento otimizador que são a partir da escolha do número de clusters, o qual são quatro, e dos centroides no procedimento não hierárquico – método Ward – já foram embasados por meio do procedimento hierárquico.

Seguindo esse mesmo passo-a-passo do método de clusters descrito, realizamos a clusterização dos 36 aglomerados subnormais pelas características dos domicílios e obtivemos a formação de dois grupos com características mais definidas.

2.4.2 A descrição das variáveis

Compreendendo características sobre a infraestrutura e os serviços acessados, principalmente levando em consideração o visual que compõe a aparência dos aglomerados subnormais, tomamos seis atributos que indicam a existência de serviços nos domicílios e no entorno dos domicílios para compor a análise de clusters. Dos domicílios, foram escolhidos as características sobre a existência de energia elétrica e esgotamento sanitário, já do entorno dos domicílios foram: esgoto a céu aberto, logradouro, iluminação pública e pavimentação.

Como trabalhamos com variáveis que se referiam ao número de domicílios particulares permanentes, calculou-se a porcentagem de cada uma das características como medida de padronização para a comparação de precariedade entre os aglomerados subnormais. As variáveis tomadas como as características dos domicílios foram as seguintes: a) “domicílios particulares permanentes com energia elétrica de companhia distribuidora e com medidor de uso exclusivo”, b) “domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial” somada a “domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via fossa séptica”.

Já com relação às variáveis das características do entorno foram realizados um somatório dos domicílios particulares permanentes próprios, alugados e cedidos para a porcentagem dos domicílios particulares permanentes por existência das características. Portanto, as variáveis do entorno foram as seguintes:

- a) Domicílios particulares permanentes próprios, alugados e cedidos – existe pavimentação;

- b) Domicílios particulares permanentes próprios, alugados e cedidos – existe iluminação pública;
- c) Domicílios particulares permanentes próprios, alugados e cedidos – existe identificação do logradouro;
- d) Domicílios particulares permanentes próprios, alugados e cedidos – existe esgoto a céu aberto.

As variáveis foram escolhidas baseadas na literatura e sua análise dos aglomerados subnormais, e de acordo com a sua significância estatística (MARQUES et al., 2007; NADALIN et al., 2013). Em nosso estudo as variáveis selecionadas resultaram em uma significância igual a 0,00 ou 0,015, indicando a sua relevância para a construção dos clusters⁵. Durante a análise, duas características foram descartadas por apresentarem um nível de significância maior que 0,05: água encanada e destino do lixo. Identificamos através dos dados que o acesso dos aglomerados subnormais a esses serviços é praticamente 100%. Contudo, como já apontamos anteriormente, nem sempre os valores apresentados condizem com a realidade nos aglomerados, sendo que, por vezes, eles mascaram a precariedade nos aglomerados, tendo em vista que podem referir-se ao acesso informal dos serviços.

Também realizamos testes com as características de condições de alfabetização do responsável pelo domicílio e de renda per capita mensal. A primeira não apresentou significância estatística, já a segunda revelou-se interessante e mostrou relevância para compor os diferentes perfis dos aglomerados subnormais. Contudo, optou-se por descartá-la da clusterização, a fim de restringir a análise da precariedade às características do ambiente construído e das habitações, padronizando a análise de agrupamentos a critérios de infraestrutura urbana e acesso a serviços públicos. Isto é, na nossa análise focaremos nas condições do ambiente construído. Posteriormente, analisaremos outros dados sociodemográficos a fim de investigarmos mais características dos grupos formados.

2.4.3 Tipologias de precariedade

As tipologias de precariedade foram elaboradas a partir do número e das características dos clusters obtidos pela aplicação dos métodos Ward e k-médias, como mencionado anteriormente. Elas não concernem aos aspectos socioeconômicos da população, mas sim às características do ambiente urbano e das moradias dos aglomerados subnormais de Campinas.

⁵ Em estudos de ciências humanas a significância estatística deve ser inferior a 0,05 (LOUREIRO; GAMEIRO, 2011).

As tipologias foram construídas pensando-se no conceito de precariedade, através de uma escala progressiva, agrupando os aglomerados com aspectos semelhantes de acordo com o nível de precariedade indicado pelos dados censitários de 2010. Cabe ressaltar que a maioria dos indicadores construídos apontam para características positivas, ou seja, a existência do serviço ou infraestrutura nos domicílios e no seu entorno, indicando um maior grau de urbanização do aglomerado subnormal, logo, pressupõe-se menos precariedade. A única exceção é sobre o indicador da existência de esgoto a céu aberto no entorno dos domicílios. Nos casos de valores elevados indica maior precariedade no aglomerado subnormal, portanto, quanto menor a porcentagem de domicílios nas categorias que indicam a existência de esgotamento sanitário, energia elétrica, pavimentação, iluminação pública, logradouro e quanto maior a porcentagem dessas habitações na categoria que indique a existência de esgoto a céu aberto, mais precário é o grupo de aglomerados subnormais.

Dessa forma, ponderamos os resultados dessas informações e classificamos os 76 aglomerados subnormais que apresentam dados de entorno, segundo a clusterização: em “pouco precário I”, “razoavelmente precário”, “muito precário I” e “extremamente precário”. Já os 37 aglomerados subnormais, aqueles que não apresentam dados de entorno, foram classificados como “pouco precário II” e “muito precário II”. A classificação desses dois últimos grupos foi realizada tendo em vista uma comparação com os dados dos domicílios dos grupos dos 76 aglomerados subnormais. Portanto, dois clusters formados pelos 37 aglomerados subnormais tiveram características semelhantes aos grupos “pouco precário I” e “muito precário I”, segundo a porcentagem de domicílios com acesso aos serviços de energia elétrica e esgotamento sanitário.

Como já foi mencionado, as variáveis de entorno são as mais importantes para o enfoque da análise deste trabalho, então, na avaliação da escala de precariedade priorizamos as características de entorno ao classificarmos os aglomerados subnormais. As variáveis que concernem ao que se encontra dentro dos domicílios funcionaram como características secundárias, mas que também são importantes, pois acrescentam para a análise uma esfera que se refere aos serviços acessados dentro das moradias dos aglomerados subnormais.

A existência de esgoto a céu aberto no entorno dos domicílios foi uma das características mais importantes ao classificar os aglomerados subnormais em níveis de precariedade por ser um dos aspectos que representam a qualidade ambiental e urbana, juntamente com outras características de entorno (RIBEIRO; MENDES, 2015). A presença de esgoto a céu aberto expõe a fragilidade não só urbana, como também ambiental, devendo ser tratada como um assunto de saúde pública. “São vários os impactos causados pelo esgoto à

céu aberto. Além da poluição visual [...], mau-cheiro e o acúmulo de insetos ao redor, um dos principais impactos é o aparecimento de doenças na população situada ao redor do problema” (GONÇALVES, 2015, p. 26).

A existência de esgoto a céu aberto nas proximidades dos domicílios revela a fragilidade e a vulnerabilidade do ambiente e da população que está exposta a riscos e insalubridade. Além disso, Archanjo (2016) afirma que a situação do esgoto a céu aberto é difícil de ser resolvida pela população sem a ação do poder público, pois uma condição financeira mais empobrecida não possibilita adotar, como uma medida pessoal, a construção de fossas sépticas em seus terrenos (ARCHANJO, 2016). Isso pode ser agravado em um cenário de áreas de aglomerado subnormal em que se somam uma série de outras expressões da precariedade urbana.

Juntamente com as demais variáveis consideradas na classificação, foi realizada uma avaliação da precariedade do ambiente construído em áreas de aglomerados subnormais buscando ponderar a porcentagem de domicílios pela existência das características selecionadas, enfatizando as características do entorno – principalmente a presença de esgoto a céu aberto – e depois olhando para as características dos domicílios, classificando-os de acordo com a preponderância de infraestrutura e serviços públicos.

No Gráfico 4, podemos verificar a porcentagem de domicílios em setores de aglomerados subnormais pela existência de cada uma das características e por tipologias de precariedade. Analisando os aglomerados subnormais classificados na tipologia de “pouco precário I”, percebe-se que esse grupo apresenta a menor proporção de domicílios que possuem esgoto a céu aberto no seu entorno (5,6%). Nas suas características de entorno, logradouro e pavimentação registram-se os melhores resultados dentre os quatro grupos de níveis de precariedade, tendo também a segunda melhor abrangência do serviço de iluminação pública. Além de ter um dos melhores resultados para a existência de energia elétrica e esgotamento sanitário no domicílio.

Os aglomerados subnormais classificados como “pouco precário II” apresentam 76,1% dos domicílios com energia elétrica e 91,7% com esgotamento sanitário. Sendo um grupo que não continha informações de entorno, e apresenta características próximas – quanto à presença do serviço nos domicílios – dos grupos “pouco precário I” e “razoavelmente precário”. Ponderando a abrangência dos dois serviços conjuntamente, o grupo foi denominado “pouco precário II” por estar ainda mais próximo ao “pouco precário I”.

O grupo “razoavelmente precário” possui o segundo melhor resultado para a presença de esgoto a céu aberto, com 16,6% de domicílios com essa característica de entorno.

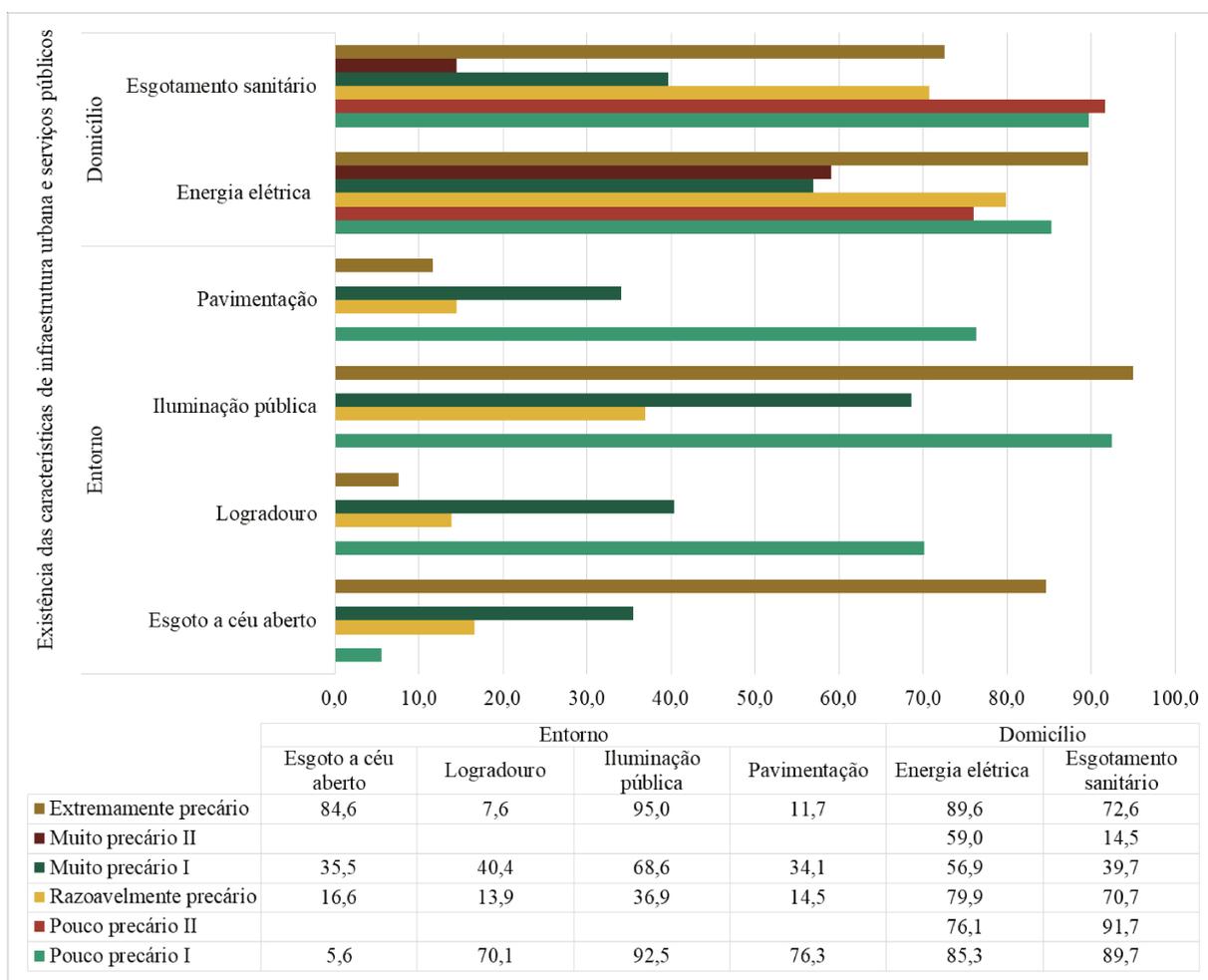
Além de ser um grupo com a terceira menor proporção de domicílios com a existência de logradouro, pavimentação e esgotamento sanitário, também foi o com a menor abrangência do serviço de iluminação pública.

Na classificação “muito precário I” podemos destacar que é o segundo grupo com os piores resultados para a presença de esgoto a céu aberto (35,5%) e o grupo com os piores resultados para a presença de energia elétrica (56,9%). Quanto às demais características, apresentou porcentagens que não se classificaram como as mais precárias em comparação aos outros grupos, em relação a presença de logradouro, iluminação pública e pavimentação no entorno.

A classificação do grupo “muito precário II” foi baseada em seus resultados que se mostraram próximos ao grupo “muito precário I”. Ressalta ainda, que foi o grupo com a menor abrangência do serviço de esgotamento sanitário nos domicílios (14,5%).

Por último, o aspecto mais prevacente para o enquadramento dos aglomerados subnormais na tipologia “extremamente precário” foi a existência de esgoto a céu aberto, com a presença dessa característica no entorno de 84,6% de seus domicílios, o pior resultado dentre os quatro grupos, e um aspecto que expõe fortemente a precariedade urbana nesses assentamentos, assim como sua segregação socioespacial. Além disso, esse grupo também apresentou os piores resultados para a presença de logradouro e pavimentação.

GRÁFICO 4 – Porcentagem de domicílios em aglomerados subnormais de acordo com a existência das características de infraestrutura urbana e serviços públicos por tipologias de precariedade, Campinas, 2010



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Verificando o número de aglomerados subnormais contidos em cada tipologia de precariedade – ou seja, em cada cluster –, nota-se que, para os grupos formados pelos 76 aglomerados subnormais, o maior agrupamento consiste está na tipologia “pouco precário I”, com 42 aglomerados subnormais. O grupo “pouco precário II” é constituído por 19, o grupo “razoavelmente precário” contém 14, o grupo “muito precário I” contém 12 e o grupo “muito precário II” é formado por 18 aglomerado subnormais. Já o grupo “extremamente precário” é formado apenas por 8 aglomerados subnormais. Podemos perceber que, em Campinas nos anos de 2010, há muitos aglomerados subnormais com características de precariedade relativamente mais amenas e poucos aglomerados subnormais com características de precariedade mais severas, na concepção da análise que prioriza as características de entorno para a classificação.

No Mapa 3 podemos observar a espacialização desses agrupamentos de aglomerados subnormais por tipologias de precariedade, expondo como esses assentamentos estavam distribuídos no município de Campinas em 2010. Notamos, primeiramente, que é possível encontrar os setores de aglomerados subnormais, assim como os grupos, em cinco das seis zonas de Campinas – Região Norte, Região Noroeste, Região Centro, Região Sudoeste e Região Sul.

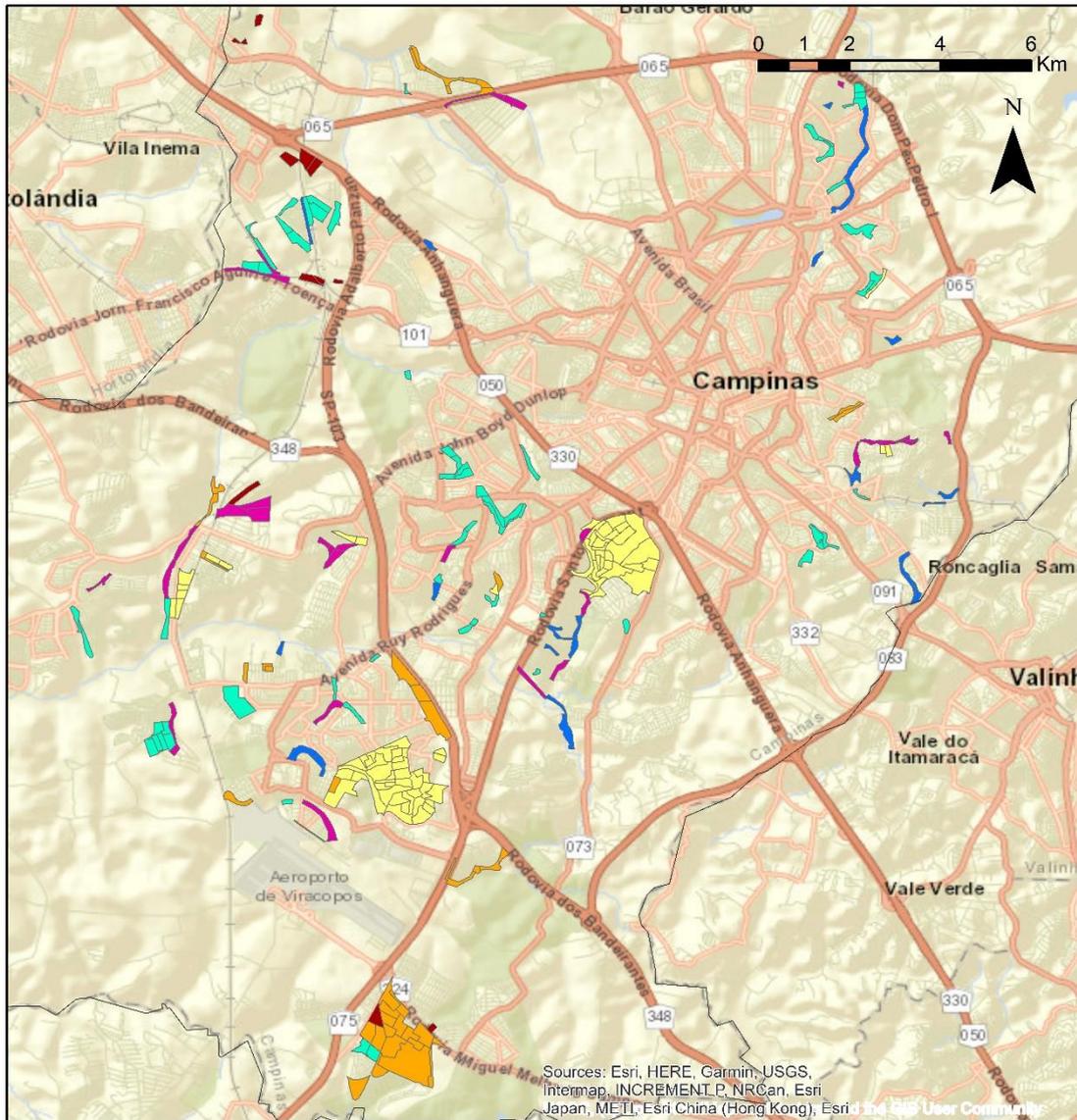
Os 42 aglomerados subnormais do grupo “pouco precário I” estão distribuídos nessas cinco regiões, abrangendo tanto áreas predominantemente mais pobres – como a região do Campo Grande na Região Noroeste – e mais ricas – como a região do Taquaral na Região Centro. Já os aglomerados subnormais da tipologia “pouco precário II” estão nas Regiões Norte, Centro, Sul e Sudoeste. Esses estão, majoritariamente, mais próximos dos aglomerados “pouco precário I”, “muito precário I”, “muito precário II”.

O grupo “razoavelmente precário” concentra-se nas Regiões Norte, Noroeste, Centro, Sul e Sudoeste, contendo um grande número de setores de aglomerados subnormais na Região Sul, à direita da Rodovia Santos Dumont e abaixo da Rodovia Anhanguera.

O grupo “muito precário I” tem maiores aglomerações de aglomerados subnormais nas Regiões Noroeste, Centro, Sul e Sudoeste. Destaca-se a presença de muito aglomerados subnormais com essa classificação, principalmente, próximos ao trevo rodoviário entre a Rodovia Santos Dumont e a Rodovia Anhanguera na região do Aeroporto de Viracopos entre a Rodovia Santos Dumont e a Rodovia dos Bandeirantes. O grupo “muito precário II” é encontrado nas cinco regiões e estão localizados próximos de aglomerados subnormais de todas as categorias de precariedade.

No último grupo, vê-se que os 8 aglomerados classificados como “extremamente precário” estão distribuídos nas Regiões Norte e Sul. Podemos evidenciar que eles estão próximos aos aglomerados subnormais classificados como “pouco precário I”, “razoavelmente precário” e “muito precário II”.

MAPA 3 – Tipologias de precariedade em setores de aglomerados subnormais, Campinas, 2010

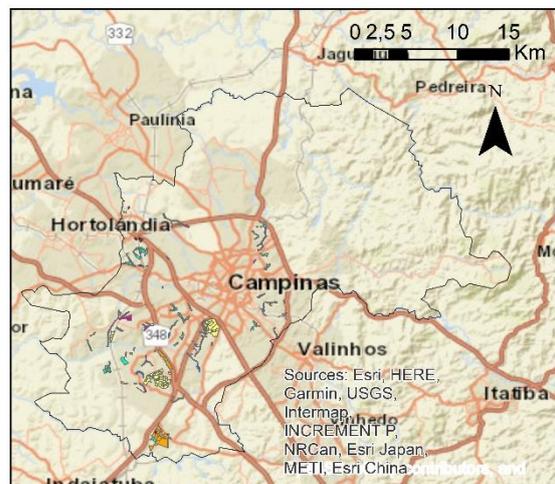


Legenda

Tipologias

- Pouco precário I
- Pouco precário II
- Razoavelmente precário
- Muito precário I
- Muito precário II
- Extremamente precário

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).



Verificar algumas informações sociodemográficas dos aglomerados subnormais, mesmo já dispoendo das características que compõem a análise de clusters, é importante para acrescentar à análise outros dados que também nos expõem o perfil médio dos aglomerados subnormais de acordo com seu grupo na classificação de precariedade. Como optamos por classificar os aglomerados subnormais por características do ambiente construído, tendo em vista também a adequação ao conceito de precariedade que se refere à infraestrutura e serviços dos aglomerados subnormais, a análise de outros dados nos permite analisar mais de perto as características sociodemográficas de cada tipologia de precariedade. Dessa maneira, veremos os dados sobre cor ou raça, renda per capita e alfabetização da população.

A questão urbana da organização espacial da população cidade intersecta a questão racial, pois a distribuição da população no espaço, assim como o acesso à infraestrutura, perpassa pela segregação racial (OLIVEIRA, 2008). Desse modo, a Tabela 16 apresenta a porcentagem de população residente por categorias de cor ou raça, de acordo com as tipologias de precariedade. As categorias de cor ou raça utilizadas foram “negra” – que é a população preta e parda, de acordo com o IBGE (OSORIO, 2003) –, “outras” – para designar a população indígena e amarela, que representam uma pequena parcela da população em 2010 – e “branca”. Observamos que a população “negra” é a predominante em peso populacional em todas as tipologias de precariedade de aglomerados subnormais.

Os diferenciais raciais entre os grupos de tipologias de precariedade são pequenos, mas podemos destacar que o grupo que contém uma proporção maior de população negra é o grupo “razoavelmente precário” com 58,3%. Já para a população “branca”, a maior proporção está no grupo “pouco precário I”. O grupo no qual há mais características de precariedade urbana, o grupo “extremamente precário”, apresenta a segunda menor proporção de população negra e a segunda maior proporção de população branca.

TABELA 16 – Porcentagem de população residente por categorias de cor ou raça e por tipologias de precariedade em aglomerados subnormais, Campinas, 2010

Tipologias de precariedade	Cor ou raça		
	Branca	Negra	Outras
Pouco precário I	44,9	54,6	0,5
Pouco precário II	41,6	57,9	0,4
Razoavelmente precário	41,2	58,3	0,5
Muito precário I	41,4	57,8	0,8
Muito precário II	42,7	56,7	0,6
Extremamente precário	43,3	56,2	0,5

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Para além das características do ambiente construído, a perspectiva racial para investigar algumas características sociodemográficas dos clusters obtidos é utilizada a fim de olhar também para a população que habita em cada um dos grupos de aglomerados subnormais. Nesse sentido, mesmo que as categorias de cor ou raça não estejam intimamente ligadas à escala progressiva de precariedade, de modo geral, não se pode negar a relação existente entre a forma de inserção na sociedade, bem como o acesso à habitação e a segregação racial da população.

Como Florestan Fernandes (1978) analisou, a população negra no Brasil está em uma série de desvantagens sociais devido ao processo falho da integração dessa população pós abolição da escravidão. Sua mobilidade social foi limitada historicamente, o que acaba por trazer consequências na forma de inserção e organização dessa população no meio urbano. Assim como a estratificação social por renda permite o acesso a alguns lugares da cidade, as diferenças raciais também podem ser expressas no espaço (FERREIRA, 2014), pois a população negra – historicamente em desvantagens sociais – possui acesso limitado a melhores moradias na cidade, residindo, mais marcadamente, em locais mais precários (DAMIANI, 2012):

[...] o que Prêteceille (2004) chamou de “análise tipológica”: classificaram as áreas que compõem as cidades segundo uma tipologia hierarquizada conforme os perfis socioeconômicos predominantes; e compararam a proporção de negros e brancos em cada uma dessas áreas, concluindo que, apesar de não haver segregação absoluta, as áreas superiores apresentam concentração de brancos acima da média, enquanto as áreas inferiores, maior concentração de negros (FRANÇA, 2017, p. 35).

Tratando-se dos grupos de aglomerados subnormais em uma escala de precariedade que revela seu acesso à infraestrutura, a renda per capita é um reflexo das condições de moradia de sua população. Na Tabela 17 a renda per capita por grupos de tipologia de precariedade é possível verificar que há diferenças de renda entre os grupos. Nota-se que o grupo “extremamente precário” possui a renda per capita mais baixa e o grupo “pouco precário I” detém a renda per capita mais alta dentre as tipologias de precariedade. Levando em consideração a estimativa apresentada no Plano Brasil sem Miséria datado de junho de 2011, apontando que no Brasil a linha de pobreza era de R\$140,00 mensais por pessoa e a linha de extrema pobreza era de R\$70,00 mensais por pessoa (FALCÃO; COSTA, 2014). Ressaltando também que o salário mínimo em 2010 era de R\$510,00, podemos notar que os grupos de aglomerados subnormais estão acima da linha pobreza, mas a renda per capita era inferior ao salário mínimo do ano de 2010.

TABELA 17 – Renda per capita por tipologias de precariedade em aglomerados subnormais, Campinas, 2010

Tipologias de precariedade	Renda per capita (em reais)
Pouco precário I	410,15
Pouco precário II	389,18
Razoavelmente precário	411,33
Muito precário I	395,55
Muito precário II	354,29
Extremamente precário	331,17

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

A renda faz parte da avaliação do bem-estar do indivíduo, pois está ligada à capacidade do consumo de bens e serviços e é a principal característica sociodemográfica na avaliação da qualidade de vida (SANTOS, 2007).

Adicionalmente, existe uma estreita correlação entre o nível de renda e os indicadores de bem-estar físico, uma vez que o acesso a bens e serviços se dá no mercado através de recursos monetários, portanto, a insuficiência de renda acaba sendo um forte candidato escalar para medir a pobreza (SANTOS, 2007, p. 18).

O espaço de favela e a pobreza andaram e, muitas vezes, ainda andam lado a lado. O morador de favela era tido como um dos grupos de pobres do Brasil (SAWAYA et al., 2003). Todavia, associado ao perfil de pobreza também estão outras questões, como escolaridade, moradia e nutrição:

Já a pobreza e a desnutrição da zona urbana têm outros fatores mais determinantes, como baixa escolaridade materna, gravidez na adolescência, desemprego, violência e isolamento social, drogadição, condições de moradia e saneamento inadequadas, maus hábitos alimentares influenciados pela propaganda das indústrias de alimentos (consumo diário de refrigerantes, salgadinhos e biscoitos, por exemplo) etc. (SAWAYA et al., 2003, p. 22).

Nesse sentido, atribuir aos espaços de aglomerados subnormais características de pobreza somente através da renda é relevante, mas ainda é insuficiente para determinar o quadro de pobreza da população.

Na Tabela 18, vemos o perfil de escolaridade quanto à porcentagem de responsáveis pelo domicílio alfabetizados em cada grupo dos aglomerados subnormais por tipologia de precariedade, que é outro dado que, ao ser analisado através do agrupamento de tipologias de precariedade, não apresenta grandes diferenciais entre os grupos. Nos dois grupos compostos pelos aglomerados subnormais sem dados de entorno, verificamos que: o agrupamento “pouco precário II” tem uma predominância mais alta de população não

alfabetizada (12,1%) em relação aos demais, e o agrupamento “muito precário II” apresenta as mesmas proporções de população segundo a condição de alfabetização do grupo “razoavelmente precário” (89,7% “alfabetizada” e 12,1% “não alfabetizada”). Além disso, temos que a maior porcentagem de alfabetizados está na categoria “muito precário I” (90,4%).

TABELA 18 – Porcentagem de responsáveis pelo domicílio alfabetizados por tipologias de precariedade em aglomerados subnormais, Campinas, 2010

Tipologias de precariedade	Condição de alfabetização	
	Alfabetizados	Não Alfabetizados
Pouco precário I	89,9	10,1
Pouco precário II	87,9	12,1
Razoavelmente precário	89,7	10,3
Muito precário I	90,4	9,6
Muito precário II	89,7	10,3
Extremamente precário	89,6	10,4

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

A alfabetização da população é um indicador significativo para se captar a desigualdade social e nos espaços de favelas esses índices podem até ser reveladores da segregação socioespacial. “Constatamos situação similar na análise por nível de escolaridade, ou seja, à maior escolaridade corresponde maior distância social entre moradores em favela e moradores de bairro, o mesmo sucedendo com distância entre brancos e não-brancos” (LAGO; RIBEIRO, 2011, p. 42).

No caso de Campinas, assim como o dado de cor ou raça, a condição de alfabetização não apresenta uma relação direta com as variáveis consideradas para a composição das tipologias de precariedade. Todavia é um dado que nos ajuda a conhecer uma das facetas que fazem parte do perfil dos moradores dos aglomerados subnormais de cada grupo.

Esses dados corroboram a premissa assumida por esse estudo sobre a existência de significativa heterogeneidade dos aglomerados subnormais de Campinas em 2010. De fato, como fica claro, não se pode qualificá-los como um grupo homogêneo de características de precariedade e analisá-los nos mesmos processos e dinâmicas de favelização. Como veremos no capítulo 3 mais detalhadamente e por meio da exemplificação, há outros fatores que influenciam a construção do ambiente e a população dos aglomerados subnormais, promovendo a divergência entre seus perfis sociodemográficos e suas características urbanas. Além disso, temos ainda o fato dos dados serem relativos ao último censo, realizado em 2010, logo muitos dos aglomerados subnormais podem ter sofrido alterações quanto as suas

características urbanas e ao seu perfil populacional que só serão captadas com o censo de 2021 ou através da observação de campo do pesquisador.

CAPÍTULO 3 – A NOÇÃO DE FAVELA: HABITAÇÃO PRECÁRIA EM CAMPINAS

3.1 O retrato da habitação em aglomerados subnormais

A discussão da nomenclatura utilizada para designar locais, como assentamentos humanos ou bairros perpassa por questões sociais, econômicas, culturais ou até mesmo políticas. Mas é certo que não só os órgãos municipais e os institutos de pesquisa possuem propriedade ou ferramentas para nomear locais da cidade. Por estarmos tratando de uma pesquisa que faz uso das informações mais abrangentes e padronizadas dos aglomerados subnormais, como os dados do Censo Demográfico do IBGE, utilizamos aqui a nomenclatura comumente empregada pela literatura (PASTERNAK, 2001) para tratar nosso objeto de estudo: favelas. Por isso, com o intuito de promover a discussão do que se constitui como favela e se a utilização desse termo faz sentido para todos os aglomerados subnormais do município de Campinas, apresentaremos informações captadas em visitas de campo sobre alguns desses assentamentos, para então ponderarmos se há características de precariedade nesses espaços – principalmente de infraestrutura e acesso a serviços públicos –, e se a definição de favela condiz com o que se observa no ambiente construído atualmente.

As visitas de campo observacionais⁶ auxiliaram a pesquisa na medida em que se pode visualizar o entrelaçar de características mais urbanizadas e mais precárias em aglomerados subnormais que compartilham o mesmo ambiente territorial, mas que se diferenciam em aspectos urbanos de acordo com o processo de formação de cada núcleo residencial. Da mesma forma, foi possível visualizar essa sobreposição de características de urbanização e precariedade dentro de um mesmo bairro.

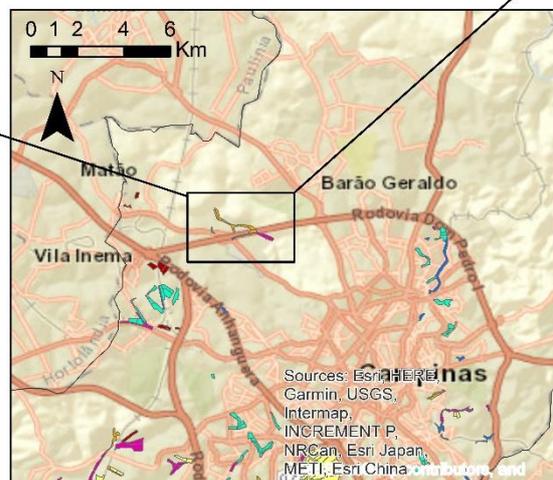
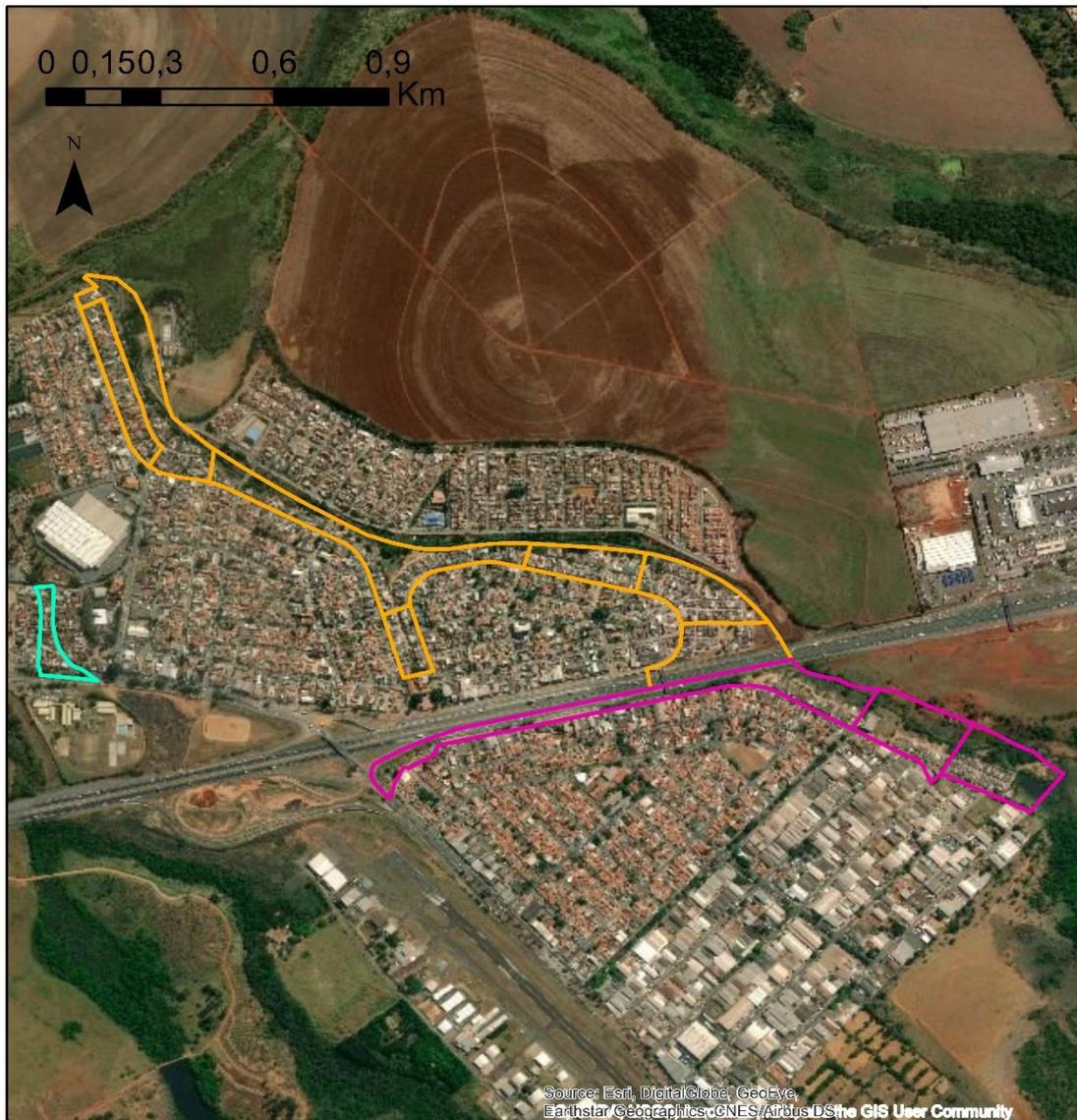
Primeiro foram analisados um conjunto de quatro aglomerados subnormais que estão próximos uns aos outros: Núcleo Residencial Jardim Santa Mônica, Núcleo Residencial Jardim Santa Mônica/São Marcos, Núcleo Residencial Jardim Campineiro I e Núcleo Residencial Jardim Campineiro II. Também foi analisado outro aglomerado subnormal localizado em outra região de Campinas: Núcleo Residencial Cidade Satélite Íris.

⁶ Informações do projeto aprovado pelo Comitê de Ética na Plataforma Brasil são as seguintes: CAAE: 26601019.0.0000.8142. Número do Comprovante: 160689/2019. Número do Parecer: 3.832.896. As demais informações sobre os aglomerados subnormais mencionados no Capítulo 3 foram obtidas com o desenvolvimento da pesquisa de doutorado em andamento da aluna Dafne Sponchiado Firmino da Silva com título “Quem Mora ao Seu Lado? As Periferias de Campinas em Transformação” (Prelo).

3.2 Núcleo Residencial Jardim Santa Mônica, Núcleo Residencial Jardim Santa Mônica/São Marcos, Núcleo Residencial Jardim Campineiro I e Núcleo Residencial Jardim Campineiro II

Para colocar em discussão a definição e a utilização do conceito de favela, o primeiro local que nos atentamos é, na verdade, um conjunto de quatro aglomerados subnormais próximos entre si que se encontram na Região Noroeste do município de Campinas, às margens da rodovia Dom Pedro I, os Núcleo Residencial Jardim Santa Mônica, Núcleo Residencial Jardim Santa Mônica/São Marcos, Núcleo Residencial Jardim Campineiro I e Núcleo Residencial Jardim Campineiro II. Eles não representam a área total dos bairros nos quais estão inseridos. Sendo assim, é muito importante que se tenha em conta que as condições gerais do bairro não necessariamente refletem as condições do aglomerado subnormal considerado. No Mapa 4 podemos verificar onde esse conjunto de aglomerados subnormais está situado no município e a paisagem da área em que estão localizados na imagem com zoom.

MAPA 4– Região do Núcleo Residencial Jardim Santa Mônica, Núcleo Residencial Jardim Santa Mônica/São Marcos, Núcleo Residencial Jardim Campineiro I e Núcleo Residencial Jardim Campineiro II, Campinas, 2010



Legenda

Tipologias de Precariedade

- Pouco precário I
- Pouco precário II
- Razoavelmente precário
- Muito precário I
- Muito precário II
- Extremamente precário

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Como analisamos anteriormente através da análise de clusters, verificamos que o N. R. Jardim Santa Mônica está no grupo “muito precário II”, o N. R. Parque Jardim Santa Mônica/São Marcos e N. R. Jardim Campineiro I estão classificados na tipologia “razoavelmente precário”, e o N. R. Jardim Campineiro II está no grupo “pouco precário I”. Mais adiante analisaremos os dados desses aglomerados subnormais segundo as características utilizadas na clusterização.

Esses quatro aglomerados subnormais estão distribuídos em três bairros: Jardim Santa Mônica, Jardim São Marcos, Jardim Campineiro (que contém os N. R. Jardim Campineiro I e N. R. Jardim Campineiro II). Eles também têm outras localidades ao lado: o Loteamento Vila Esperança e o Recanto da Fortuna. A rodovia Dom Pedro I atravessa os bairros, enquanto o Ribeirão Quilombo contorna parte desses locais. Apesar da proximidade territorial, esses aglomerados subnormais estão distribuídos em tipologias de precariedade distintas e possuem algumas características diferentes. Aqui iremos ressaltar suas características de acesso à infraestrutura urbana e ao acesso a serviços públicos.

Na Tabela 19, há a porcentagem de domicílios particulares permanentes com acesso à energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo. O abastecimento de água e a coleta de lixo captados pelo Censo de 2010 apontam que esses serviços estavam amplamente difundidos entre os domicílios dos aglomerados subnormais, pois a porcentagem de acesso aos domicílios é quase sempre 100% ou muito próximo à totalidade. Já a energia elétrica e o esgotamento sanitário são dois serviços que apresentavam uma discrepância entre os locais, mostrando que o acesso a eles não é distribuído extensivamente entre os domicílios dos aglomerados subnormais. Principalmente, verifica-se que a área do Núcleo Residencial Jardim Santa Mônica dispunha de pouco acesso à energia elétrica (39,8%) e ao esgotamento sanitário (15,3%), detendo os valores mais baixos dentre os aglomerados listados. Esse núcleo residencial que se mostra mais precário faz parte da área que está à margem e abaixo da rodovia Dom Pedro I.

O Núcleo Residencial Jardim Campineiro II – do grupo “pouco precário I” – é o aglomerado que apresentava mais amplo acesso aos serviços com quase 80% dos domicílios dispondo de energia elétrica, aproximadamente 99% com esgotamento sanitário e com 100% de abastecimento de água e coleta de lixo. O Núcleo Residencial Jardim Santa Mônica/São Marcos e o Núcleo Residencial Jardim Campineiro I detinham aproximadamente 66% dos domicílios assistidos por energia elétrica. Contudo, ao se observar os dados para o esgotamento sanitário há discrepâncias relevantes entre esses dois aglomerados subnormais. Menos de 28% dos domicílios do N. R. Jardim Campineiro I eram abrangidos por esse

serviço, enquanto que 83% dos domicílios do N. R. Jardim Santa Mônica/São Marcos tinham acesso ao esgotamento sanitário.

Comparando-se com os resultados do agregado dos aglomerados subnormais do município vemos que, para o serviço de energia elétrica, todos os núcleos, exceto o N. R. Jardim Campineiro II, apresentavam uma porcentagem menor de domicílios abrangidos pelo serviço do que a média do agregado dos aglomerados subnormais. Já no esgotamento sanitário os núcleos N. R. Jardim Santa Mônica/São Marcos e N. R. Jardim Campineiro II apresentavam a porcentagem dos domicílios maior do que a do agregado dos aglomerados subnormais em questão. Ao analisarmos esses dados frente à classificação de precariedade e tendo em vista os dados de energia elétrica e esgotamento sanitário utilizados na clusterização, verificamos que o N. R. Jardim Campineiro II possuía um perfil de menor precariedade, já que está no grupo “pouco precário I” e o N. R. Jardim Santa Mônica possuía o perfil mais precário dentre esses quatro aglomerados subnormais, estando no grupo “muito precário II”.

TABELA 19 – Porcentagem de domicílios particulares permanentes com acesso à energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo em aglomerados subnormais (Núcleo Residencial Jardim da Luz, Núcleo Residencial Parque Bom Tempo, Núcleo Vila Aurora, Núcleo Residencial Bela Vista), Campinas, 2010

Aglomerados subnormais (AS)	Energia elétrica	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Coleta de lixo
N. R. Jardim Santa Mônica	39,8	100,0	15,3	100,0
N. R. Jardim Santa Mônica/São Marcos	66,1	100,0	83,4	100,0
N. R. Jardim Campineiro I	66,7	98,7	27,7	99,3
N. R. Jardim Campineiro II	79,2	100,0	98,7	100,0
Agregado dos AS	76,2	99,4	69,2	98,6

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Quanto às características de entorno, notamos – na Tabela 20 – a heterogeneidade desses aglomerados subnormais. Uma vez que no N. R. Jardim Santa Mônica não houve coleta, não se apresentam dados. Isso pode ter ocorrido pela dificuldade em se adentrar no terreno do aglomerado que, possivelmente, foi causada pelo alto grau de precariedade da área em 2010. Ressalta-se também que o N. R. Jardim Campineiro II foi o aglomerado que obteve os melhores resultados para as quatro características. Por outro lado, o N. R. Jardim Santa Mônica/São Marcos e o N. R. Jardim Campineiro I apresentavam uma porcentagem pequena de domicílios com presença de pavimentação, iluminação pública e logradouro. Quanto à existência de esgoto a céu aberto, nota-se que o N. R. Jardim Santa Mônica/São Marcos

apresentava o pior resultado, com 22,1%, sendo maior do que a porcentagem de domicílios com esgoto a céu aberto do agregado dos aglomerados subnormais.

TABELA 20 – Porcentagem de domicílios particulares permanentes por existência de características do entorno em aglomerados subnormais (Núcleo Residencial Jardim Santa Mônica, Núcleo Residencial Jardim Santa Mônica/São Marcos, Núcleo Residencial Jardim Campineiro I, Núcleo Residencial Jardim Campineiro II), Campinas, 2010

Aglomerados subnormais (AS)	Pavimentação	Iluminação pública	Logradouro	Esgoto a céu aberto
N. R. Jardim Santa Mônica	-	-	-	-
N. R. Jardim Santa Mônica/São Marcos	9,8	9,8	9,8	22,1
N. R. Jardim Campineiro I	7,5	7,5	7,5	2,6
N. R. Jardim Campineiro II	100,0	100,0	55,8	0,0
Agregado dos AS	51,5	78,7	48,5	20,6

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

De modo similar ao que foi realizado na análise das tipologias de precariedade, examinaremos dados de cor ou raça, renda per capita e condição de alfabetização da população dos aglomerados subnormais investigados na primeira inserção de campo. Olhando para as categorias de cor ou raça faremos alguns apontamentos sobre os dados da Tabela 21. Como foi discutido no segundo capítulo, havia uma grande representação de população negra em áreas de favelas sendo, claramente, um dos efeitos da segregação socioespacial e do processo histórico pós-escravatura.

Apesar de não haver grandes discrepâncias se comparado a outros espaços da cidade, o aglomerado subnormal N. R. Jardim Santa Mônica, classificado na categoria mais precária – onde também não foi possível a realização de coleta de dados de entorno –, apresenta a maior porcentagem de população negra (63,5%). Analisando as estimativas da população branca, examina-se que o N. R. Jardim Campineiro II possuía a maior proporção. Esse aglomerado subnormal estava classificado como “pouco precário I”, sendo, portanto, uma área que se configura pela maior presença de infraestrutura nos domicílios e em seu entorno. Isso sugere que havia heterogeneidade entre os aglomerados subnormais e que a segregação socioespacial intersecta esferas da vida social, como a questão racial. Por isso, faz-se necessária a ação do poder público a fim de extinguir ou amenizar as precariedades vivenciadas no cotidiano da população em favelas.

TABELA 21 – Porcentagem de população residente por cor ou raça em aglomerados subnormais (Núcleo Residencial Jardim Santa Mônica, Núcleo Residencial Jardim Santa Mônica/São Marcos, Núcleo Residencial Jardim Campineiro I, Núcleo Residencial Jardim Campineiro II), Campinas, 2010

Aglomerados subnormais (AS)	Cor ou raça		
	Negra	Branca	Outras
N. R. Jardim Santa Mônica	63,5	35,8	0,7
N. R. Jardim Santa Mônica/São Marcos	55,6	43,8	0,6
N. R. Jardim Campineiro I	57,5	42,2	0,3
N. R. Jardim Campineiro II	54,4	45,0	0,6
Agregado dos AS	58,4	41,0	0,6

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Na Tabela 22 temos a renda per capita desse quatro aglomerados subnormais. Tendo em vista que a renda per capita mensal no agregado dos aglomerados subnormais era de 391,29 reais, apenas o N. R. Jardim Campineiro II apresentava uma renda per capita maior (413,07 reais). A menor renda per capita é do N. R. Jardim Santa Mônica (356,06 reais), seguido do N. R. Jardim Santa Mônica/São Marcos (380,55 reais) e do N. R. Jardim Campineiro I (383,37 reais). Em comparação à renda per capita mensal do município de Campinas em 2010 no valor de R\$1.390,83⁷ e considerando também o salário mínimo em 2010 (R\$510,00)⁸, todos esses aglomerados possuíam uma renda inferior.

TABELA 22 – Renda per capita mensal em aglomerados subnormais (Núcleo Residencial Jardim Santa Mônica, Núcleo Residencial Jardim Santa Mônica/São Marcos, Núcleo Residencial Jardim Campineiro I, Núcleo Residencial Jardim Campineiro II), Campinas, 2010

Aglomerados subnormais (AS)	Renda per capita (em reais)
N. R. Jardim Santa Mônica	356,06
N. R. Jardim Santa Mônica/São Marcos	380,55
N. R. Jardim Campineiro I	383,37
N. R. Jardim Campineiro II	413,07
Agregado dos AS	391,29

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

A renda pode nos fornecer indícios da precariedade urbana dos aglomerados subnormais e aqui percebemos que as tipologias de precariedade de cada um desses aglomerados guarda forte correlação com a renda per capita de sua população. O local de moradia da população está intrinsecamente ligado à sua renda, pois ela é um dos meios que permite o acesso à terra. Por exemplo, o N. R. Jardim Santa Mônica possui a menor renda per

⁷ PNUD, IPEA, FJP.

⁸ IBGE (2010).

capita e é a mais precária das quatro áreas, em contraposição ao N. R. Jardim Campineiro II que possui a maior renda per capita e está no grupo menos precário (“Pouco Precário I”).

Por outro lado, na Tabela 23, podemos notar que nem sempre a escala progressiva das tipologias de precariedade dos aglomerados subnormais investigados no primeiro campo estavam em conformidade com o perfil de escolaridade no que concerne à condição de alfabetização da população. Inclusive, as diferenças na porcentagem de alfabetização entre essas áreas eram ínfimas. Isto é, as altas porcentagens de pessoas responsáveis pelo domicílio serem alfabetizadas não indicam, necessariamente, a baixa precariedade do ambiente construído e vice-versa. Por exemplo, o N. R. Jardim Santa Mônica, o aglomerado subnormal mais precário dentre os que observamos aqui, possuía a maior porcentagem de população alfabetizada (91,8%), sendo inclusive maior do que a porcentagem de responsáveis alfabetizados no agregado dos aglomerados subnormais (90,3%). O N. R. Jardim Santa Mônica/São Marcos, que está no grupo “razoavelmente precário” possuía a menor proporção de responsáveis pelo domicílio alfabetizados (82,9%) e, conseqüentemente, a maior proporção de não alfabetizados (17,1%).

TABELA 23 – Porcentagem de pessoas responsáveis pelo domicílio por condição de alfabetização em aglomerados subnormais (Núcleo Residencial Jardim Santa Mônica, Núcleo Residencial Jardim Santa Mônica/São Marcos, Núcleo Residencial Jardim Campineiro I, Núcleo Residencial Jardim Campineiro II), Campinas, 2010

Aglomerados subnormais (AS)	Condição de alfabetização	
	Alfabetizado	Não alfabetizado
N. R. Jardim Santa Mônica	91,8	8,2
N. R. Jardim Santa Mônica/São Marcos	82,9	17,1
N. R. Jardim Campineiro I	87,1	12,9
N. R. Jardim Campineiro II	88,3	11,7
Agregado dos AS	90,3	9,7

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Apesar da proximidade entre os aglomerados subnormais e da semelhança entre algumas características do ambiente construído, eles são áreas que apresentam heterogeneidade entre si e até mesmo dentro de um mesmo aglomerado, fato que também pôde ser visualizado nas visitas observacionais de campo.

A história da formação do bairro e a atuação de políticas públicas habitacionais contribuem para compreender essas diferenças. O bairro Jardim Campineiro teve sua formação datada da década de 1970 e o bairro Jardim Santa Mônica é um local antigo e consolidado. Esse último consiste em um bairro predominantemente industrial e com acesso a

serviços públicos. Em contrapartida, segundo os dados censitários de 2010, o aglomerado subnormal N. R. Jardim Santa Mônica apresentava-se como o aglomerado mais precário em termos de acesso à infraestrutura e serviços.

Apesar da região desses bairros já estar mais consolidada atualmente, com pavimentação nas ruas, com presença de comércios, escolas, creches, postos de saúde e assistida por 4 linhas de ônibus metropolitanos, os aglomerados subnormais contidos nesses bairros detêm características de precariedade em moradia mais acentuadas. Sendo possível apontar – em alguns áreas da região dos 4 aglomerados subnormais – algumas desigualdades que revelam a segregação socioespacial da população, como a presença de habitações em barracos improvisados com materiais de madeira, metal e plástico.

Em maio de 2019, o N. R. Jardim Santa Mônica foi considerado pela Prefeitura Municipal de Campinas como um núcleo residencial informal situado, total ou parcialmente, em área de preservação permanente ou em área de unidade de conservação de uso sustentável ou de proteção de mananciais. Além disso, é tratado – pela prefeitura – como um núcleo residencial passível de regularização fundiária e com possível implementação de obras de infraestrutura que abasteçam a área com equipamentos comunitários ou de melhoria habitacional.

A partir de um levantamento de dados realizado pela Secretaria de Habitação de Campinas (SEHAB) em abril de 2019, foi possível recuperar dados mais atuais desse núcleo. Esses dados revelam os seguintes indicadores socioeconômicos: 48,4% autodeclaram-se na categoria cor/raça parda; a maioria (56,8%) possuía fundamental incompleto, ao passo que ninguém apresentava superior completo; 60% das famílias apresentavam renda de 1 a 3 salários mínimos; e 90,5% não recebem benefícios de programas de transferência de renda. Metade das famílias residem em Campinas há mais de 30 anos; 44,2% reside entre 21 e 30 anos no lote do Núcleo Residencial Santa Mônica; 99% reside em imóveis próprios; e 100% das habitações são de alvenaria.

Ainda para o ano de 2019, apenas 20% das famílias residiam em locais em que havia pavimentação (asfalto) e 80% residiam em ruas de terra; 99% das famílias possuíam abastecimento de água individual com hidrômetro e em apenas 1% poço; 80% possuíam acesso à energia elétrica individual com relógio e 20% obtinham energia elétrica de forma irregular; 91% possuíam saneamento básico com canalização provisória e 9% contavam com fossa ou saneamento através da rede pública; por fim, 100% dos domicílios podiam contar com o lixo coletado pela rede pública. Esses dados representam uma melhoria quanto ao

acesso a serviços públicos e infraestrutura urbana desde 2010, comparando-se com os resultados do Censo de 2010.

Para essa área, a Prefeitura Municipal de Campinas pleiteou recursos públicos federais para que seja executado o projeto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Quilombo, que realizará uma drenagem nos córregos próximos ao núcleo residencial que circundam a região, de modo a anular pontos passíveis de inundação. O projeto visa a remoção de 705 famílias que moram em áreas de risco e a realocação delas em empreendimentos habitacionais de interesse social, além de promover a urbanização dos N. R. Jardim Santa Mônica, N. R. Jardim Santa Mônica/São Marcos, N. R. Jardim Campineiro I e N. R. Jardim Campineiro II a partir de obras de infraestrutura – iluminação pública e domiciliar, redes de água e de esgoto, pavimentação – atendendo 778 famílias. Esse projeto tratará da regularização fundiária dos núcleos residenciais, da recuperação ambiental das Áreas de Proteção Permanente (APP) e da realização de trabalhos sociais voltados para as famílias de baixa renda, como mobilização comunitária, educação ambiental, educação sanitária, trabalho e renda.

É interessante notar que também há outros assentamentos na região desses aglomerados subnormais nos quais houve a implementação do PAC. Um deles é o Loteamento Vila Esperança, localizado ao lado do Jardim São Marcos e do Jardim Santa Mônica, registra mais de 100 famílias morando na localidade. Esse loteamento surgiu por volta de 2003 recebendo parte da população que vivia em áreas de risco no Jardim São Marcos. Essa área, que antes era uma fazenda, é produto de obras de planejamento urbano. Há pavimentação em suas ruas e foram implementadas instalações de aquecimento solar nas residências. Contudo, com a falta de manutenção pública, essa instalação acabou por se tornar inutilizada pela população. Apesar de parecer uma área dotada de infraestrutura urbana, alguns serviços não alcançam a população do Loteamento Vila Esperança, como a coleta de lixo – a população descarta o lixo nas proximidades – e o serviço dos correios.

Toda essa região condensa características de obras de urbanização com características de precariedade em infraestrutura e em habitação, podendo ser considerada como uma região, no geral, heterogênea do ponto de vista socioterritorial. Embora sua paisagem não seja amplamente favelizada, ainda há habitações bastante precárias se comparada com o visual geral desses bairros. Nas Fotos 1 e 2 observamos as margens do Ribeirão Quilombo que passa pelo bairro dos núcleos residenciais Jardim Campineiro I e Jardim Campineiro II. Por ser uma área que pode apresentar vulnerabilidade ambiental, não é permitido que se construam casas nas suas margens. Contudo, há barracos improvisados

nessas áreas. Devido ao regulamento ambiental, as famílias que se fixam na região são removidas e realocadas em empreendimentos habitacionais do governo.

FOTOS 1 e 2 – Ribeirão Quilombo (Bairro Jardim Campineiro), Campinas, 2020



Fonte: Fotos autorais (2020).

Abaixo vemos a foto de uma das entradas da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), o Ribeirão Quilombo à frente juntamente com uma pequena ponte para pedestres. A ETE foi inaugurada em março de 2004 para assistir 12 bairros e tratar o Ribeirão Quilombo (Reportagem do Diário Oficial, Nº 8.397 – Ano XXXIV, terça-feira, 23 de março de 2004, Prefeitura Municipal de Campinas).

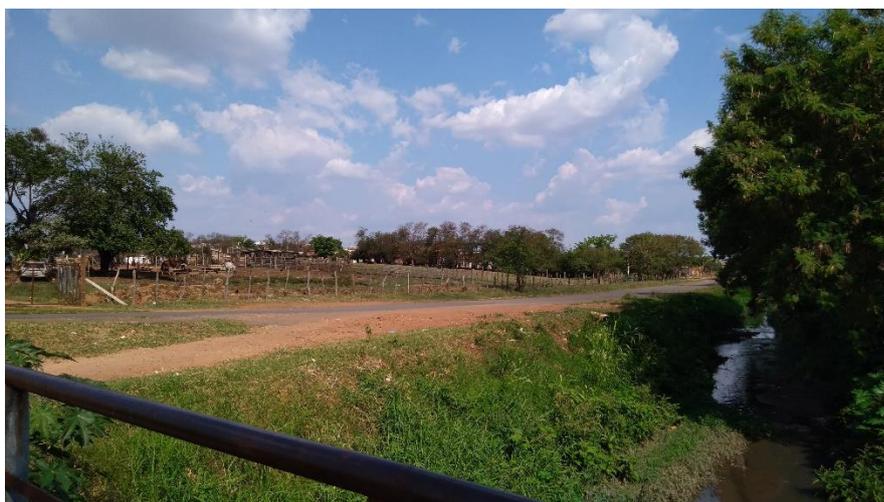
FOTO 3 – Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Vó Pureza, Campinas, 2020



Fonte: Foto autoral (2020).

Na Foto 4 observa-se parte da rua que se localiza às margens do Ribeirão Quilombo e que vai em direção a uma ocupação, na qual não há coleta de lixo e onde os recursos públicos de infraestrutura são escassos.

FOTO 4 – Área ao lado da Estação de Tratamento de Esgoto sob a ponte do Ribeirão Quilombo (Jardim Campineiro), Campinas, 2020



Fonte: Foto autoral (2020).

As imagens disponíveis no Street View da mesma área às margens do Ribeirão Quilombo, ao lado da ETE que datam de setembro de 2018, revelam que havia algumas habitações improvisadas ao lado da mesma ponte retratada nas Fotos 3 e 4. Em outubro de 2019 havia a presença dessas habitações, porém em menor número, uma vez que foi realizado um processo de remoção nesse local em decorrência de ser apontada como uma área de risco pela Prefeitura de Campinas. Nessa área, na mesma medida em que há ocupações do terreno ocorrem remoções.

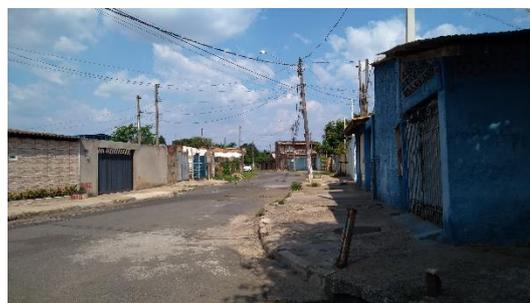
IMAGENS 1 e 2 – Habitações improvisadas no Jardim Campineiro, Campinas, 2018



Fonte: Google Maps; Street View (2018).

É possível perceber que a paisagem do bairro assemelha-se a outras áreas periféricas do município. Contudo, os bairros apontados na análise observacional da visita de campo não são homogêneos entre si e, tampouco, os aglomerados subnormais em questão localizados nessa área. Em parte dos bairros há a presença de alguma infraestrutura urbana e serviços públicos, como pavimentação e iluminação pública. Inclusive, em outras ruas do bairro Jardim Campineiro, notou-se também que há a presença de empreendimentos de programas habitacionais, bem como pavimentação e iluminação pública (Fotos 5, 6, 7 e 8). Todavia, como se observou nas imagens do Street View de 2018, nas áreas dos aglomerados subnormais a aparência construtiva mais precária das habitações predomina. Tratando-se do tema de favela, sabe-se que é um fenômeno urbano que está em constante modificação, principalmente por ser um tipo de habitação em que, majoritariamente, sua população não tem a posse da terra por meios formais, estando, portanto, vulnerável a sofrer modificações, inclusive remoções.

FOTOS 5, 6, 7 e 8 – Ruas do trajeto percorrido no primeiro campo (Jardim Campineiro e Jardim São Marcos), Campinas, 2020



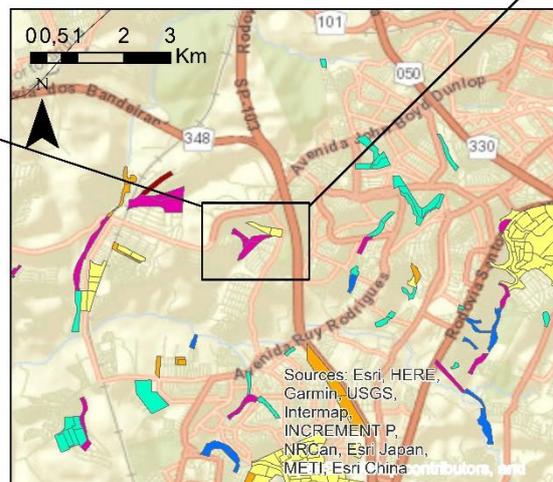
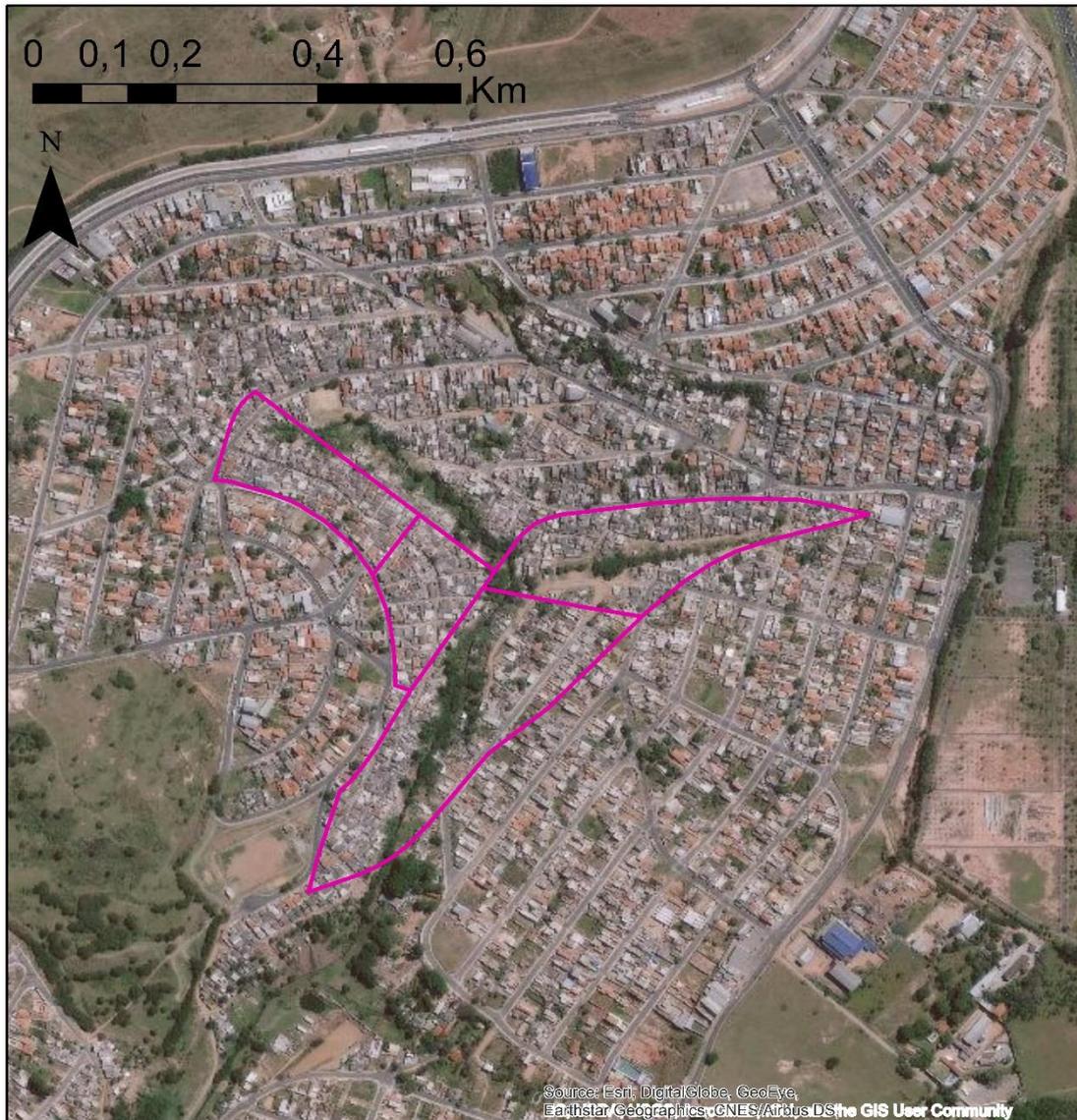
Fonte: Fotos autorais (2020).

3.3 Núcleo Residencial Cidade Satélite Íris

Analisamos também um aglomerado subnormal localizado na Região Sudoeste do município de Campinas, à margem da avenida John Boyd Dunlop e próximo à Rodovia dos Bandeirantes: o Núcleo Residencial Cidade Satélite Íris. Esse aglomerado subnormal está circunscrito a uma pequena porção de terra do bairro Cidade Satélite Íris e está classificado na

tipologia de precariedade como “muito precário II”, logo não apresenta dados do entorno dos domicílios. No Mapa 5, está delimitada a área em que esse aglomerado subnormal está localizado em Campinas e uma imagem aérea com zoom da região.

MAPA 5 – Região do Núcleo Residencial Cidade Satélite Íris, Campinas, 2010



Legenda

Tipologias de Precariedade

- Pouco precário I
- Pouco precário II
- Razoavelmente precário
- Muito precário I
- Muito precário II
- Extremamente precário

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

De acordo com os dados censitários, a Tabela 24 apresenta a porcentagem de domicílios particulares permanentes com acesso à energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo no aglomerado subnormal N. R. Cidade Satélite Íris para o ano de 2010. Quase 100% dos domicílios dispunham de abastecimento de água e a coleta do lixo – como ocorria no agregado dos aglomerados subnormais do município. Contudo, os dados para a energia elétrica (40,5%) e o esgotamento sanitário (14,1%) revelam que o acesso a esses serviços públicos era muito limitado. Mesmo apresentando um padrão parecido em termos de acesso (grande acesso a água e coleta de lixo e maiores limitações em esgoto e energia elétrica), esse aglomerado subnormal encontrava-se em situação bem mais precária que a média dos aglomerados existentes no município.

TABELA 24 – Porcentagem de domicílios particulares permanentes com acesso à energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo no aglomerado subnormal Núcleo Residencial Cidade Satélite Íris, Campinas, 2010

Aglomerado subnormal	Energia elétrica	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Coleta de lixo
N. R. Cidade Satélite Íris	40,5	99,8	14,1	99,3
Agregado dos AS	76,2	99,4	69,2	98,6

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Valendo-se do mesmo recurso utilizado tanto para a análise das tipologias de precariedade, quanto dos quatro aglomerados subnormais investigados no tópico anterior, mostraremos dados sociodemográficos para vermos mais detalhadamente quem eram os moradores do Núcleo Residencial Cidade Satélite Íris. Apesar desse aglomerado subnormal estar no grupo “muito precário II”, segundo as categorias de cor ou raça seu perfil estava mais próximo ao N. R. Jardim Santa Mônica/São Marcos, que era um aglomerado subnormal “razoavelmente precário”. Pode-se apontar também que a proporção da população negra do N. R. Cidade Satélite Íris era, sutilmente, inferior à proporção do agregado de aglomerados subnormais de Campinas.

TABELA 25 – Porcentagem de pessoas residentes por categorias de cor ou raça no aglomerado subnormal Núcleo Residencial Cidade Satélite Íris, Campinas, 2010

Aglomerados subnormais (AS)	Cor ou raça		
	Negra	Branca	Outras
N. R. Cidade Satélite Íris	55,5	44,3	0,2
Agregado dos AS	58,4	41,0	0,6

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Quanto ao indicador é de rendimento da população, nesse caso, a renda per capita mensal, observa-se que para o N. R. Cidade Satélite Íris o valor era de R\$355,38. Assim como os aglomerados subnormais explorados no primeiro campo, esse núcleo residencial apresentava uma renda per capita inferior a do agregado dos aglomerados subnormais (391,29 reais). Por fim, quanto à escolaridade da população, verifica-se que, em 2010, 85% da população de pessoas responsáveis pelo domicílio estava classificada como alfabetizada, contrapondo-se a 15% não-alfabetizadas. Verificando o padrão do agregado dos aglomerados subnormais (90,3% alfabetizados e 9,7% não alfabetizados), o analfabetismo das pessoas responsáveis pelo domicílio desse núcleo residencial era maior. Comparando-se também com os dados para Campinas, o analfabetismo do N. R. Cidade Satélite Íris era muito superior, pois o município apresentava 4% da população de pessoas responsáveis pelo domicílio caracterizada como não alfabetizada, em contraposição a 96% de pessoas alfabetizadas⁹.

A Cidade Satélite Íris constitui-se como um grande bairro com significativa heterogeneidade, já que lá se observam áreas com boa infraestrutura e áreas mais precárias, característica que não permite generalizações sobre sua população. De semelhante modo, faz-se o esforço de não gerar discursos que generalizem os moradores das ocupações presentes no bairro, bem como o N. R. Jardim do Vale que analisaremos mais adiante.

Embora haja algumas características comuns entre seus habitantes, a área dessa localidade não é homogênea. Por um lado, porque sua população apresenta características sociodemográficas distintas, por outro lado, porque as delimitações territoriais no que se refere aos núcleos residenciais captados pelo Censo Demográfico de 2010 podem estar desatualizadas devido ao dinamismo do processo de favelização. É importante fazer essa ressalva, uma vez que o bairro sofre discriminação (na percepção sobre o bairro em outras partes da cidade). Além disso, a Rodovia dos Bandeirantes pode ser referenciada como um divisor de águas entre as classes sociais, expondo a segregação socioespacial e os estigmas imputados à população da Cidade Satélite Íris.

Os terrenos que margeiam a avenida John Boyd Dunlop já passaram pelo processo regularização e atualmente os seus residentes são pessoas com renda acima da média e uma população mais envelhecida, em relação ao bairro no geral. Tampouco se trata de uma área sem serviços já que nela existem duas escolas (ensino infantil e ensino fundamental), uma creche, um posto de saúde e uma sede do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

⁹ IBGE (Censo Demográfico 2010); BME (Banco Multidimensional de Estatísticas 2010).

de São Paulo (IFSP). No entanto, nos terrenos que margeiam o córrego Satélite Íris reside uma população mais jovem e com pouco acesso à infraestrutura urbana e serviços públicos.

Ao leste da Cidade Satélite Íris passa a rodovia dos Bandeirantes, que delimita uma porção do bairro, juntamente com a avenida John Boyd. O bairro tem aproximadamente 60 anos, tendo um lixão como um “marco inaugural” para o seu surgimento. O lixão foi criado na década de 1960 e sua desativação ocorreu em 1984. Até meados da década de 2000 não havia na vizinhança muito acesso a infraestrutura e serviços públicos, tais como a presença de linhas de ônibus. A região era pouco abastecida por serviços no geral, como mercados e padarias. Em 2007 ocorreu uma mobilização realizada pelos líderes e moradores da Cidade Satélite Íris a fim de atrair a atenção do poder público e conquistar melhorias para a região. Após esse acontecimento, uma linha de ônibus começou a operar e circular no bairro e foi implementado um projeto de pavimentação. Por volta de 2010, um contingente de sua população foi considerada como alvo da política habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida¹⁰, sendo realocados, em parte, para a Região Noroeste.

No bairro há várias áreas sem acesso aos serviços públicos, como saneamento básico. Em um das ocupações presente no bairro, que se encontra em uma área privada, não há serviço de água encanada de maneira formal, pois a Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento de Campinas (SANASA) não permite que o encanamento seja instalado em habitações sem o título de posse. Assim, o que se encontra na área são os “gatos” de água, fato que, para o Censo Demográfico certamente constaria como “acesso a água encanada”, situação que, como já alertamos, está distante da real condição dos domicílios em termos do acesso a esse tipo de serviço.

As imagens abaixo mostram aglomerado subnormal N. R. Cidade Satélite Íris em setembro de 2018. Nesse momento, ainda não havia pavimentação no núcleo. Como se observa na Imagem 4, há uma ponte sobre o córrego que corta a zona que é a porção do bairro mais precária e empobrecida.

¹⁰ Programa de habitação federal fundado em 2009, que permite o financiamento de habitações populares (FORAGI, 2012).

IMAGENS 3, 4 e 5 – Aglomerado subnormal Núcleo Residencial Cidade Satélite Íris, Campinas, 2018



Fonte: Google Maps; Street View (2018).

As Imagens 6, 7, 8 e 9 também foram captadas em 2018 e mostram uma área de um dos setores que compõem o N. R. Cidade Satélite Íris onde há habitações precárias e improvisadas margeando um trecho do córrego Jardim do Vale. Vale notar que é possível que a localização dessas habitações em áreas de declives e terrenos desnivelados tenham contribuído para a dificuldade da coleta de dados sobre o entorno, como alertado nesse estudo quando da realização do exercício de clusterização. De fato, tendo em vista a falta de condições favoráveis do ambiente construído para o deslocamento com veículo ou até mesmo a pé é bem provável que os agentes censitários tenham tido maiores dificuldades nessa área.

IMAGENS 6, 7, 8 e 9 – Imagens do Núcleo Residencial Cidade Satélite Íris, Campinas, 2018

Fonte: Google Maps; Street View (2018).

As Fotos 9, 10, 11 e 12 mostram uma área favelizada localizada no mesmo bairro, embora esta não se localize próxima ao córrego. As fotos retratam uma área mais elevada do bairro em que o acesso por uma estrada de terra conduziu a ruas em declives e buracos, o que dificultava a entrada de veículos. Nesse local há uma constante troca de residentes, pois os moradores mudam de residência constantemente, tanto dentro da própria ocupação como também se mudando para outros locais, improvisando moradias em terrenos comprados através da venda de terras pelo mercado informal.

FOTOS 9, 10, 11 e 12 – Ruas do trajeto percorrido no segundo campo (Cidade Satélite Íris), Campinas, 2020



Fonte: Fotos autorais (2020).

As Fotos 13, 14, 15 e 16 expõem um pouco do visual e da extensão da Cidade Satélite Íris. Ela configura-se como um bairro com diversidade sociodemográfica e também com diversidade na paisagem do ambiente construído. Há muitos domicílios com pavimentação nas ruas e iluminação pública, por exemplo. Em algumas partes do bairro há, inclusive, uma aparência de bairro de classe média, mas, considerando a sua grande área, a Cidade Satélite Íris ainda tem áreas com habitações muito precárias.

FOTOS 13, 14, 15 e 16 – Ruas do trajeto percorrido no segundo campo (Cidade Satélite Íris), Campinas, 2020



Fonte: Fotos autorais (2020).

As Imagens 10 e 11 mostram a mesma rua do bairro Cidade Satélite Íris em dois momentos. A imagem da esquerda, onde não há pavimentação, data de 2012, e a imagem da direita, com rua pavimentada, data de 2018. Essas duas imagens nos mostram como a aparência do ambiente construído do bairro pode passar por mudanças ao longo dos anos, principalmente por se tratar de uma área de expansão da cidade e onde ainda há possibilidades de assentamento da população de baixa renda. De fato, como asseveram Cunha e Nakano (2012), infelizmente a forma de urbanização brasileira é muito injusta no que se refere à população da baixa renda já que para estas, diferentemente do que acontece com as grupos sociais mais abastados, as áreas disponíveis para habitação, via de regra, carecem de infraestrutura, a qual tende a chegar apenas depois (e às vezes muitos anos depois) da ocupação.

IMAGENS 10 e 11 – Imagens de satélite do bairro Cidade Satélite Íris, Campinas, 2012 e 2018



Fonte: Google Maps; Street View (2012; 2018).

Como vimos, no aglomerado subnormal N. R. Cidade Satélite Íris e no segundo assentamento visitado não há algumas das características visualizadas em outras partes do bairro, como pavimentação, iluminação pública e abastecimento de água por rede distribuidora. Também podemos indicar que a presença das características de infraestrutura que analisamos ainda é muito escassa no N. R. Cidade Satélite Íris. Ademais, nas imagens do Street View, em muitas das ruas do aglomerado subnormal não é possível obter a série histórica de fotos, o que pode indicar, a dificuldade de se adentrar em algumas partes do aglomerado e captar imagens. Por exemplo, as Imagens 12 e 13 retratam duas direções de uma mesma rua do aglomerado subnormal, sendo que em apenas uma delas observa-se a existência de pavimentação. A outra direção da rua, sem pavimentação e mais estreita, acaba dificultando a captação de imagens mais próximas de melhor qualidade dessa parte.

IMAGENS 12 e 13 – Imagens do Núcleo Residencial Cidade Satélite Íris, Campinas, 2018



Fonte: Google Maps; Street View (2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

FOTO 17 – Imagem aérea de Campinas



Fonte: Foto autoral (2020).

Voltando ao que foi pontuado na introdução sobre o questionamento da existência de uma Cidade à Parte em Campinas, contendo aspectos informais, irregulares, precários e empobrecidos e que segregam sua população, podemos ressaltar alguns pontos a fim de sintetizar o que se foi explorado neste trabalho. Primeiro, designar os aglomerados subnormais como uma cidade que está à parte, aquém da cidade formal – ou seja, estão dentro da cidade, mas não compartilham das mesmas características e serviços – é, antes de tudo, perpetuar um estigma de separação entre classes sociais e espaços de moradias. Ainda que com características informais e irregulares, os aglomerados subnormais do município constituem-se como um conjunto heterogêneo, passando, muitas vezes, por transformações ao longo do tempo e até mesmo passando por processos de urbanização e formalização.

É fato que a segregação socioespacial incide sobre esses espaços e suas características sociodemográficas nos revelam que há distinções entre seu perfil e o perfil médio do município. Contudo, os aglomerados subnormais não são completamente distintos, em alguns quesitos, da cidade formal. Como visto no segundo capítulo, a partir de análise das informações do Censo Demográfico de 2010, há dados que demonstram a existência de semelhança ou proximidade de características entre os aglomerados subnormais e o município, em geral, – tanto nos aspectos urbanísticos que se referem à infraestrutura e existência de serviços públicos, como no perfil sociodemográfico e na composição domiciliar/familiar da população.

No entanto, como pudemos constatar de nossa visita a campo, tratar os dados censitários como um retrato da realidade nos aglomerados subnormais pode nos conduzir a interpretações distorcidas das condições de sua população. Aqui não estamos afirmando que os dados censitários sejam falhos, mas sim alertamos para algumas limitações dessa informação para a captação das reais condições desses e de outros espaços de assentamentos. Na verdade, a forma como as perguntas do Censo são feitas e como as pessoas as respondem podem mascarar realidades, já que o questionário não é suficiente para se conhecer, por exemplo, “como” determinado serviço é acessado. Esse é o caso das ligações irregulares que a população, em geral (mas não apenas), de mais baixa renda se utiliza para tais acessos, como os “gatos” de água e energia elétrica (BACELAR; CUNHA, 2019), que se configuram realmente como maneiras informais, à margem dos serviços regulares fornecidos pelas companhias distribuidoras.

Outro ponto que destacamos foi a heterogeneidade presente nos aglomerados subnormais. O exercício de análise de clusters aqui realizado nos revelou que, de fato, há perfis diferentes entre eles quanto às características de infraestrutura urbana (tanto no domicílio, quanto no seu entorno) e, portanto, ao acesso a serviços públicos, muitos dos quais não foram considerados nesse estudo em função da fonte de dados escolhida¹² e do enfoque que selecionado. Nessa perspectiva, quanto às características que apontam para a precariedade urbana, Campinas mostrou-se como um município que possui perfis de aglomerados subnormais diferentes. Pode-se ainda afirmar que, em 2010, grande parte dos aglomerados subnormais do município tinham características de precariedade relativamente mais brandas – ou seja, com muitos domicílios com acesso à infraestrutura urbana em seu ambiente construído –, pois foi captado, por meio da clusterização, que o maior grupo – constituído de 42 aglomerados subnormais – classifica-se como “pouco precário I”, o que não nega a existência de restrições e precariedades.

Para complementar nossa leitura, a análise empírica da segregação socioespacial permitiu uma sorte de visão mais atualizada das condições dos aglomerados estudados. A partir dos comentários baseados nas imagens e da inserção no campo, ou mesmo via Google Maps e Street View, pudemos notar, por exemplo, como é possível identificar mudanças

¹² Também é importante examinar outras fontes para avaliar as diferenças dos aglomerados em termos, por exemplo, de acesso à saúde (as estatísticas vitais, as autorizações e internações hospitalares etc.) ou educação (Censo Escolar), contudo, há claras dificuldades primeiro para identificar/discernir as formas de acesso a esses serviços e, segundo os moradores destes aglomerados. Na verdade, o Censo Demográfico ao captar informações sobre os moradores de cada domicílio nos facilita muito tal identificação. De qualquer maneira existem estudos interessantes que mostram como os moradores de áreas mais vulneráveis sofrem as consequências da condição de segregação socioespacial na qual vivem (sobre esses temas ver, por exemplo, Azevedo (2014) e Lima (2020)).

significativas nesses assentamentos em momentos temporais diferentes. De fato, pôde-se perceber que a existência e o desaparecimento de moradias de barraco ou o crescimento e melhoria do bairro fazem parte do dinamismo urbano presente na cidade – assim como em outras cidades brasileiras –, onde a transformação e o crescimento da população podem mesclar-se com a volatilidade de certos assentamentos ou parte deles.

Nesse sentido, analisar o Censo de 2021 será interessante para ver a continuidade ou a mudança de padrões e processos nesses aglomerados subnormais. Fechamos esse estudo com várias expectativas a respeito do próximo Censo e sua capacidade de revelar mudanças nesses aglomerados. Evoluções esperadas que são fruto, por exemplo, do processo de consolidação desses assentamentos, tanto em termos sociais como urbanísticos, ou mesmo mudanças importantes de formas de ocupação a partir do processo de regularização fundiária de muitos deles. Tudo isso pode ser elencado como elementos de grande interesse para estudos futuros.

Através do trabalho de campo observacional pudemos perceber como os aglomerados subnormais são distintos e passam, em geral, por dinâmicas e processos urbanos diferentes daqueles observados nos bairros em que estão inseridos. Assim, pode-se dizer que a proximidade física entre os aglomerados subnormais não seja, a princípio, um fator que garanta homogeneidade entre eles e muito menos deles com o bairro onde estão inseridos. Está claro que um dos fatores que influenciam nessa divergência de características é a regularização fundiária, que opera de modo não apenas a reverter o caráter de informalidade dos assentamentos, entregando a posse da propriedade de maneira legal, mas não raras vezes em função de sua valorização, a substituição de parte da sua população residente.

Obviamente que o processo de regularização ou “formalização” desses assentamentos é condição sine qua non para dar início minimamente ao processo de inserção cidadã destas famílias no município¹³. Alterar o status de informalidade dos aglomerados subnormais, reduzindo, assim, suas precariedades é, sem dúvida, um primeiro e importante passo rumo à constituição de uma sociedade mais justa.

Para finalizar voltamos a uma de nossas questões iniciais: podemos afirmar que aglomerado subnormal seja um sinônimo de favela? Ou, em outros termos, que todos os aglomerados subnormais de Campinas determinados pelo IBGE devam ser considerados favelas? Ou talvez uma pergunta mais radical: pode-se dizer que o município ainda possui

¹³ O processo de regularização fundiária é um aspecto valorizado nos discursos dos agentes municipais ao se tratar a situação de precariedade urbana dos domicílios em aglomerados subnormais.

favelas? Talvez uma resposta definitiva a essa questão não seja possível, mas podemos sugerir algumas considerações.

A análise das tipologias de precariedade nos expõe que há diferentes tipos de aglomerados subnormais. Alguns aglomerados têm um cenário de precariedade mais severo do que outros, indicando que não se deve tratá-los e significá-los da mesma maneira. Cada um detém suas particularidades e sua identidade. Por isso, utilizar o termo “favela” para generalizar os aglomerados subnormais do município de Campinas não é apropriado. Apontar para a existência de diferentes tipos favelas ou mesmo negar a existência de favelas, também não é adequado e não resolverá esse entrave conceitual.

Não se pode desconsiderar que há características de precariedade e pobreza nos aglomerados subnormais que correspondem às características de favelas. Contudo, afirmar que todos os aglomerados subnormais de Campinas são favelas não nos permite analisar a pluralidade dessas unidades territoriais e muito menos levar em conta qual seria a especificidade de uma favela, ao menos na sua definição mais clássica, como foi discutido no primeiro capítulo.

A heterogeneidade encontrada nas áreas com piores condições sociais e urbanísticas de Campinas revela que a procura por uma nomenclatura única capaz de congregiar tantas situações talvez seja uma busca extenuante. Na verdade, designar um local como favela, ocupação ou comunidade, por exemplo, é mais pertinente à população residente e ao processo histórico de consolidação do local. Além disso, não podemos esquecer que ao optarmos por considerar apenas os aglomerados subnormais classificados pelo IBGE em 2010, já tínhamos em mente que deixaríamos de observar outras tantas facetas da cidade informal que sabidamente existem em nossas grandes cidades, sendo um grande exemplo os loteamentos clandestinos.

Enfim, da mesma forma que a segregação socioespacial é um retrato triste e inequívoco de nossas cidades, a heterogeneidade dos assentamentos precários e da “cidade informal” – cujas diferenças devem ser consideradas à luz não apenas das características de sua população ou infraestrutura, mas também de seus históricos de formação, desenvolvimento e, sobretudo, envolvimento da comunidade – é um elemento central para ser levado em conta quando se pretende resgatar a cidadania e incrementar as condições de vida da população. Não há problemas em questionar a noção de favela e sua amplitude para atingir um grande número de assentamentos humanos irregulares, mas negar a sua existência no município é, sem dúvida, encobrir o intenso processo de segregação socioespacial existente e, pior, não lutar para combater suas consequências. O que para nós é o mais grave.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Pedro. A cidade com-fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, SP, v. 9, n. 2, p. 25-54, 2007.
- AIDAR, Tirza. **A face perversa da cidade: configuração sócio-espacial das mortes violentas em Campinas nos anos 90**. 2002. 216p. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2002.
- ALVES, José Eustáquio Diniz; VASCONCELOS, Daniel de Santana; CARVALHO, Angelita Alves. **Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho**. Brasília, DF: IPEA/CEPAL, 2010. (Textos para Discussão IPEA/CEPAL, 10).
- AMORE, Caio Santo; LEITÃO, Karina. Introdução: favela de nome, cidade de fato. In: FERREIRA, Lara; OLIVEIRA, Paula; IACOVINI, Victor (org.). **Dimensões do intervir em favelas: desafios e perspectivas**. São Paulo, SP: Peabriu TCA/Coletivo LabLaje, 2019.
- ARCHANJO, Paulo Cesar Vieira. **Convivência contínua com esgotos a céu aberto: modos de subjetivação de habitantes de Parintins-Amazonas**. 2016. 260f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, 2016.
- AZEVEDO, Simone José Sardinha. Segregação e oportunidades de acesso aos serviços básicos de saúde em Campinas: vulnerabilidades sociodemográficas no espaço intra-urbano. **Textos NEPO 65**, Campinas, SP, 2014.
- BACELAR, Suyanne Galvão; CUNHA, José Marcos Pinto. Moradia na favela: uma visão sociodemográfica dos aglomerados subnormais em Campinas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ENANPUR, 18. 2019, Natal, RN. **Anais...** São Paulo, SP: ANPUR, 2019.
- BALTRUSIS, Nelson; D’OTTAVIANO, Maria Camila Loffredo. Ricos e pobres, cada qual em seu lugar: a desigualdade socioespacial na metrópole paulista. **Caderno CRH**, Salvador, ba, v. 22, n. 55, p. 135-149, 2009.
- BALTRUSIS, Nelson. O crescimento da informalidade nas cidades do pós-fordismo e a mudança do paradigma das políticas de habitação social. **Pós – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, São Paulo, P, n. 16, p. 50-66, 2004.
- BARQUERO, Jorge Barquero; SOLÓRZANO, Juan Diego Trejos. Tipos de hogar, ciclo de vida familiar y pobreza em Costa Rica 1987-2002. **Población y Salud em Mesoamérica**, Costa Rica, v. 2, n. 1, p. 1-36, 2004.
- BOGUS, Lucia Maria Machado; PASTERNAK, Suzana. A cidade dos extremos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2004, Caxambu, MG, 2004. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2004.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, SP: Edusp; Ed. 34, 2000.
- CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2004.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira et al. **São Paulo 1975: crescimento e pobreza**. 13. ed. São Paulo, SP: Loyola, 1982.

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a crise urbana do Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

CARDOSO, Adauto Lucio. Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos. In: MORAIS, Maria da Piedade; KRAUSE, Cleandro; LIMA NETO, Vicente Correia (ed.). **Caracterização e tipologia dos assentamentos precários brasileiros**. Brasília, DF: IPEA, 2016.

CENECORTA, Alfonso Iracheta; SMOLKA, Martim O. O paradoxo da regularização fundiária: acesso à terra servida e pobreza urbana no México. **Cadernos do IPPUR**, Rio de Janeiro, RJ, v. 14, n. 1, p. 87-117, 2000.

CERQUEIRA, César Augusto; GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves. Conceitos básicos em demografia e dinâmica demográfica brasileira. In: RIOS-NETO, E. L. G.; RIANI, J. L. R. (org.). **Introdução à demografia da educação**. Belo Horizonte, MG: ABEP, 2004, p. 13-44.

CLOSS, Vera Elizabeth; SCHWANKE, Carla Helena Augustin. A evolução do índice de envelhecimento no Brasil, nas suas regiões e unidades federativas no período de 1970 a 2010. **Revista Brasileira Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, RJ, v. 15, n. 3, p. 443-458, 2012.

CORBUCCI, Paulo Roberto; ZEN, Eduardo Luiz. O IDEB à luz de fatores extrínsecos e intrínsecos à escola: uma abordagem sob a ótica do município. In: BOUERI, R. COSTA, M. A. (ed.). **Brasil em desenvolvimento 2013: estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília, DF: IPEA, 2013.

COSTA, Joana Simões et al. **A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2005. (Textos para Discussão, n. 1137).

CUNHA, José Marcos Pinto; BACELAR, Suyanne Galvão; STOCCO, Sérgio. Região Metropolitana de Fortaleza. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Dinâmica demográfica e socioespacial no Brasil Metropolitano**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2018. p. 177-210.

CUNHA, José Marcos Pinto. A migração interna no Brasil nos últimos cinquenta anos: (des)continuidades e rupturas. In: ARRETCHE, M. **Trajelórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo, SP: Editora da UNESP; CEM, 2015. p. 279-307.

CUNHA, José Marcos Pinto; NAKANO, Anderson Kazuo. A Rio+20 e os desafios da crise urbana. In: MARTINE, G. et al. **População e sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais**. Belo Horizonte, MG: ABEP, 2012. p. 163-174.

CUNHA, José Marcos Pinto (org.). **Sumário de dados: pesquisa domiciliar: Região Metropolitana de Campinas**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2009.

CUNHA, José Marcos Pinto et al. Expansão metropolitana, mobilidade espacial e segregação nos anos 90: o caso da Região Metropolitana de Campinas. In: CUNHA, J.M.P. (ed.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006.

DAMIANI, Amélia Luísa. **População e geografia**. São Paulo, SP: Contexto, 2012.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil, 1917-1945**. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 2006.

- DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo, SP: Boitempo, 2006.
- DENALDI, Rosana. **Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses**. 2003. 242f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2003.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. A política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, SP, n. 88, p. 153-179, 2010.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo, SP: Boitempo, 2010.
- FALCÃO, Tiago; COSTA, Patricia Vieira. A linha de extrema pobreza e o público-alvo do Plano Brasil Sem Miséria. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (org.). **O Brasil sem miséria**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.
- FAYA, Odymara Elaine Neves. **O efeito das ações de saneamento em aglomerados subnormais no litoral**. 2014. 174f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2014.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classe: no limiar de uma nova era**. 3. ed. São Paulo, SP: Ática, 1978.
- FERREIA, Cristiana Sanchez Gomes. Análise econômica dos institutos do casamento e do divórcio. **UNOPAR Científica Ciências Jurídicas e Empresariais**, Londrina, PR, v. 13, n. 1, p. 39-48, 2012.
- FERREIRA, Danilo Cardoso. **Diferenciação e segregação racial em Goiânia: representação cartográfica dos dados de cor ou raça e renda (IBGE, 2010)**. 2014. 111f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2014.
- FIELD, Andy. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. 2 ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.
- FORAGI, Rafael. **Uma análise do Programa Minha Casa Minha Vida**. 2012. 60f. Trabalho de Conclusão (Bacharel em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012.
- FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. **Segregação racial em São Paulo: residências, redes pessoais e trajetórias urbanas de negros e brancos no século XXI**. 2017. 253f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2017.
- GOLDANI, Ana Maria; RODRIGUEZ-WONG, Laura. Padrões e tendências da nupcialidade no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2., 1980, São Paulo, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1980.
- GONÇALVES, Ana Luiza Kroning. Impactos causados pelo esgoto a céu aberto: estudo de caso da avenida XXV de Julho de Pelotas – RS. **Revista Querubim – Revista Eletrônica de Trabalhos Científicos nas Áreas de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, RJ, Ano 11, v. 1, n. 26, p. 24-30, 2015.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2010.
- KOWARICK, Lúcio. Cortiços: a humilhação e a subalternidade. **Tempo Social**, São Paulo, SP, v. 25, n. 2, p. 49-77, 2013.

- LAGO, Luciana Corrêa. **Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital, 2015.
- LAGO, Luciana Corrêa; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. A divisão favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. **Cadernos da Metrópole**, São Paulo, SP, n. 5, p. 29-46, 2011.
- LEITE, Marcos Esdras; FRANÇA, Iara Soares. Reflexões sobre a sustentabilidade urbana: novo modelo de gestão ambiental da cidade. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, MG, v. 8, n. 22, p. 137-142, 2007.
- LIMA, William Mendonça. **Desigualdades territoriais e educacionais: estudar lá é melhor do que aqui?** 2020. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2020.
- LIPIETZ, Alain. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, RS, v. 10, n. 2, p. 303-335, 1989.
- LOUREIRO, Luís Manuel de Jesus; GAMEIRO, Manuel Gonçalves Henriques. Interpretação crítica dos resultados estatísticas para lá da significância estatísticas. **Revista de Enfermagem Referência, Coimbra**, n. 3, p. 151-162, 2011.
- MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 6. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2012.
- MAMMARELLA, Rosetta. Evolução e perfil populacional da população residente nos aglomerados subnormais, na Região Metropolitana de Porto Alegre – 1991-00. **Indicadores Econômicos**, Porto Alegre, RS, v. 34, n. 3, p. 153-172, 2006.
- MANETTA, Alex; ALVEZ, José Eustáquio Diniz. Mortes violentas, inflexão na razão de sexo e impactos na esperança de vida da população: Argentina e Brasil (2001/2009). In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 6, 2014, Lima. **Anais... [S. l.]**: ALAP, 2014.
- MARCUSE, Peter. **Enclaves yes, ghettos, no: segregation and the state**. Massachusetts, EUA: Lincoln Institute of Land Policy, 2001. (Conference Paper).
- MARQUES, Eduardo (coord.) et al. **Assentamento precários no Brasil urbano**. Brasília, DF: Ministério das Cidades; São Paulo, SP: CEM, 2007.
- MARX, Karl. **O capital: a crítica da economia política**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.
- MOREIRA, Morva. O envelhecimento da população brasileira: intensidade, feminização e dependência. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, n. 1, p. 79-94, 1998.
- MYERS, Dowell. **Housing demography: linking demographic structure and housing markets**. Madison: University of Wisconsin Press, 1990.
- NADALIN, Vanessa Gapiotti et al. Caracterização e evolução dos aglomerados subnormais (2000-2010): em busca de um retrato mais preciso da precariedade urbana e habitacional em metrópoles brasileiras. In: BOUERI, R.; COSTA, M. A. (ed.). **Brasil em desenvolvimento 2013: estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília, DF: Ipea, 2013.
- NADAUD, Gabriela Caiuby Ariani. **Acesso à energia elétrica de populações urbanas de baixa renda: o caso das favelas do Rio de Janeiro**. 2012. 160f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Energético, COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

OLIVEIRA, Maria Coleta Ferreira Albino. Algumas notas sobre o “ciclo vital” como perspectiva de análise. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2., 1980, São Paulo, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1980.

OLIVEIRA, Reinaldo José. **Segregação urbana e racial na cidade de São Paulo: as periferias de Brasilândia, cidade Tiradentes e Jardim Ângela.** 2008. 330f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2008.

OSORIO, Rafael Guerreiro. **O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE.** Brasília, DF: IPEA, 2003. (Texto para Discussão, n. 996).

PASTERNAK, Suzana; D’OTTAVIANO, Camila. População favelada no Brasil e no município de São Paulo: as mudanças apontadas pelo Censo de 2010. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 19., 2014, São Pedro, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2014.

PASTERNAK, Suzana. **São Paulo e suas favelas.** São Paulo, SP: USP, 2006.

PASTERNAK, Suzana. Espaço e população nas favelas de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2002.

PASTERNAK, Suzana. Favelas em São Paulo: censos, consensos e contra-sensos. **Cadernos da Metrópole,** São Paulo, SP, n. 5, p. 9-27, 2001.

PIRES, Maria Conceição Silvério. **Morar na metrópole: expansão urbana e mercado imobiliário na Região Metropolitana de Campinas.** 2007. 169f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.

PONTES, Jefferson Sales et al. Utaiguara Nóbrega. Espaço, saúde e ambiente: uma análise espacial da comunidade Santa Clara por meio de técnicas de geoprocessamento. **Cadernos do Logepa,** João Pessoa, PB, v. 2, n. 2, p. 116-126, 2003.

PRETECEILLE, Edmond; VALLADARES, Licia. **A desigualdade entre os pobres: favela, favelas.** Rio de Janeiro, RJ: Ippur/UFRJ; Iuperj/Ucam; CSU/CNRS, 1999.

RIBEIRO, Bárbara Maria Giacom; MENDES, Carlos André Bulhões. Índice de qualidade ambiental urbano: uma proposta metodológica aplicada a áreas urbanas de ocupação irregular. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO – SBSR, 17., 2015, João Pessoa, PB. **Anais...** São José dos Campos, SP: INPE, 2015.

ROLNIK, Raquel; KOWARICK, Lucio; SOMEKH, Nadia. **São Paulo: crise e mudança.** 2. ed. São Paulo, SP: Secretaria Municipal do Planejamento; Brasiliense, 1991.

SABATINE, Francisco; SIERRALTA, Carlos. Medição da segregação residencial: meandros teóricos e metodológicos e especificidade latino-americana. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação,** Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006.

SANTOS, Larissa Martins Neiva. **Pobreza como privação de liberdade: um estudo de caso na favela do Vidigal no Rio de Janeiro.** 2007. 191f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2007.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo, SP: Edusp, 2005.

SARAIVA, Camila; MARQUES, Eduardo. A dinâmica social das favelas da Região Metropolitana de São Paulo. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (org.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade sociais.** São Paulo, SP: Senac, 2005.

SAWAYA, Ana Lydía et al. Os dois Brasis: quem são, onde estão e como vivem os pobres brasileiros. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 17, n. 48, p. 21-45, 2003.

SEMEGHINI, Ulysses Cidade. **Campinas (1860 a 1980):** agricultura, industrialização e urbanização. 1988. 282f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1988.

SILVA, Dafne S. F. **Para dentro das portarias, por detrás das cancelas:** características e condicionantes da autosegregação de elites em Campinas. 2016. 170f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Demografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2016.

SILVA, Érica Tavares. **Estrutura urbana e mobilidade espacial nas metrópoles.** 2012. 249f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

TAVARES, Felipe Rangel. Gatos na favela: eletrificação, segregação espacial e desintegração da vida cotidiana nas favelas cariocas. In: ZAAR, M. H.; VASCONCELOS, M. P. J; CAPEL, H. (org.). **La electricidad y el territorio:** historia y futuro. Barcelona: Geocrítica, 2017.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo, SP: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 1998.

XAVIER, Ivonete Batista. A nupcialidade em famílias faveladas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 5., 1986, Águas de São Pedro. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1986.

YOSHII, Maria Paula Cardoso. **Práticas que promovem o acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em aglomerados subnormais no município de Piracicaba – SP.** 2017. 120f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental, PPGSEA, São Carlos, SP, 2017.

ANEXOS

ANEXO 1 – Quantidade de setores censitários por aglomerado subnormal, Campinas, 2010

Aglomerado Subnormal	Quantidade de Setores Censitários
N. R. Vila Brandina	1
N. R. Jardim Novo Flamboyant (Buraco do Sapo)	2
N. R. Jardim Lília	1
N. R. Jardim do Lago I	1
N. R. Jardim Novo Flamboyant/Buraco do Sapo	1
N. R. Vila Padre Manoel da Nóbrega	1
N. R. Vila Nogueira	1
N. R. Parque dom Bosco	1
N. R. Vila Perseu Leite de Barros	1
N. R. Jardim Nilópolis	1
N. R. Parque São Quirino – Jardim Santana	3
N. R. Jardim Santana – Novo Horizonte	3
N. R. Jardim Santa Mônica	3
N. R. Jardim Santa Mônica/São Marcos	3
N. R. Jardim Campineiro I	4
N. R. Jardim Campineiro II	1
N. R. Jardim Aeroporto – Paraíso	2
N. R. Parque Shalon	2
N. R. Jardim Yeda II	1
N. R. Jardim Capivari I	1
N. R. Jardim Irmãos Sigrist	4
N. R. Jardim Bandeiras I	1
N. R. Vila Tancredo Neves	2
N. R. Jardim Ouro Verde	2
N. R. Vila Aeroporto	1
N. R. Jardim Guaraçai	1
N. R. Jardim das Bandeiras II	2
N. R. Jardim Icarai	1
N. R. Jardim Campo Grande – Cidade Satélite Íris	2
N. R. Jardim Yeda I	1
N. R. Parque Ipiranga	1
N. R. Jardim Francisca	1
N. R. Jardim Tamoio	1
N. R. Jardim São José	3
N. R. Jardim Liberdade	1
N. R. Vila Lourdes	1
N. R. Jardim Santa Rita de Cássia – Jardim Santa Cruz	1

Aglomerado Subnormal	Quantidade de Setores Censitários
N. R. Jardim Novo Maracanã	1
N. R. Jardim Metanópolis	2
N. R. Vila IPÊ	1
N. R. Bairro da Vitória – Vila Georgina	3
N. R. Colina do Sol	3
N. R. Jardim Santa Eudóxia II	1
N. R. Jardim Santa Eudóxia – Vila da Terra Livre	2
N. R. Jardim do Lago II	3
Jardim Paranapanema – Jardim Baroneza	2
N. R. Jardim Itatiaia	2
N. R. Jardim Carlos Lourenço	1
N. R. Beira Rio	1
N. R. Jardim Campos Elísios III	2
N. R. Jardim Campos Elísios II	1
N. R. Jardim Novos Campos Elísios II	3
N. R. Jardim Santa Lúcia I	1
N. R. Jardim Alvorada	1
N. R. Jardim Novos Campos Elísios I	1
N. R. Parque União	2
N. R. Cidade Satélite Íris	4
N. R. Cafezinho	1
N. R. Jardim São Judas Tadeu	2
N. R. Jardim Santana – Novo Horizonte	1
N. R. Jardim Santa Rira de Cássia	2
N. R. Jardim São Fernando	4
N. R. Parque Universitário	1
N. R. Vila Lunardi	1
N. R. Boa Vista	2
N. R. 7 de Setembro	1
Jardim Rosália	2
N. R. 28 de Fevereiro	1
N. R. Recanto do Sol I	1
N. R. Jardim Vista Alegre	2
N. R. Jardim Planalto	1
N. R. Jardim Santa Eudóxia I	1
N. R. Jardim Londres II	2
N. R. Jardim Eulina	1
N. R. Parque São Quirino	2
N. R. Jardim Capivari II	1
N. R. Jardim Ouro Verde – Aeroporto	1
N. R. Vista Alegre	1
N. R. Jardim Florence	2

Aglomerado Subnormal	Quantidade de Setores Censitários
N. R. Esplanada	1
N. R. Parque das Indústrias I	1
N. R. Três Estrelas	1
N. R. Jardim Florence II	5
N. R. Jardim Florence I	2
N. R. Renascença - RFFSA	1
N. R. Parque Oziel - Jardim Monte Cristo	23
N. R. Canaã	1
N. R. Jardim Paulicéia	1
N. R. Jardim Nossa Senhora de Lourdes	2
N. R. São Luís	1
N. R. Chico Amaral	1
N. R. Chico Amaral III	1
N. R. Vila Universal I	1
N. R. Jardim Rosália II	1
N. R. Parque dos Pinheiros	1
N. R. Distrito Industrial de Campinas - DIC	36
N. R. Jardim Campituba	1
N. R. Parque das Indústrias II	1
Jardim Itaguaçu I e II	14
N. R. Dom Gilberto	2
N. R. PUCCAMP	1
N. R. Jardim Fernanda (CONTIN.)	2
N. R. Vila Vitória	6
N. R. Boa Esperança	2
N. R. Parque Florestal	1
N. R. Princesa do Oeste	2
N. R. Parque União da Vitória	1
N. R. Mauro Marcondes	1
N. R. Parque Cidade Campinas	4
N. R. Jardim das Andorinhas II	1
N. R. Jardim Aeroporto/Paraíso Viracopos II	1
N. R. Shalom II - RFFSA	1
N. R. Shalom III - RFFSA	1

**ANEXO 2 – Número de domicílios particulares permanentes por aglomerado subnormal,
Campinas, 2010**

Aglomerado Subnormal	Número de Domicílios Particulares Permanentes
N. R. Vila Brandina	256
N. R. Jardim Novo Flamboyant (Buraco do Sapo)	486
N. R. Jardim Lúria	268
N. R. Jardim do Lago I	78
N. R. Jardim Novo Flamboyant/Buraco do Sapo	186
N. R. Vila Padre Manoel da Nóbrega	103
N. R. Vila Nogueira	197
N. R. Parque dom Bosco	161
N. R. Vila Perseu Leite de Barros	142
N. R. Jardim Nilópolis	102
N. R. Parque São Quirino - Jardim Santana	472
N. R. Jardim Santana - Novo Horizonte	389
N. R. Jardim Santa Mônica	367
N. R. Jardim Santa Mônica/São Marcos	457
N. R. Jardim Campineiro I	549
N. R. Jardim Campineiro II	77
N. R. Jardim Aeroporto - Paraíso	330
N. R. Parque Shalon	218
N. R. Jardim Yeda II	163
N. R. Jardim Capivari I	254
N. R. Jardim Irmãos Sigrist	807
N. R. Jardim Bandeiras I	74
N. R. Vila Tancredo Neves	303
N. R. Jardim Ouro Verde	215
N. R. Vila Aeroporto	299
N. R. Jardim Guaraçai	62
N. R. Jardim das Bandeiras II	235
N. R. Jardim Icaraí	125
N. R. Jardim Campo Grande - Cidade Satélite Íris	231
N. R. Jardim Yeda I	117
N. R. Parque Ipiranga	125
N. R. Jardim Francisca	258
N. R. Jardim Tamoio	92
N. R. Jardim São José	444
N. R. Jardim Liberdade	168
N. R. Vila Lourdes	93
N. R. Jardim Santa Rita de Cássia - Jardim Santa Cruz	101

Aglomerado Subnormal	Número de Domicílios Particulares Permanentes
N. R. Jardim Novo Maracanã	82
N. R. Jardim Metanópolis	322
N. R. Vila IPÊ	200
N. R. Bairro da Vitória - Vila Georgina	543
N. R. Colina do Sol	426
N. R. Jardim Santa Eudóxia II	96
N. R. Jardim Santa Eudóxia - Vila da Terra Livre	278
N. R. Jardim do Lago II	737
Jardim Paranapanema - Jardim Baroneza	519
N. R. Jardim Itatiaia	291
N. R. Jardim Carlos Lourenço	82
N. R. Beira Rio	96
N. R. Jardim Campos Elísios III	413
N. R. Jardim Campos Elísios II	221
N. R. Jardim Novos Campos Elísios II	592
N. R. Jardim Santa Lúcia I	193
N. R. Jardim Alvorada	70
N. R. Jardim Novos Campos Elísios I	180
N. R. Parque União	345
N. R. Cidade Satélite Íris	440
N. R. Cafezinho	76
N. R. Jardim São Judas Tadeu	251
N. R. Jardim Santana - Novo Horizonte	61
N. R. Jardim Santa Rira de Cássia	300
N. R. Jardim São Fernando	552
N. R. Parque Universitário	93
N. R. Vila Lunardi	60
N. R. Boa Vista	439
N. R. 7 de Setembro	182
Jardim Rosália	297
N. R. 28 de Fevereiro	114
N. R. Recanto do Sol I	109
N. R. Jardim Vista Alegre	221
N. R. Jardim Planalto	148
N. R. Jardim Santa Eudóxia I	152
N. R. Jardim Londres II	375
N. R. Jardim Eulina	278
N. R. Parque São Quirino	144
N. R. Jardim Capivari II	123
N. R. Jardim Ouro Verde - Aeroporto	133
N. R. Vista Alegre	76
N. R. Jardim Florence	327

Aglomerado Subnormal	Número de Domicílios Particulares Permanentes
N. R. Esplanada	198
N. R. Parque das Indústrias I	80
N. R. Três Estrelas	293
N. R. Jardim Florence II	670
N. R. Jardim Florence I	249
N. R. Renascença - RFFSA	146
N. R. Parque Oziel - Jardim Monte Cristo	3195
N. R. Canaã	140
N. R. Jardim Paulicéia	206
N. R. Jardim Nossa Senhora de Lourdes	257
N. R. São Luís	179
N. R. Chico Amaral	32
N. R. Chico Amaral III	112
N. R. Vila Universal I	60
N. R. Jardim Rosália II	122
N. R. Parque dos Pinheiros	116
N. R. Distrito Industrial de Campinas - DIC	5667
N. R. Jardim Campituba	90
N. R. Parque das Indústrias II	103
Jardim Itaguaçu I e II	3505
N. R. Dom Gilberto	474
N. R. PUCCAMP	193
N. R. Jardim Fernanda (CONTIN.)	311
N. R. Vila Vitória	1691
N. R. Boa Espernaça	422
N. R. Parque Florestal	209
N. R. Princesa do Oeste	314
N. R. Parque União da Vitória	263
N. R. Mauro Marcondes	232
N. R. Parque Cidade Campinas	485
N. R. Jardim das Andorinhas II	56
N. R. Jardim Aeroporto/Paraíso Viracopos II	64
N. R. Shalom II - RFFSA	96
N. R. Shalom III - RFFSA	156

ANEXO 3 – População residente por aglomerado subnormal, Campinas, 2010

Aglomerado Subnormal	População Residente
N. R. Vila Brandina	915
N. R. Jardim Novo Flamboyant (Buraco do Sapo)	1737
N. R. Jardim Lúria	1045
N. R. Jardim do Lago I	275
N. R. Jardim Novo Flamboyant/Buraco do Sapo	704
N. R. Vila Padre Manoel da Nóbrega	389
N. R. Vila Nogueira	754
N. R. Parque dom Bosco	599
N. R. Vila Perseu Leite de Barros	562
N. R. Jardim Nilópolis	384
N. R. Parque São Quirino - Jardim Santana	1717
N. R. Jardim Santana - Novo Horizonte	1493
N. R. Jardim Santa Mônica	1330
N. R. Jardim Santa Mônica/São Marcos	1555
N. R. Jardim Campineiro I	2054
N. R. Jardim Campineiro II	280
N. R. Jardim Aeroporto - Paraíso	1204
N. R. Parque Shalon	832
N. R. Jardim Yeda II	596
N. R. Jardim Capivari I	920
N. R. Jardim Irmãos Sigrist	2746
N. R. Jardim Bandeiras I	233
N. R. Vila Tancredo Neves	1049
N. R. Jardim Ouro Verde	845
N. R. Vila Aeroporto	1102
N. R. Jardim Guaraçai	231
N. R. Jardim das Bandeiras II	837
N. R. Jardim Icaraí	458
N. R. Jardim Campo Grande - Cidade Satélite Íris	848
N. R. Jardim Yeda I	491
N. R. Parque Ipiranga	453
N. R. Jardim Francisca	919
N. R. Jardim Tamoio	354
N. R. Jardim São José	1609
N. R. Jardim Liberdade	625
N. R. Vila Lourdes	343
N. R. Jardim Santa Rita de Cássia - Jardim Santa Cruz	349

Aglomerado Subnormal	População
N. R. Jardim Novo Maracanã	313
N. R. Jardim Metanópolis	1297
N. R. Vila IPÊ	832
N. R. Bairro da Vitória - Vila Georgina	1972
N. R. Colina do Sol	1632
N. R. Jardim Santa Eudóxia II	342
N. R. Jardim Santa Eudóxia - Vila da Terra Livre	1025
N. R. Jardim do Lago II	3172
Jardim Paranapanema - Jardim Baroneza	1978
N. R. Jardim Itatiaia	1056
N. R. Jardim Carlos Lourenço	301
N. R. Beira Rio	366
N. R. Jardim Campos Elísios III	1513
N. R. Jardim Campos Elísios II	897
N. R. Jardim Novos Campos Elísios II	2265
N. R. Jardim Santa Lúcia I	671
N. R. Jardim Alvorada	258
N. R. Jardim Novos Campos Elísios I	686
N. R. Parque União	1271
N. R. Cidade Satélite Íris	1660
N. R. Cafezinho	288
N. R. Jardim São Judas Tadeu	950
N. R. Jardim Santana - Novo Horizonte	222
N. R. Jardim Santa Rira de Cássia	1060
N. R. Jardim São Fernando	1945
N. R. Parque Universitário	387
N. R. Vila Lunardi	217
N. R. Boa Vista	1562
N. R. 7 de Setembro	702
Jardim Rosália	1106
N. R. 28 de Fevereiro	424
N. R. Recanto do Sol I	393
N. R. Jardim Vista Alegre	731
N. R. Jardim Planalto	535
N. R. Jardim Santa Eudóxia I	540
N. R. Jardim Londres II	1388
N. R. Jardim Eulina	990
N. R. Parque São Quirino	545
N. R. Jardim Capivari II	457
N. R. Jardim Ouro Verde - Aeroporto	476
N. R. Vista Alegre	290
N. R. Jardim Florence	1231

Aglomerado Subnormal	População
N. R. Esplanada	796
N. R. Parque das Indústrias I	272
N. R. Três Estrelas	1136
N. R. Jardim Florence II	2534
N. R. Jardim Florence I	840
N. R. Renascença - RFFSA	637
N. R. Parque Oziel - Jardim Monte Cristo	11891
N. R. Canaã	462
N. R. Jardim Paulicéia	704
N. R. Jardim Nossa Senhora de Lourdes	935
N. R. São Luís	647
N. R. Chico Amaral	106
N. R. Chico Amaral III	405
N. R. Vila Universal I	227
N. R. Jardim Rosália II	510
N. R. Parque dos Pinheiros	376
N. R. Distrito Industrial de Campinas - DIC	20652
N. R. Jardim Campituba	335
N. R. Parque das Indústrias II	387
Jardim Itaguaçu I e II	12861
N. R. Dom Gilberto	1721
N. R. PUCCAMP	788
N. R. Jardim Fernanda (CONTIN.)	1072
N. R. Vila Vitória	6302
N. R. Boa Esperança	1689
N. R. Parque Florestal	767
N. R. Princesa do Oeste	1148
N. R. Parque União da Vitória	918
N. R. Mauro Marcondes	932
N. R. Parque Cidade Campinas	1907
N. R. Jardim das Andorinhas II	199
N. R. Jardim Aeroporto/Paraíso Viracopos II	199
N. R. Shalom II - RFFSA	356
N. R. Shalom III - RFFSA	538

ANEXO 4 – Grupo de aglomerados subnormais classificado como “pouco precário I” nas tipologias de precariedade, Campinas, 2010

Aglomerados subnormais por tipologia de precariedade		
Pouco precário I		
N. R. Jardim Novo Flamboyant (Buraco do Sapo)	N. R. Jardim Lúria	N. R. Vila Padre Manoel da Nóbrega
N. R. Vila Nogueira	N. R. Vila Perseu Leite de Barros	N. R. Parque São Quirino – Jardim Santana
N. R. Jardim Santana	N. R. Jardim Campineiro II	N. R. Parque Shalon
N. R. Jardim Capivari I	N. R. Jardim Bandeiras I	N. R. Jardim Icaraí
N. R. Jardim Yeda I	N. R. Parque Ipiranga	N. R. Jardim Santa Rita de Cássia - Jardim Santa Cruz
N. R. Vila Ipê	N. R. Bairro da Vitória – Vila Georgina	N. R. Jardim Carlos Lourenço
N. R. Beira Rio	N. R. Jardim Campos Elísios III	N. R. Jardim Campos Elísios II
N. R. Parque União	N. R. Cafezinho	N. R. Parque Universitário
N. R. Vila Lunardi	N. R. Boa Vista	N. R. 7 de Setembro
Jardim Rosália	N. R. Jardim Londres II	N. R. Jardim Capivari II
N. R. Jardim Ouro Verde – Aeroporto	N. R. Parque das Indústrias I	N. R. Três Estrelas
N. R. Jardim Paulicéia	N. R. Jardim Rosália II	N. R. Parque dos Pinheiros
N. R. Parque das Indústrias II	N. R. Jardim Fernanda (CONTIN.)	N. R. Parque União da Vitória
N. R. Jardim Aeroporto/Paraíso Viracopos II	N. R. Vila Vitória	N. R. Jardim Novos Campos Elísios II

ANEXO 5 – Grupo de aglomerados subnormais classificado como “pouco precário II” nas tipologias de precariedade, Campinas, 2010

Aglomerados subnormais por tipologia de precariedade		
Pouco precário II		
N. R. Vila Brandina	N. R. Parque Dom Bosco	N. R. Jardim Yeda II
N. R. Vila Tancredo Neves	N. R. Jardim Guaraçai	N. R. Jardim das Bandeiras II
N. R. Jardim Tamoio	N. R. Jardim São José	N. R. Vila Lourdes
N. R. Jardim Metanópolis	N. R. Colina do Sol	N. R. Jardim Santa Eudóxia II
N. R. Jardim Santa Eudóxia – Vila da Terra Livre	N. R. Jardim Santana - Novo Horizonte	N. R. Recanto do Sol I
N. R. Jardim Eulina	N. R. Parque São Quirino	N. R. Jardim Nossa Senhora de Lourdes
N. R. São Luís		

ANEXO 6 – Grupo de aglomerados subnormais classificado como “razoavelmente precário”
nas tipologias de precariedade, Campinas, 2010

Aglomerados subnormais por tipologia de precariedade		
Razoavelmente precário		
N. R. Jardim Santa Mônica/São Marcos	N. R. Jardim Campineiro I	N. R. Jardim Aeroporto - Paraíso
N. R. Jardim Irmãos Sigrist	Jardim Paranapanema – Jardim Baroneza	N. R. Jardim Novos Campos Elísios I
N. R. 28 de Fevereiro	N. R. Jardim Vista Alegre	N. R. Vista Alegre
N. R. Esplanada	N. R. Jardim Florence I	Jardim Itaguaçu I e II
N. R. Dom Gilberto	N. R. Princesa do Oeste	

ANEXO 7 – Grupo de aglomerados subnormais classificado como “muito precário I” nas tipologias de precariedade, Campinas, 2010

Aglomerados subnormais por tipologia de precariedade		
Muito precário I		
N. R. Jardim do Lago I	N. R. Jardim Novo Flamboyant/Buraco do Sapo	N. R. Vila Aeroporto
N. R. Jardim Campo Grande – Cidade Satélite Íris	N. R. Jardim do Lago II	N. R. Jardim Itatiaia
N. R. Jardim Alvorada	N. R. Jardim São Judas Tadeu	N. R. Jardim Florence II
N. R. Parque Oziel – Jardim Monte Cristo	N. R. Distrito Industrial de Campinas - DIC	N. R. Parque Florestal

ANEXO 8 – Grupo de aglomerados subnormais classificado como “muito precário II” nas tipologias de precariedade, Campinas, 2010

Aglomerados subnormais por tipologia de precariedade		
Muito precário II		
N. R. Jardim Nilópolis	N. R. Jardim Santa Mônica	N. R. Jardim Ouro Verde
N. R. Jardim Liberdade	N. R. Jardim Novo Maracanã	N. R. Jardim Santa Lúcia I
N. R. Jardim Santa Rita de Cássia	N. R. Jardim São Fernando	N. R. Jardim Planalto
N. R. Jardim Santa Eudóxia I	N. R. Jardim Florence	N. R. Canaã
N. R. Boa Esperança	N. R. Mauro Marcondes	N. R. Jardim das Andorinhas II
N. R. Shalom II – RFFSA	N. R. Shalom III – RFFSA	N. R. Cidade Satélite Íris

ANEXO 9 – Grupo de aglomerados subnormais classificado como “extremamente precário”
nas tipologias de precariedade, Campinas, 2010

Aglomerados subnormais por tipologia de precariedade		
Extremamente precário		
N. R. Jardim Francisca	N. R. Renascença – RFFSA	N. R. Chico Amaral
N. R. Chico Amaral III	N. R. Vila Universal I	N. R. Jardim Campituba
N. R. PUCCAMP	N. R. Parque Cidade Campinas	